



PAC 2025

Tubarão, Abril de 2026

Índice

Relatório da Administração Societário	02
Balanço Patrimonial Societário	46
Demonstração do Resultado do Exercício Societário	48
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário	50
Demonstração do Fluxo de Caixa	51
Demonstração do Valor Adicionado	52
Notas Explicativas Societárias	54
Parecer do Conselho Fiscal	77
Parecer dos Auditores Independentes Societário	78
Relatório da Administração Regulatório	82
Balanço Patrimonial Regulatório	127
Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório	129
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório	130
Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório	131
Notas Explicativas Regulatórias	133
Notas Conciliatórias Societária X Regulatória	158
Parecer dos Auditores Independentes Regulatório	168

RELATÓRIO da ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO

Relatório Anual da Administração da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi: Associado, você é a razão da nossa energia.

A CERGAL foi fundada em 10 de outubro de 1963 com o intuito de distribuir energia elétrica nas áreas rurais do município de Tubarão.

A missão da CERGAL é atuar no setor de energia elétrica oferecendo produtos (bens e serviços) com qualidade, confiabilidade e continuidade dos associados e consumidores, resguardando o espírito cooperativista.

Temos ainda como visão ser referência como cooperativa em tecnologia, serviços, comercialização, distribuição e autonomia maximizando seu nível de energia, visando maior competitividade no setor de energia elétrica.

Nossos valores são: segurança e qualidade de vida no trabalho; fortalecer o cooperativismo a participação e a solidariedade; valorização: pessoal e profissional do colaborador e integração com a família; responsabilidade social e respeito ao meio ambiente; ética e transparência.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Associados,

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2025.

Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos sócios, autoridades e consumidores.

Em anexo estão as demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi perante a sociedade, parceiros, investidores, órgão regulador e associados.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

Carta do Presidente

Pessoas ligadas às comunidades de Passo do Gado, Madre e Congonhas, de Tubarão, fundaram, em 10 de outubro de 1963, a CERGAL – Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi, que iniciou suas atividades em 06 de fevereiro de 1964. A CERGAL surgiu tendo como objetivo levar energia elétrica para tais localidades, já que elas se encontravam isoladas da área urbana da cidade.

De 1967 até hoje, com a construção de novas redes, a Cooperativa cresceu muito, passando a atender mais localidades. Atualmente a CERGAL atende em todo o seu sistema 20.934 associados. As melhorias da CERGAL são constantes. A Cooperativa investe continuamente, visando sempre a continuidade e a qualidade da energia consumida pelos associados/consumidores. A história revela que a atuação da CERGAL foi de fundamental importância para o desenvolvimento de várias comunidades de Tubarão e Jaguaruna onde foram construídas suas redes de energia elétrica. Assim, a CERGAL faz parte da história destas cidades onde contribuiu significativamente para o seu crescimento.

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi é uma distribuidora de energia elétrica que fornece energia nas cidades de Tubarão, Gravatal, Laguna e Jaguaruna, seguindo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Procuramos prestar os melhores serviços há mais de 50 anos, sempre visando a qualidade e o bem estar do associado/consumidor.

O destaque de 2025 foi à classe serviço público com o incremento de 22,2% comparado a 2024 seguida da classe comercial que obteve crescimento de 2,72%.

Nossa pesquisa interna de satisfação do consumidor, em 2025, atingiu um índice de 98,26% de satisfação.

Em 2025, as ações de treinamento e desenvolvimento profissional e de carreira totalizaram 141,01 horas de treinamento e desenvolvimento por colaborador. Por meio de recursos próprios e da parceria com o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), a Cergal promoveu iniciativas internas, externas e in company, com intuito de construir e aprimorar conhecimentos técnicos e comportamentais dos colaboradores de todas as áreas que compõem a estrutura operacional. Além do programa auxílio educação, que incentiva os colaboradores à formação em cursos técnicos, graduação e pós graduação.

- **Área Técnica:** Eletricista de distribuição de energia, Eletricista de distribuição em linha viva, Relés de proteção, Expo elétrica, Fórum energia conectada, Perdas não técnicas, Sistema Scada DWF, Conferência nacional de energia elétrica, Seminário técnico de soluções de proteção e controle de sistemas de distribuição de energia, Resolução normativa nº 1.000, área de preservação permanente, Intempéries climáticas, normas regulamentadoras: NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio, NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade, NR 11 – Operador de Guindauto, NR 12 - Operador de Motosserra e Operador de Cesto Aéreo e NR 35 – Capacitação para Trabalho em Altura.

- **Área Administrativa e Comercial:** Auditores internos NBR ISO 9001:2015, LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, ENOSE – Encontro nacional dos ouvidores do setor elétrico, Encontro dos comunicadores das cooperativas catarinenses, PDGC – Programa de desenvolvimento da gestão das cooperativas, Formação de coordenadores sociais, PDL – Programa de desenvolvimento de liderança, Programa conexão, Seminário jurídico, contábil e tributário das cooperativas catarinenses, Política e objetivos da qualidade, SIPAT – Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho, RH+Coop, IASC – Índice ANEEL de satisfação do consumidor e demais palestras com temas comportamentais.

Além dos treinamentos de procedimento de qualidade Cergal, que define e padroniza a execução de nossos processos. Já para o quadro de diretores o tema do treinamento foi Saúde mental e educação financeira.

Sistema de Gestão da Qualidade

A excelência na prestação dos serviços é prioridade na Cergal. Os processos são padronizados e orientados para atender cada vez melhor os requisitos dos associados/consumidores, dos órgãos regulamentadores e demais partes interessadas, garantindo a entrega nos níveis de qualidade esperados e no prazos estabelecidos.

Esse compromisso é oficialmente reconhecido por meio de auditoria externa, em 2025 o processo foi de recertificação do sistema de Gestão da Qualidade que compreende todo o sistema de distribuição de energia elétrica, conduzido pelo organismo certificador TÜV Nord Brasil, a Cergal manteve o certificado ISO 9001:2015, que valida a conformidade de nossa atuação, o foco na melhoria contínua e a qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços entregues aos associados/consumidores.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERGAL distribui energia elétrica nos municípios de Tubarão, Gravatal, Laguna e Jaguaruna, atendendo 20.934 consumidores sendo que 19.294 são da classe residencial, 869 da classe comercial, 205 da classe industrial e 05 da classe industrial livre e o restante, ou seja, 561, das demais classes.

.Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2025, 768 novas ligações, sendo 682 Residenciais, 54 Comerciais, 11 Industriais, 20 Rurais e 01 Serviço Público, totalizando 20.934 consumidores atendidos pela Permissionária, base dezembro de 2025, representando 2,10% superior ao mesmo período do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir.

Número de Consumidores

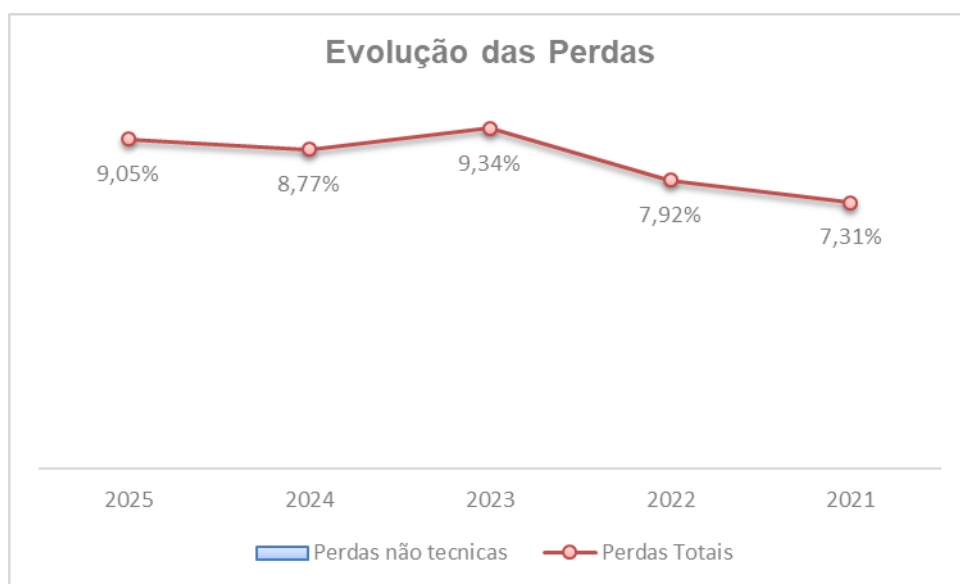
Consumidores	2025	2024	2023	2022	2021
Residencial	19294	18871	18561	18172	17.812
Comercial	869	846	813	796	786
Industrial	205	201	197	202	189
Rural	493	516	521	535	543
Poderes Públicos	45	45	41	43	44
Iluminação Pública	6	6	6	4	4
Serviço Público	22	18	16	13	13
Total	20.934	20.503	20.155	19.765	19.391
Variação	2,10%	1,73%	1,97%	1,93%	2,11%

.Comportamento do Mercado – A distribuição de energia da CERGAL no período de janeiro a dezembro de 2025 foi de 62,16 GWh.

Mercado Atendido - GWh	2025	2024	2023	2022	2021
Energia Faturada	62,16	64,11	60,69	58,27	59,05
Fornecimento	62,16	64,11	60,69	58,27	57,25
Residencial	42,75	41,58	37,93	35,32	34,68
Comercial	7,49	9,05	9,80	9,41	9,65
Industrial	3,32	4,62	4,25	4,77	4,36
Rural	2,73	3,13	3,09	3,13	2,65
Poderes Públicos	0,86	0,77	0,69	0,76	1,23
Iluminação Pública	3,75	3,71	3,68	3,56	3,49
Serviço Público	1,26	1,25	1,25	1,30	1,18
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	24,33	20,58	17,37	15,52	15,81
Total	86,49	84,69	78,07	73,79	73,06
Variação	2,12%	8,48%	5,80%	1,00%	-1,48%

Balanço de Energia

As perdas, em síntese, correspondem a diferença entre o montante de energia injetada e o total de energia distribuída faturada. As perdas técnicas ocorrem devido à resistência dos cabos, transformadores e outros componentes do sistema elétrico durante a transmissão e distribuição de energia. As perdas não técnicas acontecem devido a fatores como: fraudes, erros de medição, conexões clandestinas e outras irregularidades. O índice de Perdas Totais de 2025 ficou em 9,05%.



Balanço Energético

Energia Requerida	2025	2024	2023	2022	2021
Venda de Energia	94,07	91,72	85,05	80,21	78,89
Fornecimento	61,22	63,09	59,74	58,33	57,31
Suprimento p/ agentes de distribuição					0,00
Consumidores Livres/Dist./Ger.	24,33	20,58	17,37	15,52	15,81
Consumidores Rede Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercado Atendido	85,55	83,68	77,12	73,86	73,12
Perdas na Distribuição	-	-	-	-	-
Perdas Técnicas	-	-	-	-	-
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	8,52	8,05	7,94	6,35	5,76
PT/Energia requerida %	9,05%	8,77%	9,34%	7,92%	7,31%
Total	94,07	91,72	85,05	80,21	78,89

As Perdas Regulatórias estipuladas pela ANEEL para a CERGAL são de 10,25%.

Programa de recuperação de receita e fiscalização de unidades consumidoras

A Cooperativa mantém anualmente o plano de fiscalização e combate às irregularidades de consumo através de vistorias regulares, estratégias de conscientização e análise de consumo. Um sistema de acompanhamento por telemetria e análise automatizada do consumo está sendo implantado, gradualmente, desde 2019, como parte do projeto de análise da qualidade do fornecimento da ANEEL.

Em dezembro de 2025, já estavam instalados 420 medidores inteligentes em Unidades Consumidoras espalhadas pela área de atuação da CERGAL. Destes, 288 possuem telemedição permitindo, acompanhamento em tempo real.

O investimento em equipamentos mais eficientes e na estruturação das redes foram fundamentais na redução das perdas e no ganho em eficiência registrado na rede de distribuição.

Abaixo, detalhamento da distribuição dos medidores inteligentes por tipo de medição:

Tipo de UC	2025
MMGD	132
GrupoA	14
Mercado Livre	15
Monitoramento DRP/DRC/GrupoB	240
AT Optante B	13
SUBESTAÇÃO	6
	420

Distribuição Direta por Classe de Consumo

O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da permissionária, em 2025 foi de 62.16 MWH e no mercado livre 24,33 MWH registrando uma redução no mercado da permissionária de 3,04% em relação a 2024.

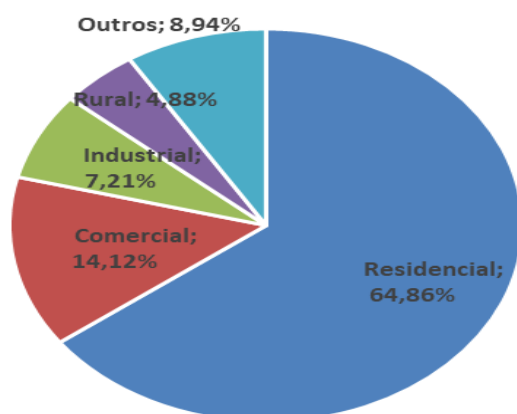
A classe que teve maior crescimento foi a Poder Público, com acréscimo de 11,69% em relação ao exercício anterior.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

Classe	2025	2024	2023	2022	2021
Residencial	42,75	41,58	37,93	35,32	34,68
Industrial	3,32	4,62	4,25	4,77	4,36
Comercial	7,49	9,05	9,8	9,41	9,65
Rural	2,73	3,13	3,09	3,15	2,65
Outros	5,87	5,73	5,62	5,62	5,91
Total	62,16	64,11	60,69	58,27	57,25
Variação	-3,04	5,64	4,15	1,78	-3,05

Consumo Por Classe de Consumidores

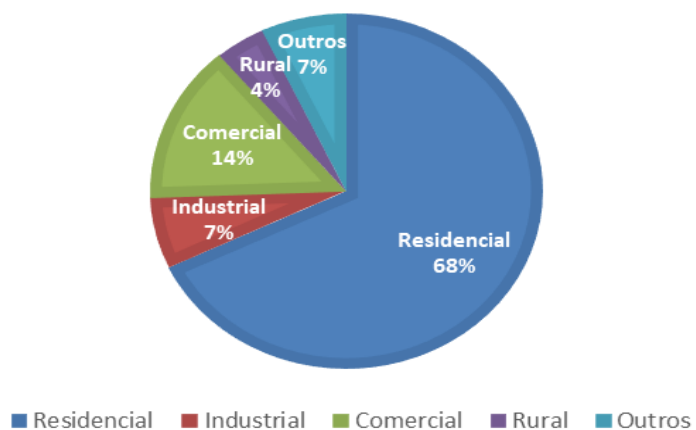


Receita - A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, importou em R\$ 55.831,45 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Bruta em R\$ Mil			
Classe	2025	2024	%
Residencial	37.925,79	36.816,99	3,01%
Industrial	3.622,20	4.706,45	-23,04%
Comercial	8.037,01	8.406,57	-4,40%
Rural	2.345,17	2.721,60	-13,83%
Outros	3.901,28	3.627,37	7,55%
Total	55.831,45	56.278,98	-0,80%

Obs: Energia elétrica faturada

RECEITA BRUTA POR
CLASSE DE CONSUMIDORES



A tarifa de energia elétrica é o preço regulado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 3.539 de 23 de setembro de 2025, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERGAL, cujo reajuste médio foi de -0,17%(menos zero vírgula dezessete por cento), correspondendo ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos, entrando em vigor a partir de 30 de setembro de 2025 a 29 de setembro de 2026.

Tarifas Médias

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica considerando os impostos incidentes, em dezembro de 2025, atingiu R\$ 710,43/MWh com uma redução de 2,74% com relação a dezembro de 2024.

OBS: Os valores abaixo demonstrados estão expressos em (Reais/mil)

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2025	2024
Residencial	738,59	761,70
Comercial	743,23	714,64
Industrial	703,61	730,20
Rural	710,44	746,29
Outros	498,40	516,23
Média Geral	710,43	730,45

	0-80	>80
Tarifa Por faixa de Consumo	KWh	KWh
Tarifas Brutas	0,00	604,68

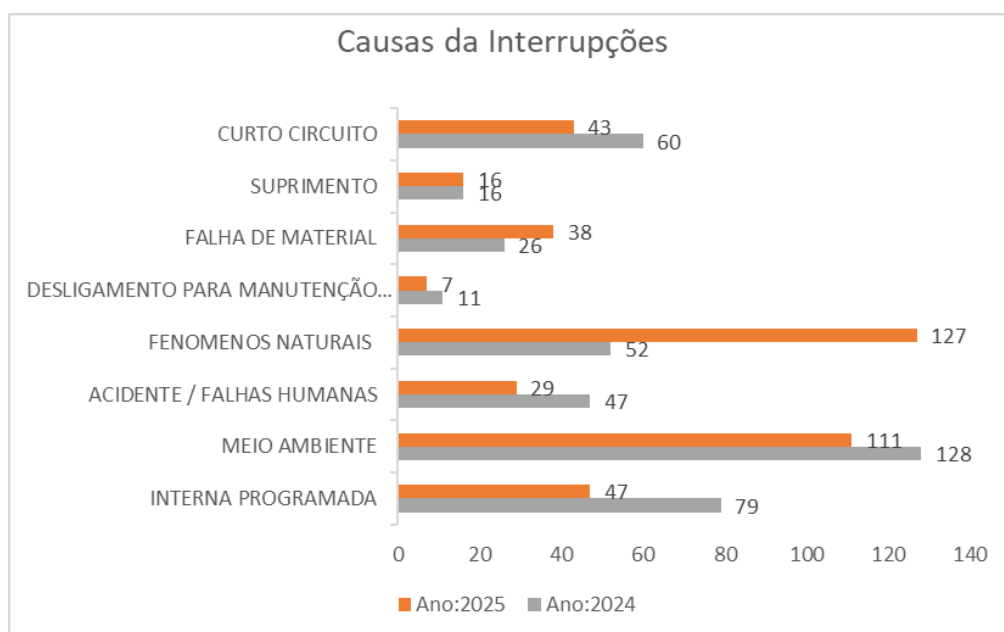
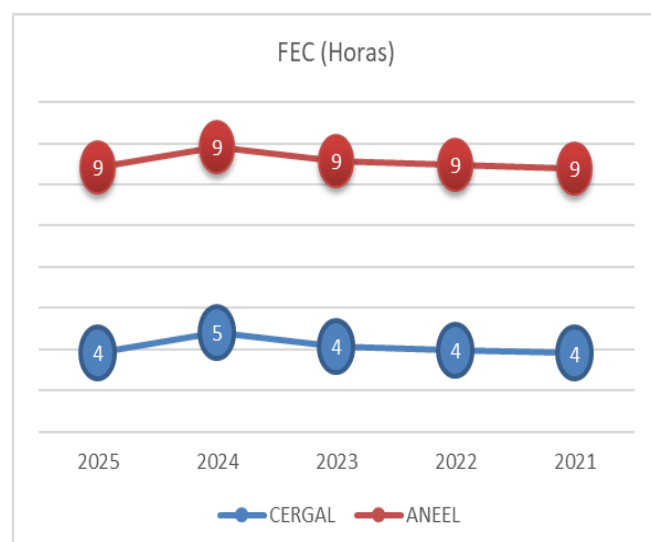
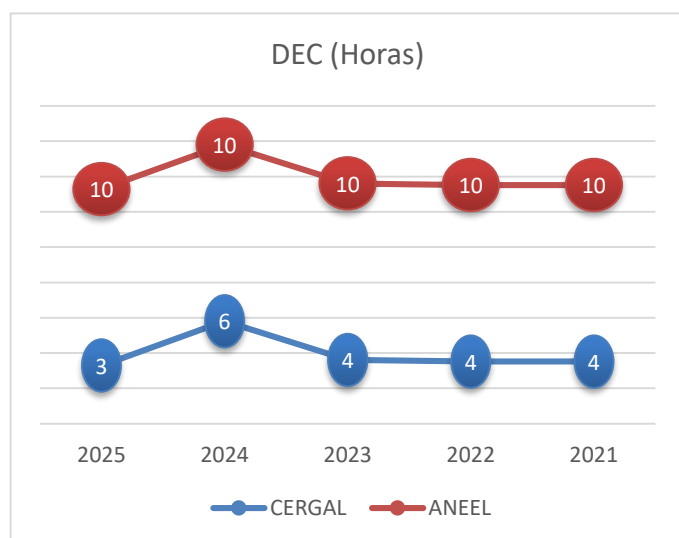
Composição da Tarifa

Composição da Tarifa	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	44.520,72	9.192,75	4.133,72	2.766,48	959,20	3.859,68
Impostos	7.842,20	1.374,32	608,26	500,99	157,06	934,08
PIS	10,75	1,88	0,83	0,69	0,22	1,28
COFINS	49,60	8,69	3,85	3,17	0,99	5,91
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	7.781,85	1.363,74	603,58	497,13	155,86	926,89
Taxas	7.956,10	1.394,28	617,09	508,26	159,35	947,65
Fiscalização	73,21	12,83	5,68	4,68	1,47	8,72
CDE	5.161,81	904,59	400,36	329,76	103,38	614,82
CDE Covid-19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CVA e Ativo e Passivo Regulatórios	547,44	95,94	42,46	34,97	10,96	65,20
CDE GD	482,64	84,58	37,43	30,83	9,67	57,49
PROINFA	630,78	110,54	48,92	40,30	12,63	75,13
Bandeira Tarifária	1.060,22	185,80	82,23	67,73	21,23	126,28
Custo da energia comprada p/revenda	10.543,86	1.847,77	817,80	673,58	211,17	1.255,88
Encargos de uso da rede elétrica	6.522,40	1.143,03	505,89	416,68	130,63	776,88
Despesas de pessoal	6.505,01	1.139,98	504,54	415,56	130,28	774,81
Outras despesas operacionais	4.793,59	840,06	371,80	306,23	96,01	570,96
Tarifa bruta da concessionária (*)	28.722,42	6.424,15	2.908,37	1.757,22	642,79	1.977,95
Resultado	357,56	1.453,31	708,33	-54,83	74,70	-1.400,58

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir os investimentos

Qualidade do Fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2021	3,52	3,80	0,70
2022	3,61	3,94	0,71
2023	4,10	4,13	0,63
2024	5,80	4,84	0,65
2025	3,29	3,82	0,60



A comparação entre os anos de 2024 e 2025 demonstra a constante evolução da CERGAL no aprimoramento dos seus serviços de distribuição de energia elétrica.

Destaca-se a significativa redução nas ocorrências de curto-circuito — de 60 para 43 registros, uma queda de 28% — evidenciando a eficácia dos investimentos realizados em modernização da rede, manutenção preventiva e fortalecimento da infraestrutura. Da mesma forma, os índices de acidente e falhas humanas recuaram 38% (de 47 para 29 ocorrências), resultado direto das ações de capacitação, revisão de procedimentos e cultura de segurança operacional.

As interrupções por desligamento para manutenção emergencial também registraram queda expressiva de 36% (de 11 para 7), reforçando a maior eficiência das equipes de campo.

A CERGAL também manteve atenção contínua às variáveis externas. O aumento nas interrupções por fenômenos naturais de 52 para 127 ocorrências reflete um período de maior intensidade de eventos climáticos na região, fator fora do controle direto da cooperativa.

Ainda assim, a CERGAL atuou de maneira ágil e eficiente, minimizando impactos e preservando a qualidade do fornecimento de energia para seus associados. O desempenho registrado reforça o compromisso da cooperativa com a excelência operacional, a inovação tecnológica e o atendimento às necessidades da comunidade. A CERGAL segue avançando de forma consistente, buscando sempre a melhoria contínua, a segurança e a satisfação plena de seus consumidores.

Atendimento ao Consumidor – A CERGAL não participa do Programa Luz para todos, já que todos os domicílios dos Municípios que a CERGAL distribui energia elétrica encontram-se atendidos.

Além da sede administrativa, a CERGAL conta com mais 02 (dois) postos de atendimento, oferecendo atendimento personalizado por profissionais capacitados e qualificados com o objetivo de melhor atender seus associados/consumidores.

Em 2025 a CERGAL através do setor de controle de qualidade realizou vários monitoramentos e análises da qualidade de tensão que é fornecida aos consumidores/associados. Neste ano, foram realizadas 240 medições de tensão amostrais da ANEEL e 02 medições de tensão solicitadas pelos consumidores/associados.

A CERGAL dispõe do canal alternativo para atendimentos, que é nossa ferramenta de WhatsApp. No ano de 2025 foram realizados 27.559 atendimentos, alcançando um índice acima de 90% referente agilidade e satisfação dos nossos associados.

Tecnologia da Informação

No exercício de 2025, a área de Tecnologia da Informação concentrou esforços no fortalecimento da infraestrutura física e lógica da Cooperativa, visando garantir alta disponibilidade, segurança da informação e continuidade operacional.

Infraestrutura Física

Foram realizadas as seguintes melhorias estruturais:

- Aquisição de 11 novos computadores;
- Implantação de novos nobreaks;
- Substituição do sistema de climatização do CPD;
- Adequações complementares no ambiente de infraestrutura.

As ações tiveram como objetivo aumentar a confiabilidade do ambiente tecnológico, mitigar riscos operacionais e assegurar estabilidade energética e térmica dos equipamentos críticos.

Infraestrutura Lógica e Segurança da Informação

No âmbito lógico, foi intensificado o monitoramento de vulnerabilidades na rede corporativa, em conformidade com a LGPD. Durante 2025, foram identificados 29 apontamentos de vulnerabilidade, todos tratados com 100% de efetividade na remediação.

Mantiveram-se reuniões periódicas com a comissão de LGPD e atuação conjunta com empresa especializada para testes, avaliação e correção de riscos cibernéticos.

O ambiente permanece estruturado com servidores virtualizados, controle de acesso via domínio, segregação de permissões e rotinas de backup diário. As cópias de segurança são gerenciadas por meio da solução Nakivo, com monitoramento como indicador da ISO.

A estrutura garante integridade, rastreabilidade e disponibilidade das informações encaminhadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O sistema de automação opera 24x7, integrado ao Centro de Operações, permitindo manobras remotas e redução do tempo de resposta a ocorrências, através de sistemas de monitoramento.

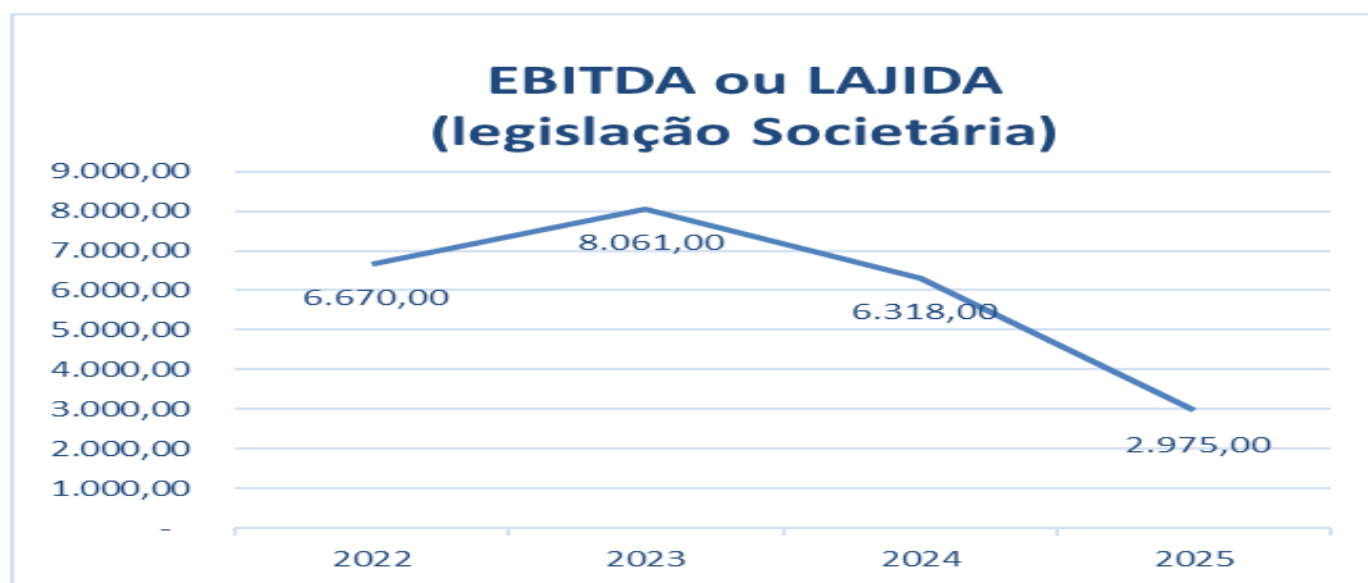
A área de TI mantém política contínua de atualização de sistemas, aplicação de patches, uso de firewall com regras restritivas e ações preventivas de conscientização dos colaboradores quanto à segurança da informação.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2025, as sobras foram de R\$ 1.489,54 (Reais/mil), contra uma sobra Líquida de R\$ 5.183,18 (Reais/mil) em 2024, ocasionando uma redução nas Sobras na Ordem de (71,26)%. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 53.386,34 (Reais/mil), superior em (1,06)% em relação a 2024, que foi de R\$ 52.828,81 (Reais/mil).

As Despesas Operacionais totalizaram em 2025 R\$ 52.720,73 (Reais/mil), (7,87) % superior em relação a 2024 que foi de R\$ 48.569,78 (reais/mil). O aumento do Patrimônio Líquido do exercício foi de 1,52% em relação a 2024.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 2.975,03 (Reais/mil), inferior 52,91% a 2024, que foi de R\$ 6.318,00 (Reais/mil), conforme variação abaixo:



Investimentos: Em 2025, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 12.221,32 mil que foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$/mil 12.196,28.

Segue abaixo o valor dos Investimentos:

Evolução e Projeção dos Investimentos			
	R\$ Mil Nominais		
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	2023R	2024R	2025R
AIS Bruto ¹	4.762,38	4.781,20	12.221,32
Transformador de Distribuição	513,38	378,16	1.757,25
Medidor	265,44	266,74	272,11
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	841,95	933,37	1.800,02
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	3.027,73	3.196,07	6.609,90
Redes Alta Tensão (69 kV)	44,82	6,86	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)			
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)			
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)			
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)			
Demais Máquinas e Equipamentos	69,06	-	1.782,04
Obrigações Especiais do AIS Bruto	947,70	2.222,44	3.061,81
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	947,70	2.222,44	3.061,81
Outros			
Originadas da Receita			
Ultrapassagem de demanda	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-
Outros	-	-	-
Outros			

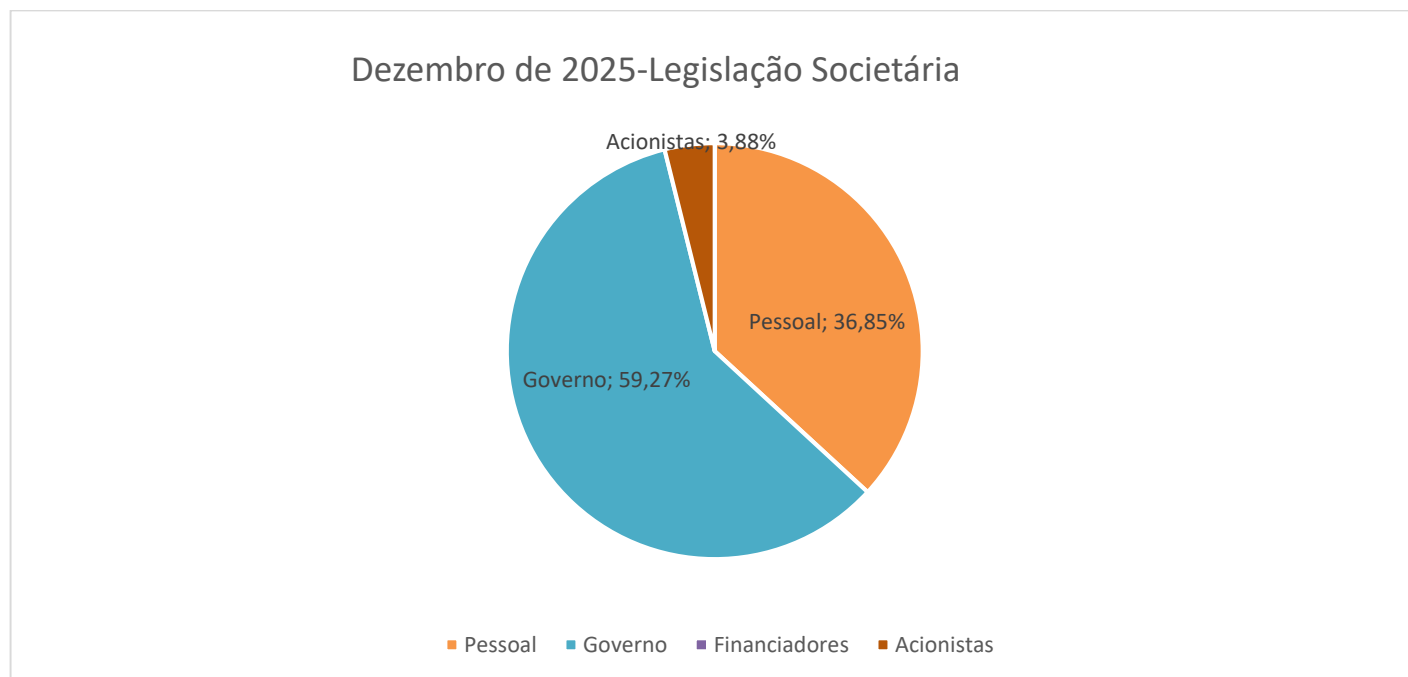
Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

	2025R	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P
Plano de Investimentos 2025	12.221,32	4.004,55	1.923,55	2.011,49	2.071,84	2.184,85
	2025P	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P
Plano de Investimentos 2024	9.339,85	3.154,79	2.112,28	2.184,85	2.167,91	-
Diferença	30,85%	26,94%	-8,93%	-7,93%	-4,43%	

os principais motivos das diferenças no plano de investimentos são	JUSTIFICATIVAS
	2025- Reprogramação da execução das obras e aumento do custo financeiro dos materiais.
	2026- Reprogramada a execução da 8ª etapa do projeto de Interligação Tubarão/Jaguaruna não concluída no exercício de 2025, sendo sua finalização prevista para o exercício de 2026.
	2027- Variação Aceitável.
	2028- Variação Aceitável.
	2029 - VARIAÇÃO ACEITAVEL.

Captações de Recursos: Os investimentos de 2025 foram realizados somente com recursos próprios.

Valor Adicionado: Em 2025 o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERGAL foi de R\$ 37.336,00 (Reais/mil), representando 50,06% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Composição Acionária:

O Capital Social em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 9.442,00 mil. À quantidade de cotas varia de acordo com o ingresso ou saídas dos associados. Cada cota parte tem o valor de R\$ 1,00 conforme disposto no estatuto social.

A gestão cooperativista, norteadada pela Lei 5.764/1971, é baseada na premissa de que as principais decisões são tomadas em conjunto, em Assembleia. Dessa forma, uma vez ao ano, em Assembleia geral ordinária, a diretoria submete a aprovação dos associados as contas do Exercício anterior, o plano de investimento para o próximo ano e a destinação das sobras líquidas do exercício.

Relações com o Mercado: A CERGAL participa de eventos, compõe as associações do Setor: FECOERUSC, OCEsc, SESCOOP, bem como, mantém contato com outras Permissionárias e concessionárias buscando sempre estar atualizada com relação às modificações do Setor Elétrico. A CERGAL objetiva manter seus colaboradores sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo com que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico. Sempre valorizando:

- A segurança e qualidade de vida no trabalho;
- O fortalecimento do cooperativismo, a participação e a solidariedade;
- A valorização: pessoal e profissional do colaborador e integração com a família;
- A responsabilidade social e respeito ao meio ambiente;
- A ética;

- A transparência;
- O orgulho em fazer parte do quadro funcional da cooperativa.

GESTÃO

Planejamento Empresarial: A CERGAL vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças constantes ocorridas no setor elétrico devido à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações e reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

O sistema de gestão da qualidade auxilia consideravelmente o gerenciamento da empresa como um todo, envolvendo os colaboradores e setores tornando a gestão mais participativa, incentivando o surgimento, a cada dia, de novas ideias e sugestões de melhoria contínua, com isso, ganha a empresa com qualidade, refletindo sensivelmente em nossa razão de existir que são os nossos Associados/Consumidores.

A CERGAL em Números

Atendimento	2025	2024	%
Número de consumidores	20.934,00	20.503,00	2,10%
Número de empregados	95	90	5,56%
Número de consumidores por empregado	220,36	227,81	-3,27%
Número de localidades atendidas	4,00	4,00	0,00%
Número de postos de atendimento	3,00	3,00	0,00%
Mercado	-	-	-
Área de concessão (Km2)	199,35	199,35	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	-
Demanda máxima (MWh/h)	8.950	8.423	6,26%
Distribuição direta (GWh)	61,22	64,11	-4,51%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.215,97	2.202,29	0,62%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	738,59	730,45	1,11%
Residencial	738,59	761,70	-3,03%
Comercial	743,23	714,64	4,00%
Industrial	703,61	730,20	-3,64%
Rural	710,44	746,29	-4,80%
Suprimento	-	-	-
DEC (horas)	3,29	5,80	-43,28%
População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes)	30,16	30,09	0,23%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	11,71	11,46	2,18%
FEC (número de interrupções)	3,82	4,84	-21,07%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,28	0,16	78,48%
Operacionais	-	-	-
Número de subestações	1,00	1,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	656,92	603,90	8,78%
Capacidade instalada (MW)	67,67	62,89	7,60%
Financeiros	-	-	-
Receita operacional bruta (R\$ mil)	73.127,00	72.125,00	1,39%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	53.386,00	52.828,00	1,06%
Margem operacional do serviço líquida (%)	36,98	36,53	1,23%
EBITDA OU LAJIDA	2.975,00	6.318,00	-52,91%
Lucro líquido (R\$ mil)	1.490,00	5.183,00	-71,25%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	54.800,00	53.978,00	1,52%
Valor patrimonial do lote de mil ações	1,00	1,00	0,00%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	2,72	9,60	-71,68%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	45,77	37,27	22,81%
Em moeda nacional (%)	45,77	37,27	22,81%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	-
Indicadores de performance	-	-	-
Salário Médio dos Funcionários:	5,90	5,40	9,26%
Energia Gerada / Comprada por Funcionário:	990,20	1.019,13	-2,84%
Energia Gerada / Comprada por Consumidor:	4,49	4,47	0,45%

Balanço Social

Recursos Humanos

Os resultados da Cergal são apoiados pela dedicação e competência de uma equipe multidisciplinar formada por 95 colaboradores. A participação e a eficiência, juntamente com a orientação da liderança e a clareza nas operações, evidenciam o alinhamento das ações com o objetivo de alcançar os melhores resultados.

Benefícios

O conjunto de vantagens é uma estratégia cada vez mais eficiente para atrair e manter profissionais qualificados, fomentar o bem-estar e estimular a produtividade. Assim, preocupada com a qualidade de vida, a Cergal proporciona aos seus colaboradores: plano de saúde, plano odontológico, vale alimentação, vale transporte, auxílio educação, seguro de vida e previdência privada, além de acompanhamento através de exames médicos admissionais e periódicos. A Cergal dispõe ainda de uma sede social com espaço para lazer e eventos, com campo de futebol e um parque infantil.

Valorização

Com o objetivo de envolver e motivar os colaboradores na criação e preservação de uma cultura organizacional saudável e favorável à produtividade, algumas iniciativas fizeram parte da rotina com realce as datas comemorativas: carnaval, dia internacional da mulher, dia das mães, dia dos pais, dia da atendente comercial, dia do Eletricista, campanhas nacionais de caráter preventivo outubro rosa e novembro azul, jantar de fim de ano e demais ações que evidenciem o alcance de resultados positivos.







Responsabilidade Social

Ciente de sua responsabilidade social nas comunidades que abrangem a área de permissão e, empenhada em fortalecer vínculos saudáveis e contínuos através da criação de um legado de oportunidades, tem intensificado sua atuação como uma empresa cidadã.

A 5ª turma do Programa Mulheres Cooperativistas ocorreu entre os dias 31/03/2025 à 21/10/2025, encerrando com o evento de formatura das 56 mulheres participantes da comunidade do bairro Humaitá, no Município de Tubarão/SC.

O Programa Jovens Cooperativistas Catarinense, teve sua 3ª Edição entre os dias 01/05/2025 à 30/05/2025, também concluindo com uma comemoração dos 47 jovens participantes do Nono ano do ensino fundamental da Escola Prof. Noé Abati, localizado no Bairro São Clemente, no município de Tubarão/SC. Já a 4ª Turma ocorreu entre os dias 13/08/2025 à 18/09/2025, concluindo com uma comemoração dos 45 jovens participantes do Nono ano do ensino fundamental da Escola Básica Municipal Antônio João Mendes, localizado no Bairro Camacho, no município de Jaguaruna/SC.

Os programas acontecem em parceria com o SESCOOP e tem como objetivo promover o cooperativismo e seus preceitos, além de estimular alternativas e estratégias de desenvolvimento, que aprimorem o autoconhecimento e a percepção do seu papel nas comunidades em que estão inseridos.

Temas abordados em seus encontros são: liderança e protagonismo feminino, desenvolvimento interpessoal e relacionamento familiar, educação cooperativista, comunicação eficaz e oratória, organização do quadro social, inteligência emocional e afetividade e desenvolvimento humano, equilíbrio emocional, protagonismo e projeto de vida compõem o programa Mulheres e Jovens Cooperativistas Catarinense.

Formatura Mulheres Cooperativistas

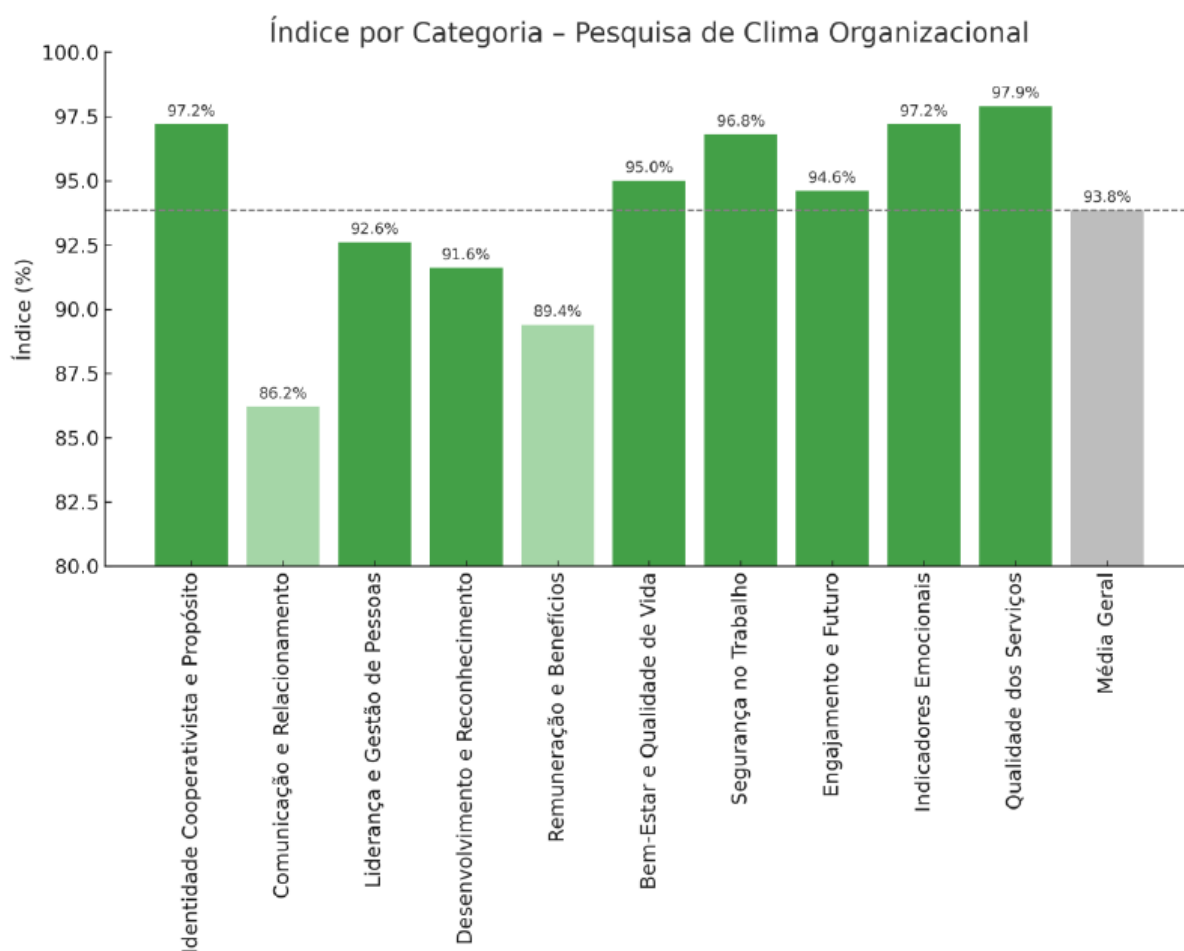


Formatura Jovens Cooperativistas



Pesquisa de Clima Organizacional

A Pesquisa de Clima Organizacional é uma importante ferramenta que nos ajuda a ouvir nossos colaboradores e compreender suas percepções sobre as políticas, práticas e o ambiente de trabalho. Em 2025, a pesquisa foi realizada de forma estruturada e digital, alcançando uma excelente participação. Superamos a meta de 82% e atingimos um índice geral de 93.8% de satisfação, refletindo o engajamento e a confiança dos colaboradores. Esses resultados reforçam nosso compromisso em promover um ambiente de trabalho cada vez melhor para todos.



Programa Jovem Aprendiz

A Cergal, por meio do Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o SENAC/SC e em atendimento a Lei de Aprendizagem, oportuniza um espaço para a aplicação dos conhecimentos teóricos aos jovens participantes do curso de aprendizagem. Durante o ano, três contratados foram orientados e incentivados pela equipe de profissionais das áreas administrativa e comercial.

Quem Somos

A Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi - Cergal, permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Fundada em 10 de outubro de 1963, com o objetivo de transformar a vida das pessoas e alavancar o crescimento das comunidades, por meio da distribuição de energia elétrica.

Nosso trabalho é sustentado pelo compromisso com bons resultados, pela melhoria dos processos e satisfação dos associados/consumidores e, validado por meio da certificação NBR ISO 9001:2015 Sistema de gestão da qualidade.

Identidade Estratégica

A identidade estratégica é definida com foco na atividade principal da Cergal, sem perder de vista a sua essência, o cooperativismo e, é o ponto de partida para a elaboração do planejamento estratégico.

Missão

Distribuir energia elétrica de qualidade aos associados/consumidores, promovendo o cooperativismo e o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental.

Visão

Ser uma distribuidora de energia elétrica reconhecida pela excelência e, necessária para o desenvolvimento socioeconômico em sua área de permissão.

Valores

Segurança

Qualidade de Vida

Qualidade dos Serviços

Cooperativismo

Valorização dos Colaboradores

Responsabilidade Socioambiental

Ética

Transparência

Melhoria Contínua

Política da Qualidade

Distribuir energia elétrica na área de permissão, pautados nos princípios cooperativistas e requisitos estabelecidos pelas partes interessadas, por meio da competência, da melhoria contínua dos processos e eficácia da gestão.

Planejamento Estratégico

A revisão anual do planejamento estratégico é um processo sistemático de avaliação das diretrizes estratégicas, com suporte de consultoria especializada e metodologias definidas, com o objetivo de verificar a aderência da estratégia aos resultados obtidos, às mudanças do ambiente interno e externo e às prioridades



organizacionais.

Esse processo assegura que a empresa permaneça alinhada à sua **missão, visão e valores**, promovendo tomada de decisão mais assertiva, sustentável, que visam antecipar ações de reação às mudanças e potencializar resultados.

A reunião anual de revisão do planejamento estratégico permite:

- Avaliar o desempenho em relação aos objetivos definidos;
- Identificar desvios, riscos e oportunidades;
- Ajustar metas, iniciativas e alocação de recursos;
- Reforçar o alinhamento entre estratégia, operação e orçamento;
- Garantir maior adaptabilidade frente à mudanças.

O planejamento estratégico é elemento fundamental da gestão corporativa, pois permite aprender com o passado, responder ao presente e se preparar para o futuro, garantindo sustentabilidade e geração de valor.

Sistema de Gestão da Qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade da Cergal é estruturado com base nos requisitos da NBR ISO 9001:2015, tendo como objetivo assegurar a padronização dos processos, a melhoria contínua do desempenho organizacional e a satisfação dos associados/consumidores e demais partes interessadas.

Durante o período, a Cergal passou pelo processo de recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade, conduzido pelo organismo certificador TÜV NORD Brasil, reafirmando seu compromisso com a excelência, a conformidade e a melhoria contínua.

O processo de recertificação compreendeu:

- Avaliação do contexto organizacional e das partes interessadas;
- Revisão de processos, procedimentos e documentos do SGQ;
- Realização de auditorias internas;
- Tratamento de não conformidades, quando aplicável;
- Avaliação da eficácia das ações corretivas;
- Auditoria externa conduzida por organismo certificador acreditado.



A recertificação para o escopo que compreende todo o sistema de distribuição de energia elétrica, somada ao resultado de zero não conformidades, evidencia a robustez, consistência e eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade, bem como o nível de maturidade alcançado, reafirma a credibilidade de nossa atuação.



TÜV NORD

CERTIFICADO

Sistema de gestão para
ISO 9001 : 2015

O organismo de certificação TÜV NORD Brasil confirma por este meio e em resultado da auditoria, avaliação e decisão de certificação de acordo com a norma ISO/IEC 17021-1:2015, que a organização

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi
Rodovia Genésio de Souza Goulart, 4680 - Santa Luzia
88706-100 - Tubarão - SC -
Brasil

opera um sistema de gestão em conformidade com os requisitos da norma ISO 9001 : 2015 e que durante o período de vigência de 3 anos será monitorada quanto à conformidade.

Seguinte escopo

Distribuição de energia elétrica, coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos, cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida e das compensações relacionadas a tensão em regime permanente.
Tratamento de reclamações dos associados/consumidores na área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi.

Número do registro do certificado TNSR-31248
Relatório da auditoria - OS 24063

Válido de: 28/01/2026
Válido até: 27/01/2025
Certificação Inicial 2011



Alexandre Alves
Centro Técnico

Barueri, 06/12/2025

A validade deste certificado está sujeita ao atendimento satisfatório e contínuo pela empresa das condições estabelecidas no contrato de certificação. Este certificado permite o registro na relação de empresas certificadas do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade.



TÜV NORD Brasil Avaliações da Qualidade Ltda. Av. Madeira, 222 - 3º Andar - 06454-010 - Barueri - SP - tuv-nord.com.br



Revisão	Data	Descrição
02	06/12/2025	Emissão Inicial

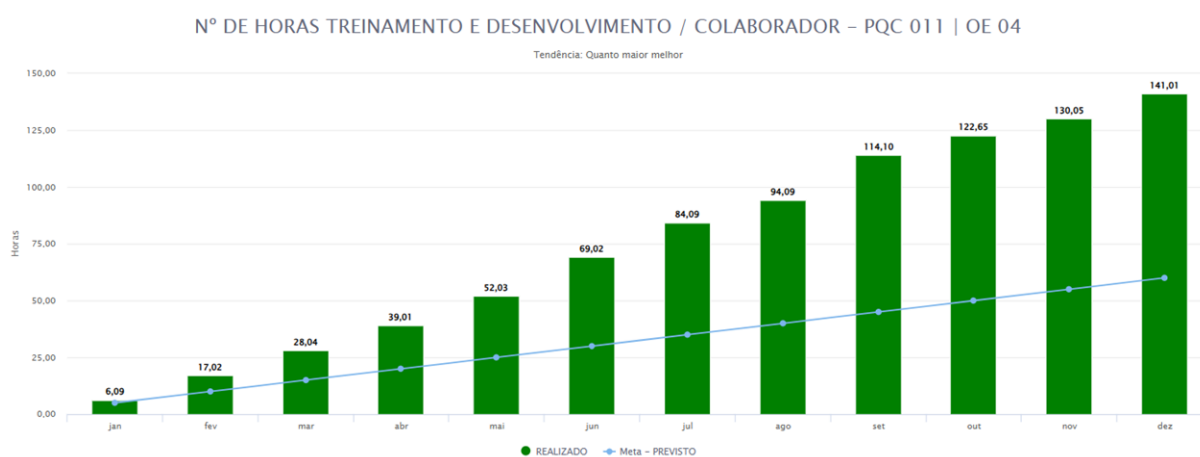
Treinamento e Desenvolvimento

As ações de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) constituem um pilar estratégico para o fortalecimento da cultura organizacional, a melhoria contínua dos processos e o alcance dos objetivos da cooperativa. Ao longo do período avaliado, a organização manteve investimentos consistentes na capacitação de seus colaboradores, com foco no desenvolvimento técnico, comportamental e gerencial.

Por meio de recursos próprios e da parceria com o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), a Cergal promoveu iniciativas internas, externas e in company, com intuito de construir e aprimorar conhecimentos técnicos e comportamentais dos colaboradores de todas as áreas que compõem a estrutura operacional. Além do programa auxílio educação, que incentiva os colaboradores à formação em cursos técnicos, graduação e pós graduação, acumulando durante o exercício 141,01 horas de treinamento e desenvolvimento por colaborador.

As ações de T&D foram acompanhadas por indicadores de desempenho, tais como:

- Total de horas de treinamento realizadas no período;
- Número de horas de treinamento por colaborador;
- Avaliação de eficácia dos treinamentos.



Os resultados demonstram evolução contínua na qualificação das equipes, refletindo positivamente na padronização dos processos, na redução de desvios e no aumento da eficiência operacional.

CIPA

Em atendimento a NR 5, os membros eleitos e indicados à nova gestão da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPA), composta por 08 colaboradores, receberam 20 horas de treinamento conduzido por empresa especializada, para assumirem um importante papel na promoção da segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores, identificar riscos no ambiente de trabalho, propor medidas preventivas, investigar acidentes e atuar na conscientização dos colaboradores, fortalecendo a cultura de prevenção e segurança.

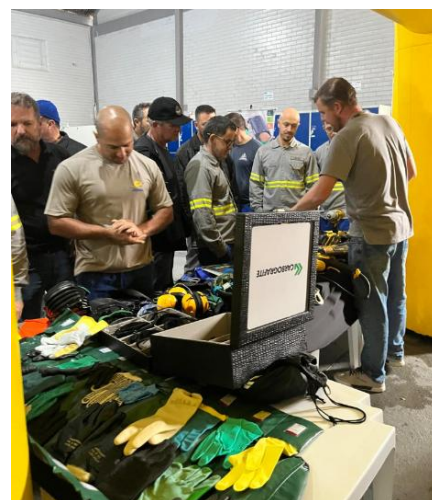


SIPAT

Com o slogan “A Vida em Equilíbrio” a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT, foi um convite a olhar para si com mais gentileza. A desconectar-se um pouco do que está fora para se reconectar com o que está dentro. Porque prevenir acidentes é, antes de tudo, viver com consciência, presença, responsabilidade e equilíbrio.

A programação ocorreu entre os dias 22 e 26 de setembro e envolveu palestras, feira, campanhas educativas e ações de integração e engajamento dos colaboradores, um momento importante para refletir e reforçarmos juntos, nosso compromisso com a segurança, a saúde e o bem-estar, nosso compromisso com a Vida.

XVI SIPAT



LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais serve de diretriz para o comportamento de nossos colaboradores vinculados, direta ou indiretamente, na prestação de serviços prestados aos associados/consumidores. O respeito aos dados pessoais já é prática recorrente, sob orientação de consultoria especializada, um conjunto de ações vem sendo implementado, incluindo procedimentos relacionados à coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis, que visam assegurar os direitos, deveres e princípios que envolvem o uso de dados pessoais dos usuários, advindas da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Combate ao assédio sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho

A Cergal conta com os diretores e colaboradores para consistentemente, fazer o que é certo, da maneira adequada, com vistas a construção de relações de trabalho saudáveis e duradouras e a preservação da boa reputação, que é a base do sucesso de qualquer negócio.

Para assegurar que nossos comportamentos expressem os valores que compartilhamos no âmbito do trabalho e, estejam em conformidade com a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022, a Cergal, por meio de pesquisas e suporte jurídico, adotou uma série de ações regulares, de forma que o tema esteja em constante evidência e seja alicerce na conduta dos colaboradores, mitigando o risco de interpretações subjetivas quanto aos aspectos morais, éticos e legais, sendo uma dessas ações, a conscientização dos colaboradores.



a) Demonstração do Balanço Social 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)
**Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi
CNPJ nº. 86.439.510/0001-85**
**Demonstração do Balanço Social - 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)**

	2025			2024		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	53.386,00			58.733,00		
Resultado Operacional (RO)	666,00			4.258,00		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	15.739,07			13.831,91		
	% sobre			% sobre		
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	1.231,77	7,83%	2,31%	1.162,49	8,40%	1,98%
Encargos sociais compulsórios	3.521,46	22,37%	6,60%	3.204,23	23,17%	5,46%
Entidade de previdência privada	139,40	0,89%	0,26%	115,10	0,73%	0,22%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	573,31	3,64%	1,07%	530,39	3,83%	0,90%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	100,53	0,64%	0,19%	67,92	0,49%	0,12%
Educação - Auxílio educação	54,19	0,34%	0,10%	52,57	0,38%	0,09%
Capacitação e desenvolvimento profissional	45,00	0,29%	0,08%	3,18	0,02%	0,01%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	3,48	0,02%	0,01%	3,87	0,03%	0,01%
Outros Benefícios	147,20	0,94%	0,28%	134,94	0,98%	0,23%
Total	5.816,34	36,95%	10,89%	5.274,69	38,13%	8,98%

3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		RO	RL		RO	RL
Cultura	16,40	2,46%	0,03%	5,13	0,77%	0,01%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	3,00	0,45%	0,01%	2,78	0,42%	0,01%
Doações e contribuições	682,36	102,46%	1,28%	534,78	12,56%	0,91%
Total de contribuições para a sociedade	701,76	105,37%	1,31%	542,69	12,75%	0,92%
Tributos - excluídos encargos sociais	11.487,88	17,25%	21,52%	11.283,39	16,94%	21,14%
Total	12.189,64	18,30%	22,83%	11.826,08	2,78%	20,14%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		RO	RL		RO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	111,05	16,67%	0,21%	137,47	3,23%	0,23%
Total	111,05	16,67%	0,21%	137,47	3,23%	0,23%

	2025	2024
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	95	90
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	30	33
Ensino médio	63	56
Ensino fundamental	2	1
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	9	2
De 30 até 45 anos (exclusive)	42	42
Acima de 45 anos	44	46
Admissões durante o período	6	6
Mulheres que trabalham na empresa	26,32	21,11
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n.º total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n.º total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	3,16	4,44
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n.º total de negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n.º total de gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	74	77
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8,03	6,97
Acidentes de trabalho	1	0

Demonstrações Contábeis Societárias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO			
	NOTA	31/dez/25	31/dez/24
CIRCULANTE		22.319	27.964
Caixa e bancos		1.353	1.457
Aplicações financeiras	05	436	7.460
Consumidores de energia a receber	06	10.175	10.062
Impostos a recuperar	07	1.673	1.365
Estoques		265	384
Serviços em curso	08	2	2
Ativos regulatórios	09	914	2.239
Despesas de exercícios seguintes		149	135
Subsídios e subvenções	10	6.108	3.892
Outros créditos	11	1.244	968
NÃO CIRCULANTE		57.563	46.131
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		19.518	13.353
Impostos a recuperar	07	528	309
Ativo indenizado (Permissão)	4F - 12	18.695	12.773
Outros créditos	11	295	271
INVESTIMENTOS		742	449
IMOBILIZADO	4G - 12	5.007	5.280
INTANGÍVEL	4H - 12	32.296	27.049
TOTAL DO ATIVO		79.882	74.095

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Luciane da Rosa Bittencourt
CRC SC 0271440/7

Gelson José Bento
Presidente

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO

	NOTA	31/dez/25	31/dez/24
CIRCULANTE		14.345	12.925
Fornecedores	14	1.744	1.941
Salários e ordenados a pagar		306	233
Impostos, taxas e contribuições	15	1.481	1.211
Passivos regulatórios	09	4.757	3.878
Obrigações estimadas	16	1.534	1.338
Encargos setoriais	17	893	627
Repasse a realizar	18	894	662
Subvenções	20	553	884
Outros débitos	21	2.183	2.151
NÃO CIRCULANTE		10.737	7.192
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		10.737	7.192
Provisões para contingências	19	66	140
Contingências fiscais	22	2.207	1.505
Obrigações vinculadas ao serviço público	13	8.464	5.547
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	54.800	53.978
Capital social		9.442	9.136
Reserva legal		16.665	15.049
Fates		5.489	5.125
Fundo de manutenção		22.598	22.174
Sobras a disposição da AGO	23	606	2.494
TOTAL DO PASSIVO		79.882	74.095

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

 Luciane da Rosa Bittencourt
 CRC SC 0271440/7

 Gelson José Bento
 Presidente

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	NOTA	PERÍODOS	
		01/jan/25	01/jan/24
		a 31/dez/25	a 31/dez/24
INGRESSOS OPERACIONAIS		73.127	72.125
Fornecimento de energia	25	11.459	11.961
Uso do sistema de distribuição	25	46.662	46.772
Serviços		96	125
Receita de construção de infraestrutura		1.753	554
Outras receitas operacionais		13.157	12.713
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS		(19.741)	(19.297)
Tributos e contribuições sobre a receita	26	(11.417)	(11.268)
Encargos do consumidor	27	(8.324)	(8.029)
INGRESSOS LÍQUIDOS		53.386	52.828
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(50.724)	(46.369)
Dispêndio com energia elétrica adquirida	28	(25.764)	(26.094)
Custo de operação			
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	29	(13.972)	(12.157)
Material		(1.345)	(1.020)
Serviços de terceiros		(3.499)	(3.200)
Depreciação e amortização		(2.309)	(2.060)
Custo de construção de infraestrutura		(1.753)	(554)
Provisões		(801)	8
Outros		(1.281)	(1.292)
SOBRA BRUTA		2.662	6.459
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(1.996)	(2.201)
Despesas com vendas		(135)	(437)
Despesas gerais e administrativas		(2.454)	(2.156)
Outras despesas operacionais		(976)	(704)
Outras receitas operacionais		1.569	1.096
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS		1.045	1.000
Dispêndios financeiros	30	(25)	(113)
Ingressos financeiros	30	1.070	1.113
SOBRAS ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR		1.711	5.258
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO	32	(221)	(75)
Contribuição social		(65)	(26)
Imposto de renda		(156)	(49)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		1.490	5.183

 Luciane da Rosa Bittencourt
 CRC SC027144O/7

 Gelson José Bento
 Presidente

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL
Tubarão - SC
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	01/jan/25 a 31/dez/25			01/jan/24 a 31/dez/24		
	ATO COOPERATIVO INGRESSOS/ DISPÊNDIOS	NÃO COOPERADO RECEITAS/ DESPESAS	TOTAL	ATO COOPERATIVO INGRESSOS/ DISPÊNDIOS	NÃO COOPERADO RECEITAS/ DESPESAS	TOTAL
INGRESSOS OPERACIONAIS	51.811	21.316	73.127	68.426	3.699	72.125
Fornecimento de energia	8.119	3.340	11.459	11.347	614	11.961
Uso do sistema de distribuição	33.060	13.602	46.662	44.373	2.399	46.772
Serviços	68	28	96	119	6	125
Receita de construção de infraestrutura	1.242	511	1.753	526	28	554
Outras receitas operacionais	9.322	3.835	13.157	12.061	652	12.713
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS	(13.987)	(5.754)	(19.741)	(18.307)	(990)	(19.297)
Tributos e contribuições sobre a receita	(8.089)	(3.328)	(11.417)	(10.690)	(578)	(11.268)
Encargos do consumidor	(5.898)	(2.426)	(8.324)	(7.617)	(412)	(8.029)
INGRESSOS LÍQUIDOS	37.824	15.562	53.386	50.119	2.709	52.828
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(35.938)	(14.786)	(50.724)	(43.990)	(2.379)	(46.369)
Dispêndio com energia elétrica adquirida	(18.254)	(7.510)	(25.764)	(24.755)	(1.339)	(26.094)
Custo de operação						
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(9.899)	(4.073)	(13.972)	(11.533)	(624)	(12.157)
Material	(952)	(393)	(1.345)	(968)	(52)	(1.020)
Serviços de terceiros	(2.479)	(1.020)	(3.499)	(3.036)	(164)	(3.200)
Depreciação e amortização	(1.636)	(673)	(2.309)	(1.954)	(106)	(2.060)
Custo de construção de infraestrutura	(1.242)	(511)	(1.753)	(526)	(28)	(554)
Provisões	(568)	(233)	(801)	8	-	8
Outros	(908)	(373)	(1.281)	(1.226)	(66)	(1.292)
SOBRA BRUTA	1.886	776	2.662	6.129	330	6.459
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(1.415)	(581)	(1.996)	(2.088)	(113)	(2.201)
Despesas com vendas	(96)	(39)	(135)	(415)	(22)	(437)
Despesas gerais e administrativas	(1.739)	(715)	(2.454)	(2.045)	(111)	(2.156)
Outras despesas operacionais	(692)	(284)	(976)	(668)	(36)	(704)
Outras receitas operacionais	1.112	457	1.569	1.040	56	1.096
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS	741	304	1.045	948	52	1.000
Dispêndios financeiros	(17)	(8)	(25)	(108)	(5)	(113)
Ingressos financeiros	758	312	1.070	1.056	57	1.113
SOBRAS ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR	1.212	499	1.711	4.989	269	5.258
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO	-	(221)	(221)	-	(75)	(75)
Contribuição social	-	(65)	(65)	-	(26)	(26)
Imposto de renda	-	(156)	(156)	-	(49)	(49)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	1.212	278	1.490	4.989	194	5.183

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL
Tubarão - SC
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS				SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
		FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	FUNDO DE MANUTENÇÃO	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ/23	8.730	12.215	4.608	20.428	37.251	3.335	49.316
1 - AUMENTO DE CAPITAL					-		-
- Integralização/devolução de quotas	6				-		6
2 - AUMENTO DE RESERVAS					-		-
- Destinações estatutárias e legais		499	444	1.746	2.689	(2.689)	-
- Destinações AGO	400	2.335	600		2.935	(3.335)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS					-		-
- Realização da Fates			(527)		(527)		(527)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO					-	5.183	5.183
SALDOS 31/DEZ/24	9.136	15.049	5.125	22.174	42.348	2.494	53.978
1 - AUMENTO DE CAPITAL					-		-
- Integralização/devolução de quotas	6				-		6
2 - AUMENTO DE RESERVAS					-		-
- Destinações estatutárias e legais		122	339	424	885	(884)	1
- Destinações AGO	300	1.494	700		2.194	(2.494)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS					-		-
- Realização da Fates			(675)		(675)		(675)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO					-	1.490	1.490
SALDOS 31/DEZ/25	9.442	16.665	5.489	22.598	44.752	606	54.800
MUTAÇÕES DO PERÍODO	306	1.616	364	424	2.404	(1.888)	822

Luciane da Rosa Bittencourt
CRC SC 0271440/7

Gelson Jose Bento
Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)

(Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/25	01/jan/24
	a	a
	31/dez/25	31/dez/24
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	61.269	61.012
Recebimento de Subvenções	11.059	10.680
Pagamentos a Fomecedores	(8.211)	(6.698)
Fomecedores Energia Elétrica Comprada	(20.476)	(20.836)
Salários e Encargos Sociais	(9.944)	(8.721)
Caixa Gerada pelas Operações	33.697	35.437
Encargos Setoriais	(10.760)	(10.245)
Juros Pagos	(3)	(41)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(5.730)	(5.271)
Tributos Estaduais (ICMS)	(11.206)	(10.961)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(80)	(75)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	5.918	8.844
Indenizações	(228)	259
Associações e Convênios	(3.441)	(2.710)
Viagens	(23)	(14)
Outras Receitas e Despesas	154	151
Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais	2.380	6.530
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra de Ativo Imobilizado	(9.889)	(4.559)
Recebido pela Venda de Imobilizado	94	85
Juros Recebidos	1	4
Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos	(9.794)	(4.470)
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Receitas de Aplicações Financeiras	576	375
Despesas Bancárias	(290)	(379)
Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras	286	(4)
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	(7.128)	2.056
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	8.917	6.861
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	1.789	8.917
Variação pelo Caixa	(7.128)	2.056

Luciane da Rosa Bittencourt
CRC SC 0271440/7

Gelson José Bento
Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/25	01/jan/24
	a 31/dez/25	a 31/dez/24
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITA BRUTA	74.582	72.813
Venda de energia e serviços	74.718	73.240
Estorno/Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(136)	(427)
(-) INSUMOS ADQU. DE TERCEIROS	(34.937)	(32.593)
Outros insumos adquiridos	(4.163)	(1.960)
Material e serviços de terceiros	(30.774)	(30.633)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	39.645	40.220
(-) RETENÇÕES	(2.309)	(2.060)
Depreciação do período	(2.309)	(2.060)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	37.336	38.160
(+) VALORES REC. DE TERCEIROS	1.045	999
Receitas (Despesas) financeiras	1.045	999
(+) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	38.381	39.159
(=) DISTRIB. DO VALOR ADICIONADO	38.381	39.159
Pessoal	14.144	12.104
Remunerações	9.491	8.444
Encargos sociais (exceto INSS)	887	728
Auxílio alimentação	940	906
Convênio assistencial e outros benefícios	2.408	1.762
Custos imobilizados	418	264
Governo	22.747	21.872
INSS (sobre folha de pagamento)	2.742	2.514
ICMS	11.329	11.182
Imposto de renda e contribuição social	221	75
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	8.455	8.101
Cooperados	1.490	5.183
Sobras retidas	1.490	5.183

 Luciane da Rosa Bittencourt
 CRC SC 027144O/7

 Gelson Jose Bento
 Presidente

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Agradecimentos

Ao fim do exercício social de 2025, queremos agradecer a DEUS, aos membros do Conselho de Administração, e, estender esse agradecimento a todos os consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nosso principal objetivo que é a distribuição de energia elétrica com qualidade.

Agradecemos também aos membros do Conselho Fiscal que se mantiveram atuantes e concisos no debate de questões de maior interesse para CERGAL.

Demonstramos ainda, nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente aos associados e consumidores, bem como a todos os demais, que contribuíram para o cumprimento da missão desta permissionária.

Tubarão, 31 de Dezembro de 2025.

A Administração.

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis Societárias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Tubarão, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição e comercialização de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão inicial da CERGAL, para atuar no setor de distribuição de energia elétrica teve prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir de 30 de outubro de 2008. Em 15 de abril de 2021 houve aditivo contratual alterando o prazo de permissão para 30 (trinta) anos contados a partir da celebração deste. Esta alteração poderá ser suspensa se não atendidas as condições estipuladas no próprio aditivo.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

As áreas de permissão estão situadas nos municípios de Tubarão, Jaguaruna, Laguna e Gravatal, todos no Estado de Santa Catarina, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001491/2000-84 de regularização da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGAL, especificadas na resolução homologatória nº 526, de 31 de julho de 2007 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.566, de 23 de setembro 2008, constantes do contrato de permissão assinado em 30/out./2008.

Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica: O contrato de permissão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas no mês de setembro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica. A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo o montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária. Em 22 de julho de 2016 a CERGAL assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão, o que permitiu a CERGAL pleitear para a 2ª Revisão Tarifária a receita requerida para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016.
Composição da receita requerida:

Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores Independentes autônomos,

concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE): encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Desde a publicação da Lei 13.280, de 3 de maio de 2016, as cooperativas permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh, estão desobrigadas a aplicarem recursos em P&D/PEE. Na Revisão Tarifária ocorrida em setembro de 2016, os valores destes encargos, referentes ao período de maio a agosto de 2016, que haviam sido calculados no processo tarifário anterior, foram devolvidos aos consumidores na forma de componente financeiro.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem o item de custo não gerenciável de valor significativo para as permissionárias distribuidoras.

Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Bandeiras Tarifárias: Criada pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, estabelece a cobrança adicional na conta de energia dos consumidores para indicar que o custo de geração de energia está elevado, por conta do acionamento de termelétricas. O sistema de bandeiras repassa mensalmente às tarifas parte dos custos adicionais na geração. Com isso, a receita que as distribuidoras auferirem com o pagamento será descontada do cálculo do reajuste tarifário anual.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá conscientizar a sociedade, bem como os consumidores quanto a sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, juntamente com a Interpretação ITG 2004/2017. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *Internacional Accounting Standard Board* – IASB.

A Administração da cooperativa declara que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1001 – Contabilidade para Pequenas Empresas/Cooperativas, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Administração também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a cooperativa não possui prestação de contas públicas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade para Pequenas Empresas/Cooperativas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02(R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor do ativo indenizado, residual do ativo intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas trabalhistas e cíveis e provisões de ganho em processo civil. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Cooperativa revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

C) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - IMPAIRMENT

A cooperativa tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, caso existam evidências claras de que a cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;

- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil e;
- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da permissão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição.

Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas acima, a cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

NOTA 04 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Permissionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Permissionária não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Permissionária gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros básicos não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores e outros débitos.

DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não mantém operação com instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício.

B) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

C) ESTOQUE

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos (Imobilizado), estão registrados ao custo médio de aquisição.

D) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetavam as demonstrações contábeis societárias da permissionária, em razão destes valores serem de natureza regulatória.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A cooperativa CERGAL assinou o respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão ao final de 2015, desta forma contabilizando estes ativos e passivos regulatórios na escrita contábil societária a partir de 2016.

E) NÃO CIRCULANTE

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

F) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

G) IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de

Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa 674/2015. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que os bens que compõem o Ativo Imobilizado da permissionária estão subdivididos, no balanço patrimonial, entre Imobilizado, Ativo Indenizado e Intangível. Os bens classificados como Ativo Imobilizado são aqueles relacionados a atividade administrativa da permissionária ou bens que não estão vinculados ao serviço público de distribuição de energia elétrica.

H) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

I) ENCARGOS SETORIAIS - TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A partir de maio de 2016, as cooperativas permissionárias não possuem mais a obrigação de investir estes valores em PEE e P&D, permanecendo apenas os saldos remanescentes de competências anteriores.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário e permissionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, da seguinte forma (Valores atualizados em abril de 2024):

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos;

- Bandeira vermelha (Patamar 1): condições mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 4,463 para cada 100 quilowatts-hora kWh consumido.
- Bandeira vermelha (Patamar 2): condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 7,877 para cada 100 quilowatts-hora kWh consumido.

Os valores arrecadados dos consumidores são repassados ao Agente controlados/regulador para subsidiar o aumento dos custos de geração de energia elétrica do País.

J) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Permissionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

Receita de Construção – A ICPC 01 (R1) estabelece que a permissionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviço de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A Cooperativa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

K) SALÁRIOS E ORDENADOS PAGAR

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

L) PROVISÃO DE FÉRIAS

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

M) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também

neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

N) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

O) APURAÇÃO DAS SOBRAS

As sobras são apuradas pelo regime de competência.

P) OPERAÇÕES COM TERCEIROS

As operações com não associados estão escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento ao ITG 2004/2017, conforme apresentamos na Demonstração de Resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL. O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, é destinado integralmente a Reserva (Fundos) de Assistência Técnica e Educacional - RATES

Q) TRIBUTAÇÃO DO RESULTADO

A tributação dos ganhos e resultados é calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

O Imposto de Renda corrente, quando apurado, é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

NOTA 05 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2025	2024
Banco do Brasil	CDB	Indeterminado	CDI	347	915
Caixa Ec. Federal	CDB	Ago/29	97% CDI	-	1.027
Caixa Ec. Federal	Fundo de Invest.	Indeterminado	DI	89	5.346
Bradesco	CDB	Indeterminado	DI	-	172
TOTAL				436	7.460

NOTA 06 – CONSUMIDORES DE ENERGIA A RECEBER

A) COMPOSIÇÃO DAS CONTAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2025	2024
Residencial	5.483	5.688
Comercial	1.354	1.385
Industrial	2.620	1.509
Rural	444	447
Poder público	106	77
Iluminação pública	181	-
Serviço público	134	117
Renda não faturada	2.411	2.338
Consumidor livre	(760)	281
Outros serviços a receber	138	128
COSIP	563	529
Subtotal	12.674	12.499
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.499)	(2.437)
Total	10.175	10.062

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em conformidade com o que determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, enquadrados nas seguintes situações:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
ICMS s/ ativo imobilizado	355	257
IR retido	927	672
CSLL retido	390	306
Crédito PIS e COFINS	-	129
PIS a compensar (recolhimento a maior)	1	1
Total	1.673	1.365

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
ICMS s/ ativo imobilizado	528	309
Total	528	309

Valores de impostos e contribuições a serem compensados ou ressarcidos a curto e longo prazo.

NOTA 08 – SERVIÇOS EM CURSO

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
Serviços próprios	2	2
Total	2	2

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo imobilizado ou despesa, dependendo da característica e origem do serviço.

NOTA 09 – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.

ATIVOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
Neutralidade da parcela A – CDE, PROFINA e TFSEE	512	297
PIS/ COFINS s/ suprimento - CUSD/ TE	235	243
PIS/ COFINS s/ compra de energia elétrica	111	88
IF diferimento financeiro 2021/2023	-	1.380
CVA - compra energia e ESS/ EER	55	209
Sobrecontratação de energia	-	22
IF Ren. 1000/2021	1	-
Total	914	2.239

PASSIVOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
Neutralidade da parcela A – CDE, PROFINA e TFSEE	1.229	1.850
IF risco hidrológico	353	1.118
Bandeiras tarifárias	908	646
IF escassez hídrica	1.754	125
CVA - compra energia e ESS/ EER	322	138
IF CDE Eletrobrás	18	1
Sobrecontratação de energia	24	-
Encargo de energia de reserva – EER	101	-
Arrec. enc. CDE Ren 1008/2022	45	-
IF modalidade tarifária presc. GD	3	-
Total	4.757	3.878

NOTA 10 – SUBSIDIOS E SUBVENÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
CDE Rural	7	7
CDE SCEE	3.334	1.926
CDE Irrigantes	81	97
CDE Fontes incentivadas	2.480	1.690
DMR e Densidade	206	172
Total	6.108	3.892

NOTA 11 – OUTROS CRÉDITOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
Adiantamento de salário/férias/outras	134	94
Adiantamento p/ fornecedores	116	156
Aluguel de infra-estrutura	235	148
COSIP/ Prefeituras e outros	14	8
Desativações/ alienações em curso	81	78
Adiantamento SESCOOP	-	2
Adiantamento AFUNC	664	482
Total	1.244	968

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
Precatórios Federais – INSS	270	270
Adiantamentos	25	1
Total	295	271

NOTA 12 – ATIVO IMOBILIZADO

O Contrato de Permissão de Serviço Público de Energia Elétrica n. 016/2008, de 30 de Outubro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente-Outorgante) e a cooperativa (Permissionária) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de permissões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

		R\$ (Mil)	
		2025	2024
Ativo Indenizável (Permissão)		18.695	12.773
Intangível		32.296	27.049
Imobilizado		5.007	5.280
Total		55.998	45.102

ATIVO IMOBILIZADO	Legislação Societária	
	2025	2024
Terrenos	563	563
Edificações	2.766	2.766
(-) Depreciação acumulada	(922)	(828)
Máquinas e equipamentos	46.159	36.614
(-) Depreciação acumulada	(467)	(441)
Veículos	3.298	3.238
(-) Depreciação acumulada	(1.577)	(1.183)
Móveis e utensílios	783	647
(-) Depreciação acumulada	(189)	(151)
Direito de uso	350	350
Softwares	109	109
(-) Amortização acumulada	(453)	(407)
Imobilizado em andamento	5.578	3.825
Total	55.998	45.102

Taxas de depreciação comumente utilizadas pela Permissionária:

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador	4,00
	Taxas Anuais de Depreciação
Administração central	
Veículos	14,29
Edificações	3,33
Equipamentos geral	6,25
Equipamento geral de informática	16,67
Móveis e utensílios	6,25
Software	20,00
Urbanização e benfeitorias	3,33

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ITG 01 (R1) – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (PERMISSÃO)

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A partir da Medida Provisória Nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013) a Permissionária confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da permissão.

A permissão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de permissão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da permissionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da permissão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGÍVEL

A Administração da permissão entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da permissão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão está alocado como Permissão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

IMOBILIZADO

Bens pertencentes a permissionária que não estão vinculados ao serviço público de energia elétrica e não fazem base para mensuração dos custos do serviço e assim não terá indenização através das tarifas de energia.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – PARTICIPAÇÃO DO CONSUMIDOR

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações é a data de término da permissão. Após o segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu modificação, tanto que o saldo das novas adições passou a ser amortizado contabilmente. A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

NOTA 14 - FORNECEDORES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
Energia elétrica – CELESC	692	753
Compra de energia – Mercado livre	300	311
Materiais e serviços	752	877
Total	1.744	1.941

NOTA 15 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
INSS s/ folha de pagamento	224	198
FGTS s/ folha de pagamento	93	74
PIS s/ folha de pagamento	7	12
ICMS a recolher	907	879
IRPJ a recolher	165	7
CSLL a recolher	71	7
PIS/ COFINS a recolher	10	9
INSS s/ terceiros	-	13
ISS s/ terceiros	3	11
Outros tributos a recolher	1	1
Total	1.481	1.211

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
Provisão de férias e 1/3 de férias	1.110	962
Provisão de INSS s/ férias	336	299
Provisão de FGTS s/ férias	88	77
Total	1.534	1.338

NOTA 17 – ENCARGOS SETORIAIS

	Legislação Societária	
	2025	2024
Quota da conta de desenvolvimento energético - CDE	770	578
CDE Geração distribuída	113	40
Taxa de fiscalização – TFSEE	10	9
Total	893	627

NOTA 18 – REPASSES A REALIZAR

Referem-se a valores de iluminação pública cobrados dos consumidores, recebidos ou a receber, que serão utilizados para quitar as faturas de energia elétrica dos poderes públicos. Após a quitação destas faturas, o valor restante será repassado aos mesmos.

NOTA 19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS – CÍVEIS E TRABALHISTAS

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da Cooperativa, os riscos de perda, classificados como “Prováveis” chegam ao montante de R\$ 6. Por prudência, a Cooperativa mantém o registro adicional de 50% do montante cujo riscos de perda são classificados como “Possíveis” no valor total de R\$ 120. Os demais casos que somam R\$ 100 foram classificados como “Remotos”, dispensando o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09 (NBC TG 25).

PROVISÃO PARA LITIGIOS LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
Causas cíveis	66	140
Total	66	140

NOTA 20 – SUBVENÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
CDE Rural	90	174
CDE Águas e saneamento	66	114
CDE Fontes incentivadas	391	596
CDE Irrigantes/ Agricultura	6	-
Total	553	884

NOTA 21 – OUTROS DÉBITOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
Consumidores	86	43
Bônus ITAIPU	7	341
Microgeração	1.706	1.486
Empregados	-	2
CERGAL GD	73	66
Convênios	225	170
Outros	86	43
Total	2.183	2.151

NOTA 22 - CONTINGÊNCIAS FISCAIS

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2025	2024
Processo PIS e COFINS	2.207	1.505
Total	2.207	1.505

Processo fiscal movido pela Receita Federal do Brasil referente ao PIS e COFINS de períodos anteriores. Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da Cooperativa, o risco de perda deste processo foi classificado como “Possível”, cujo valor total estimado é de R\$ 4.412. No entanto, por prudência, a Cooperativa mantém o registro contábil de 50% do montante.

NOTA 23 - DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As destinações estatutárias foram calculadas de acordo com o estatuto social, conforme quadro a seguir:

Demonstrativo da Base de Cálculo	2025	2024
Resultado do Exercício	1.711	5.258
(-) CSLL	(65)	(26)
(-) IRPJ	(156)	(49)
(=) Sobras líquidas do exercício	1.490	5.183
(D) Sobras com associados	1.212	4.989
(E) Resultado com terceiros	278	194
Resultado do exercício	1.490	5.183
Demonstrativo das Destinações Estatutárias e Legais		
F) Reserva Legal = 10% sobre sobras – resultado negativo com terceiros	122	499
G) Fundo de Assistência Técnica Educacional Social (FATES) = (5%) + (Resultado com terceiros)	339	444
H) Reserva de Manutenção, Ampliações e Melhorias - 35%	424	1.746
I) Total das destinações	885	2.689
J) Sobras à disposição da AGO	606	2.494

NOTA 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2025, que representa R\$ 9.442, é constituído de quotas-parte conforme artigo 12º e seus parágrafos do Estatuto Social: “O Capital da Cooperativa, representado por quotas-parte, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais).”

Reservas de Sobras

Reserva das Sobras	Legislação Societária	
	2025	2024
Reserva legal	16.665	15.049
Fundo de assistência técnica educacional – FATES	5.489	5.125
Fundo de expansão e manutenção sistema distribuição	22.598	22.174
Sobras à disposição da AGO	606	2.494
Total	45.358	44.842

São constituídas conforme artigo 45 do Estatuto Social: “Das sobras verificadas em cada setor de atividade serão deduzidas os seguintes percentuais: a) 10% para o Fundo de Reserva; b) 5% para o FATES e c) 35% para o Fundo de Manutenção Aplicações e Melhorias”.

Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/71. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina a cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/71. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária: são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

NOTA 25 – FORNECIMENTO DE ENERGIA

	Legislação Societária	
	2025	2024
Residencial	37.926	36.817
Industrial	3.622	4.706
Comercial	8.037	8.407
Rural	2.345	2.722
Poder público	827	738
Iluminação pública	2.154	2.060
Serviço público	920	829
Renda não faturada	73	31
(-) Ultrapassagem de demanda	(77)	(64)
(-) Excedente de reativo	(70)	(110)
Cons. potencialmente livre	4.704	4.014
CVA – Constituição	29	(29)
CVA – Amortização	39	730
CVA – Ajustes	(404)	206
Ativos e passivos regulatórios – Constituição	(5.517)	(3.905)

Ativos e passivos regulatórios – Amortização	2.699	1.231
Ativos e passivos regulatórios – Ajustes	814	350
Total	58.121	58.733

NOTA 26 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITA

	Legislação Societária	
	2025	2024
PIS/ PASEP	16	15
COFINS	72	71
ICMS	11.329	11.182
Total	11.417	11.268

NOTA 27 – ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2025	2024
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8.217	7.144
Taxa de fiscalização – TFSEE	107	101
CDE Covid 2019	-	784
Total	8.324	8.029

NOTA 28 – DISPÊNDIO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Legislação Societária	
	2025	2024
Suprimento de Energia CCEAR-Q	11.374	11.193
Suprimento de Energia CBR	888	936
Suprimento de Energia CCEN	720	761
Suprimento de Energia CCGF	2.263	2.347
Energia Elétrica MCSD	105	84
PROINFA	918	874
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	7.986	8.450
Encargos de Serviço de Sistema - ESS	1.510	1.449
Total	25.764	26.094

NOTA 29 – DESPESAS DE PESSOAL

	Legislação Societária	
	2025	2024
Remunerações	6.993	6.264

Encargos sociais e FGTS	3.629	3.241
Auxílio alimentação	1.305	1.215
Associação dos funcionários	830	530
Convênio assistencial e previdência	678	608
Eventos e confraternizações	141	92
CIPA	101	56
Viagens e estadias	98	39
Seguros	60	76
Despesas rescisórias	43	24
Roupas profissionais	59	27
Capacitação e treinamento	10	2
Auxílio transporte	3	4
Outros	22	20
(-) Transferência para ordens em curso	-	(41)
Total	13.972	12.157

NOTA 30 – RESULTADO FINANCEIRO

Os encargos financeiros e os ingressos e variações monetárias estão distribuídos por macro atividade e apropriados no resultado.

Despesas financeiras	Legislação societária	
	2025	2024
Multas e juros	7	95
Variações monetárias - passivos regulatórios	18	18
TOTAL	25	113

Receitas financeiras	Legislação societária	
	2025	2024
Multas e acréscimos moratórios	464	460
Variações monetárias - ativos regulatórios	2	3
Receitas de aplicações financeiras	574	371
Deságio s/ crédito ICMS	30	103
Atualização processos judiciais	-	176
TOTAL	1.070	1.113

NOTA 31 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Conforme item 3.19 da Resolução CFC nº 1.255/09, a entidade não possui nenhum valor a ser demonstrado a título de outros resultados abrangentes ficando então dispensada desta demonstração, apresentando apenas a demonstração do resultado deste período.

NOTA 32 – PROVISÕES PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social, foi efetuado obedecendo ao disposto na legislação fiscal e a Lei nº 5.764/71 (Sociedades Cooperativas), que define operações com associados e com terceiros.

A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente ou à alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

NOTA 33 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E ATIVIDADES DE NEGÓCIOS

33.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

33.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Tubarão, Gravatal, Jaguaruna e Laguna, todos localizados no Estado de Santa Catarina.

NOTA 34 – PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES

A permissionária oferece para seus colaboradores:

- Plano de saúde Unimed
- Plano odontológico;
- Cartão alimentação;
- Seguro de vida;
- Mantém também bolsa de estudos aos colaboradores, custeando 50% da mensalidade englobando cursos regulares e de extensão, nível superior e profissionalizante dentro da área profissional e 100% da mensalidade do curso técnico em eletrotécnica.
- Plano de Previdência Privada - a empresa contribui com 50%, ou seja, R\$ 150,00 por colaborador, sendo a opção de forma voluntária;
- Convênio para saúde ocupacional e segurança no trabalho firmado com a empresa SSEGUR;
- Disponibilização de uniformes;

NOTA 35 - SEGUROS

Os seguros contratados são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos. Na apólice contratada da Porto Seguros, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

01 VOLKSWAGEN NOVA SAVEIRO ROBUST 1.6 8V TOTAL FLEX GVI – 2 PASS – 2017/2017 – QIO-5361;
01 TOYOTA COROLLA SEDAN GLI 1.8 16V FLEX – 5 PASS – 2013/2014 – MLE-9650;
01 VOLKSWAGEN NOVA SAVEIRO ROBUST 1.6 8V TOTAL FLEX GVI – 2 PASS – 2016/2017 – QHT-5J49;
01 TOYOTA HILUX CAB SIMPLES STD 2.5 16V TURBO 4X2 – 3 PASS – 2011/2011 – MIT-3996;
01 VOLKSWAGEN CAMINHAO 13.180 TURBO 4X2 – 3 PASS – 2002/2002 – MDC-6892;
01 TOYOTA HILUX CAB SIMPLES STD 3.0 16V TURBO 4X4 – 3 PASS – 2012/2013 – MLF-5697;
01 TOYOTA HILUX CAB SIMPLES STD 2.8 TDI 4X4 – 3 PASS – 2018/2019 – QJS-7192;
01 VOLKSWAGEN CAMINHAO 17.260 E CONSTELLATION 4X2 – 3 PASS – 2021/2022 – RLL-5H88;
01 VOLKSWAGEN CAMINHAO 18.260 E CONSTELLATION 4X2 – 7 PASS – 2023/2024 – SXP-5H26;
01 FIAT NOVA STRADA CD FREEDOM 1.3 8V FLEX – 5 PASS – 2023/2024 – RYL-9G78;
01 FIAT NOVA STRADA CS ENDURANCE 1.3 8V FLEX – 2 PASS – 2023/2024 – RYL-9H68;
01 FIAT NOVA FIORINO ENDURANCE 1.4 8V EVO FLEX – 2 PASS – 2023/2024 – RYL8B28;
01 FIAT NOVA STRADA CD FREEDOM 1.3 8V FLEX – 5 PASS – 2023/2024 – RYL9I28.

Na apólice contratada da Bradesco Seguros, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

01 TOYOTA HILUX CHASSI 4X4 2.8 TDI DIESEL – 2022/2023 – RYD-4F08;
01 TOYOTA HILUX CHASSI 4X4 2.8 TDI DIESEL – 2022/2023 – RYD-4B98.

NOTA 36 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houveram eventos subsequentes entre a data do balanço e data de autorização para a emissão destas demonstrações contábeis.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO DE 2025

O Conselho Fiscal da **Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi**, por seus membros abaixo assinados, tendo procedido mensalmente o exame de todos os documentos da sociedade e aprovado todos os balancetes mensais da contabilidade, referentes ao exercício de 2025 e, nesta data conferido as contas do sistema de Resultado e do Balanço Patrimonial, bem como a todos os documentos inerentes ao encerramento do exercício de 2025, é de parecer, por ter encontrado tudo em perfeita ordem, que os mesmos merecem aprovação dos senhores associados em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 27 de fevereiro de 2026. Como nada mais havia para ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que lida e considerada conforme vai por todos assinada.

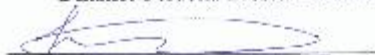
Tubarão-SC., 28 de janeiro de 2026.



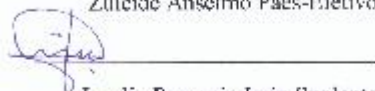
Wilson Luiz Motta-Efetivo



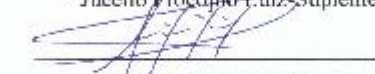
Dilamir Perdoni Bressan-Efetivo



Zuleide Anselmo Paes-Efetivo



Jucelio Procopio Luiz-Suplente



Edson José Savi-Suplente



Carlos de Souza Martins-Suplente

Parecer dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGAL**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGAL** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, preparada sob a responsabilidade da Administração da Permissionária, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 13 de fevereiro de 2026.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

RELATÓRIO da ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Relatório Anual da Administração da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi: Associado, você é a razão da nossa energia.

A CERGAL foi fundada em 10 de outubro de 1963 com o intuito de distribuir energia elétrica nas áreas rurais do município de Tubarão.

A missão da CERGAL é atuar no setor de energia elétrica oferecendo produtos (bens e serviços) com qualidade, confiabilidade e continuidade dos associados e consumidores, resguardando o espírito cooperativista.

Temos ainda como visão ser referência como cooperativa em tecnologia, serviços, comercialização, distribuição e autonomia maximizando seu nível de energia, visando maior competitividade no setor de energia elétrica.

Nossos valores são: segurança e qualidade de vida no trabalho; fortalecer o cooperativismo a participação e a solidariedade; valorização: pessoal e profissional do colaborador e integração com a família; responsabilidade social e respeito ao meio ambiente; ética e transparência.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Associados,

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2025.

Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos sócios, autoridades e consumidores.

Em anexo estão as demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi perante a sociedade, parceiros, investidores, órgão regulador e associados.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

Carta do Presidente

Pessoas ligadas às comunidades de Passo do Gado, Madre e Congonhas, de Tubarão, fundaram, em 10 de outubro de 1963, a CERGAL – Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi, que iniciou suas atividades em 06 de fevereiro de 1964. A CERGAL surgiu tendo como objetivo levar energia elétrica para tais localidades, já que elas se encontravam isoladas da área urbana da cidade.

De 1967 até hoje, com a construção de novas redes, a Cooperativa cresceu muito, passando a atender mais localidades. Atualmente a CERGAL atende em todo o seu sistema 20.934 associados.

As melhorias da CERGAL são constantes. A Cooperativa investe continuamente, visando sempre a continuidade e a qualidade da energia consumida pelos associados/consumidores. A história revela que a atuação da CERGAL foi de fundamental importância para o desenvolvimento de várias comunidades de Tubarão e Jaguaruna onde foram construídas suas redes de energia elétrica. Assim, a CERGAL faz parte da história destas cidades onde contribuiu significativamente para o seu crescimento.

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi é uma distribuidora de energia elétrica que fornece energia nas cidades de Tubarão, Gravatal, Laguna e Jaguaruna, seguindo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Procuramos prestar os melhores serviços há mais de 50 anos, sempre visando a qualidade e o bem estar do associado/consumidor.

O destaque de 2025 foi à classe serviço público com o incremento de 22,2% comparado a 2024 seguida da classe comercial que obteve crescimento de 2,72%.

Nossa pesquisa interna de satisfação do consumidor, em 2025, atingiu um índice de 98,26% de satisfação.

Em 2025, as ações de treinamento e desenvolvimento profissional e de carreira totalizaram 141,01 horas de treinamento e desenvolvimento por colaborador. Por meio de recursos próprios e da parceria com o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), a Cergal promoveu iniciativas internas, externas e in company, com intuito de construir e aprimorar conhecimentos técnicos e comportamentais dos colaboradores de todas as áreas que compõem a estrutura operacional. Além do programa auxílio educação, que incentiva os colaboradores à formação em cursos técnicos, graduação e pós graduação.

- **Área Técnica:** Eletricista de distribuição de energia, Eletricista de distribuição em linha viva, Relés de proteção, Expo elétrica, Fórum energia conectada, Perdas não técnicas, Sistema Scada DWF, Conferência nacional de energia elétrica, Seminário técnico de soluções de proteção e controle de sistemas de distribuição de energia, Resolução normativa nº 1.000, área de preservação permanente, Intempéries climáticas, normas regulamentadoras: NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio, NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade, NR 11 – Operador de Guindauto, NR 12 - Operador de Motosserra e Operador de Cesto Aéreo e NR 35 – Capacitação para Trabalho em Altura.

- **Área Administrativa e Comercial:** Auditores internos NBR ISO 9001:2015, LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, ENOSE – Encontro nacional dos ouvidores do setor elétrico, Encontro dos comunicadores das cooperativas catarinenses, PDGC – Programa de desenvolvimento da gestão das cooperativas, Formação de coordenadores sociais, PDL – Programa de desenvolvimento de liderança, Programa conexão, Seminário jurídico, contábil e tributário das cooperativas catarinenses, Política e objetivos da qualidade, SIPAT – Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho, RH+Coop, IASC – Índice ANEEL de satisfação do consumidor e demais palestras com temas comportamentais.

Além dos treinamentos de procedimento de qualidade Cergal, que define e padroniza a execução de nossos processos. Já para o quadro de diretores o tema do treinamento foi Saúde mental e educação financeira.

Sistema de Gestão da Qualidade

A excelência na prestação dos serviços é prioridade na Cergal. Os processos são padronizados e orientados para atender cada vez melhor os requisitos dos associados/consumidores, dos

órgãos regulamentadores e demais partes interessadas, garantindo a entrega nos níveis de qualidade esperados e no prazos estabelecidos.

Esse compromisso é oficialmente reconhecido por meio de auditoria externa, em 2025 o processo foi de recertificação do sistema de Gestão da Qualidade que compreende todo o sistema de distribuição de energia elétrica, conduzido pelo organismo certificador TÜV Nord Brasil, a Cergal manteve o certificado ISO 9001:2015, que valida a conformidade de nossa atuação, o foco na melhoria contínua e a qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços entregues aos associados/consumidores.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERGAL distribui energia elétrica nos municípios de Tubarão, Gravatal, Laguna e Jaguaruna, atendendo 20.934 consumidores sendo que 19.294 são da classe residencial, 869 da classe comercial, 205 da classe industrial e 05 da classe industrial livre e o restante, ou seja, 561, das demais classes.

.Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2025, 768 novas ligações, sendo 682 Residenciais, 54 Comerciais, 11 Industriais, 20 Rurais e 01 Serviço Público, totalizando 20.934 consumidores atendidos pela Permissionária, base dezembro de 2025, representando 2,10% superior ao mesmo período do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir

Número de Consumidores

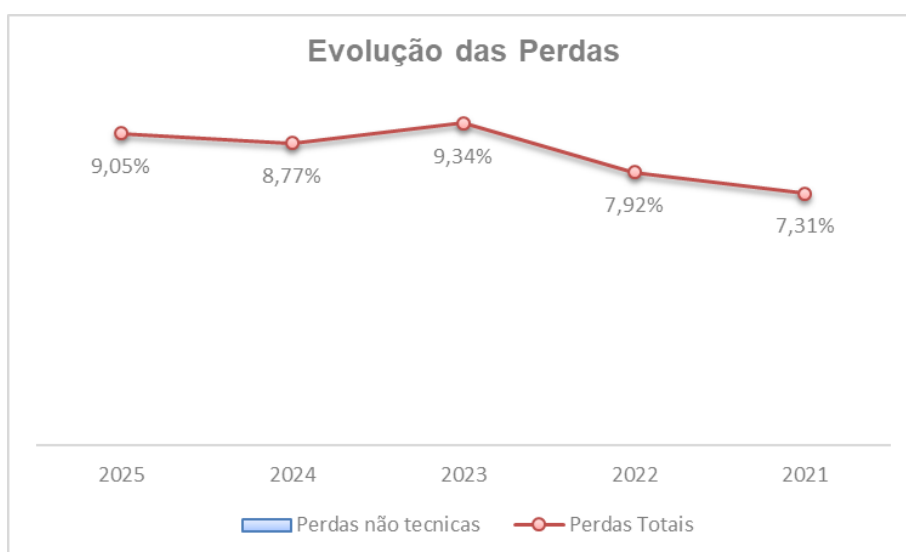
Consumidores	2025	2024	2023	2022	2021
Residencial	19294	18871	18561	18172	17.812
Comercial	869	846	813	796	786
Industrial	205	201	197	202	189
Rural	493	516	521	535	543
Poderes Públicos	45	45	41	43	44
Iluminação Pública	6	6	6	4	4
Serviço Público	22	18	16	13	13
Total	20.934	20.503	20.155	19.765	19.391
Variação	2,10%	1,73%	1,97%	1,93%	2,11%

Comportamento do Mercado – A distribuição de energia da CERGAL no período de janeiro a dezembro de 2025 foi de 62,16 GWh.

Mercado Atendido - GWh	2025	2024	2023	2022	2021
Energia Faturada	62,16	64,11	60,69	58,27	59,05
Fornecimento	62,16	64,11	60,69	58,27	57,25
Residencial	42,75	41,58	37,93	35,32	34,68
Comercial	7,49	9,05	9,80	9,41	9,65
Industrial	3,32	4,62	4,25	4,77	4,36
Rural	2,73	3,13	3,09	3,13	2,65
Poderes Públicos	0,86	0,77	0,69	0,76	1,23
Iluminação Pública	3,75	3,71	3,68	3,56	3,49
Serviço Público	1,26	1,25	1,25	1,30	1,18
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	24,33	20,58	17,37	15,52	15,81
Total	86,49	84,69	78,07	73,79	73,06
Variação	2,12%	8,48%	5,80%	1,00%	-1,48%

Balanço de Energia

As perdas, em síntese, correspondem a diferença entre o montante de energia injetada e o total de energia distribuída faturada. As perdas técnicas ocorrem devido à resistência dos cabos, transformadores e outros componentes do sistema elétrico durante a transmissão e distribuição de energia. As perdas não técnicas acontecem devido a fatores como: fraudes, erros de medição, conexões clandestinas e outras irregularidades. O índice de Perdas Totais de 2025 ficou em 9,05%.



Balanço Energético

Energia Requerida	2025	2024	2023	2022	2021
Venda de Energia	94,07	91,72	85,05	80,21	78,89
Fornecimento	61,22	63,09	59,74	58,33	57,31
Suprimento p/ agentes de distribuição					0,00
Consumidores Livres/Dist./Ger.	24,33	20,58	17,37	15,52	15,81
Consumidores Rede Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercado Atendido	85,55	83,68	77,12	73,86	73,12
Perdas na Distribuição	-	-	-	-	-
Perdas Técnicas	-	-	-	-	-
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	8,52	8,05	7,94	6,35	5,76
PT/Energia requerida %	9,05%	8,77%	9,34%	7,92%	7,31%
Total	94,07	91,72	85,05	80,21	78,89

As Perdas Regulatórias estipuladas pela ANEEL para a CERGAL são de 10,25%.

Programa de recuperação de receita e fiscalização de unidades consumidoras

A Cooperativa mantém anualmente o plano de fiscalização e combate às irregularidades de consumo através de vistorias regulares, estratégias de conscientização e análise de consumo. Um sistema de acompanhamento por telemetria e análise automatizada do consumo está sendo implantado, gradualmente, desde 2019, como parte do projeto de análise da qualidade do fornecimento da ANEEL.

Em dezembro de 2025, já estavam instalados 420 medidores inteligentes em Unidades Consumidoras espalhadas pela área de atuação da CERGAL. Destes, 288 possuem telemedição permitindo, acompanhamento em tempo real.

O investimento em equipamentos mais eficientes e na estruturação das redes foram fundamentais na redução das perdas e no ganho em eficiência registrado na rede de distribuição.

Abaixo, detalhamento da distribuição dos medidores inteligentes por tipo de medição:

Tipo de UC	2025
MMGD	132
GrupoA	14
Mercado Livre	15
Monitoramento DRP/DRC/GrupoB	240
AT Optante B	13
SUBESTAÇÃO	6
	420

Distribuição Direta por Classe de Consumo

O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da permissionária, em 2025 foi de 62.16 MWH e no mercado livre 24,33 MWH registrando uma redução no mercado da permissionária de 3,04% em relação a 2024.

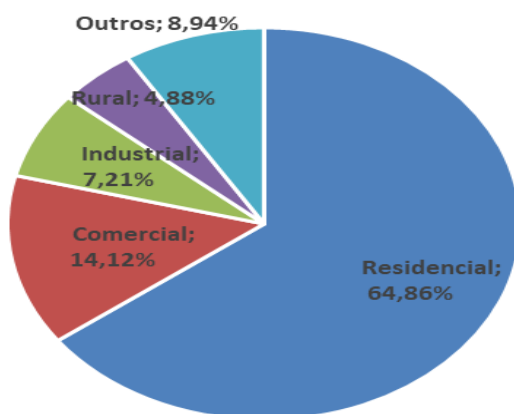
A classe que teve maior crescimento foi a Poder Público, com acréscimo de 11,69% em relação ao exercício anterior.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

Classe	2025	2024	2023	2022	2021
Residencial	42,75	41,58	37,93	35,32	34,68
Industrial	3,32	4,62	4,25	4,77	4,36
Comercial	7,49	9,05	9,8	9,41	9,65
Rural	2,73	3,13	3,09	3,15	2,65
Outros	5,87	5,73	5,62	5,62	5,91
Total	62,16	64,11	60,69	58,27	57,25
Variação	-3,04	5,64	4,15	1,78	-3,05

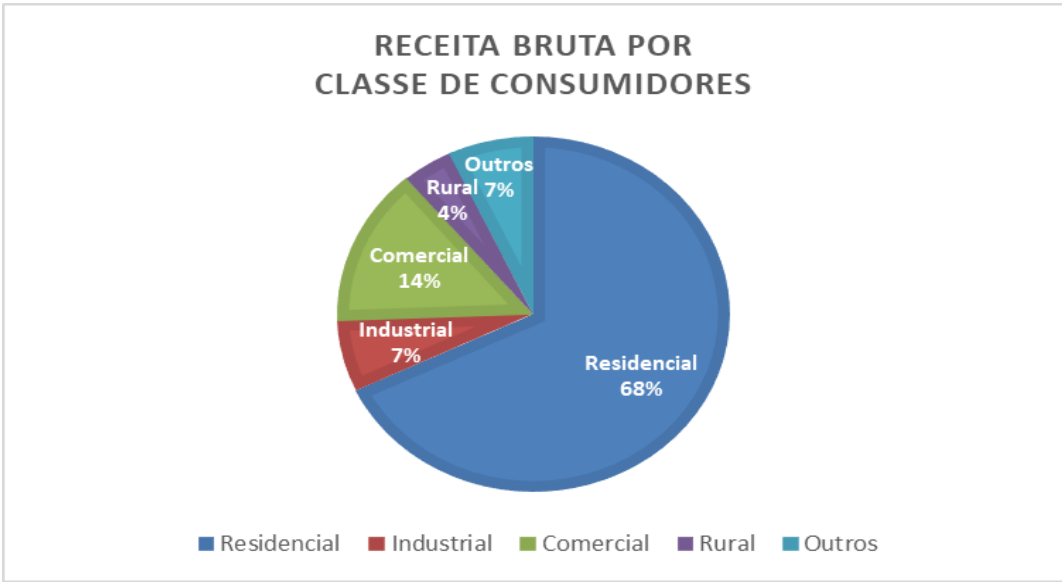
Consumo Por Classe de Consumidores



Receita - A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, importou em R\$ 55.831,45 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Bruta em R\$ Mil			
Classe	2025	2024	%
Residencial	37.925,79	36.816,99	3,01%
Industrial	3.622,20	4.706,45	-23,04%
Comercial	8.037,01	8.406,57	-4,40%
Rural	2.345,17	2.721,60	-13,83%
Outros	3.901,28	3.627,37	7,55%
Total	55.831,45	56.278,98	-0,80%

Obs: Energia elétrica faturada



TARIFAS

A tarifa de energia elétrica é o preço regulado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 3.539 de 23 de setembro de 2025, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERGAL, cujo reajuste médio foi de - 0,17%(menos zero vírgula dezessete por cento), correspondendo ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos, entrando em vigor a partir de 30 de setembro de 2025 a 29 de setembro de 2026.

Tarifas Médias

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica considerando os impostos incidentes, em dezembro de 2025, atingiu R\$ 710,43/MWh com uma redução de 2,74% com relação a dezembro de 2024.

OBS:Os valores abaixo demonstrados estão expressos em (Reais/mil)

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2025	2024
Residencial	738,59	761,70
Comercial	743,23	714,64
Industrial	703,61	730,20
Rural	710,44	746,29
Outros	498,40	516,23
Média Geral	710,43	730,45

	0-80	>80
Tarifa Por faixa de Consumo	KWh	KWh
Tarifas Brutas	0,00	604,68

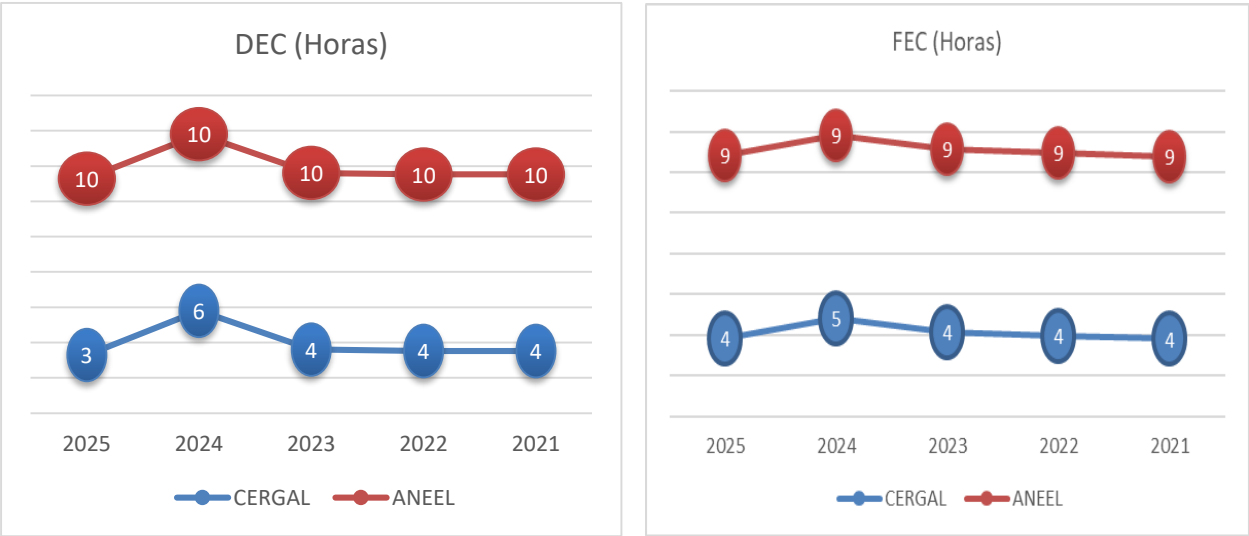
Composição da Tarifa

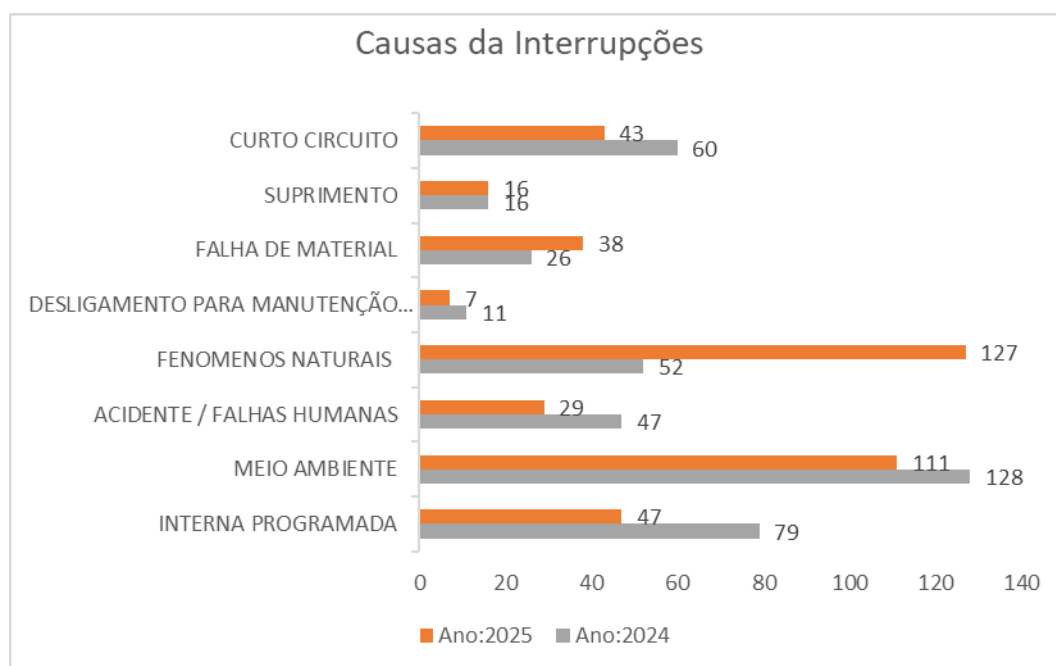
Composição da Tarifa	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	44.520,72	9.192,75	4.133,72	2.766,48	959,20	3.859,68
Impostos	7.842,20	1.374,32	608,26	500,99	157,06	934,08
PIS	10,75	1,88	0,83	0,69	0,22	1,28
COFINS	49,60	8,69	3,85	3,17	0,99	5,91
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	7.781,85	1.363,74	603,58	497,13	155,86	926,89
Taxas	7.956,10	1.394,28	617,09	508,26	159,35	947,65
Fiscalização	73,21	12,83	5,68	4,68	1,47	8,72
CDE	5.161,81	904,59	400,36	329,76	103,38	614,82
CDE Covid-19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CVA e Ativo e Passivo Regulatórios	547,44	95,94	42,46	34,97	10,96	65,20
CDE GD	482,64	84,58	37,43	30,83	9,67	57,49
PROINFA	630,78	110,54	48,92	40,30	12,63	75,13
Bandeira Tarifária	1.060,22	185,80	82,23	67,73	21,23	126,28
Custo da energia comprada p/revenda	10.543,86	1.847,77	817,80	673,58	211,17	1.255,88
Encargos de uso da rede elétrica	6.522,40	1.143,03	505,89	416,68	130,63	776,88
Despesas de pessoal	6.505,01	1.139,98	504,54	415,56	130,28	774,81
Outras despesas operacionais	4.793,59	840,06	371,80	306,23	96,01	570,96
Tarifa bruta da concessionária (*)	28.722,42	6.424,15	2.908,37	1.757,22	642,79	1.977,95
Resultado	357,56	1.453,31	708,33	-54,83	74,70	-1.400,58

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir os investimentos

Qualidade do Fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2021	3,52	3,80	0,70
2022	3,61	3,94	0,71
2023	4,10	4,13	0,63
2024	5,80	4,84	0,65
2025	3,29	3,82	0,60





A comparação entre os anos de 2024 e 2025 demonstra a constante evolução da CERGAL no aprimoramento dos seus serviços de distribuição de energia elétrica. Destaca-se a significativa redução nas ocorrências de curto-circuito — de 60 para 43 registros, uma queda de 28% — evidenciando a eficácia dos investimentos realizados em modernização da rede, manutenção preventiva e fortalecimento da infraestrutura. Da mesma forma, os índices de acidente e falhas humanas recuaram 38% (de 47 para 29 ocorrências), resultado direto das ações de capacitação, revisão de procedimentos e cultura de segurança operacional.

As interrupções por desligamento para manutenção emergencial também registraram queda expressiva de 36% (de 11 para 7), reforçando a maior eficiência das equipes de campo. A CERGAL também manteve atenção contínua às variáveis externas. O aumento nas interrupções por fenômenos naturais de 52 para 127 ocorrências reflete um período de maior intensidade de eventos climáticos na região, fator fora do controle direto da cooperativa.

Ainda assim, a CERGAL atuou de maneira ágil e eficiente, minimizando impactos e preservando a qualidade do fornecimento de energia para seus associados. O desempenho registrado reforça o compromisso da cooperativa com a excelência operacional, a inovação tecnológica e o atendimento às necessidades da comunidade. A CERGAL segue avançando de forma consistente, buscando sempre a melhoria contínua, a segurança e a satisfação plena de seus consumidores.

Infraestrutura Lógica e Segurança da Informação

No âmbito lógico, foi intensificado o monitoramento de vulnerabilidades na rede corporativa, em conformidade com a LGPD. Durante 2025, foram identificados 29 apontamentos de vulnerabilidade, todos tratados com 100% de efetividade na remediação.

Mantiveram-se reuniões periódicas com a comissão de LGPD e atuação conjunta com empresa especializada para testes, avaliação e correção de riscos cibernéticos.

O ambiente permanece estruturado com servidores virtualizados, controle de acesso via domínio, segregação de permissões e rotinas de backup diário. As cópias de segurança são gerenciadas por meio da solução Nakivo, com monitoramento como indicador da ISO.

A estrutura garante integridade, rastreabilidade e disponibilidade das informações encaminhadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O sistema de automação opera 24x7, integrado ao Centro de Operações, permitindo manobras remotas e redução do tempo de resposta a ocorrências, através de sistemas de monitoramento.

A área de TI mantém política contínua de atualização de sistemas, aplicação de patches, uso de firewall com regras restritivas e ações preventivas de conscientização dos colaboradores quanto à segurança da informação.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2025, as sobras foram de R\$ 917,21 (Reais/mil), contra uma sobra Líquida de R\$ 4.555,65 (Reais/mil) em 2024, ocasionando uma redução nas Sobras na Ordem de (79,86)%. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 51.633,43 (Reais/mil), inferior em (1,24)% em relação a 2024, que foi de R\$ 52.274,57 (Reais/mil).

As Despesas Operacionais totalizaram em 2025 R\$ 51.540,15 (Reais/mil), (5,95)% superior em relação a 2024 que foi de R\$ 48.643,06 (reais/mil). O aumento do Patrimônio Líquido do exercício foi de 0,27% em relação a 2024.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 2.014,69 (Reais/mil), inferior 65,16% a 2024, que foi de R\$ 5.782,54 (Reais/mil).

Investimentos: Em 2025, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 12.221,32 mil que foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$/mil 12.196,28.

Segue abaixo o valor dos Investimentos:

Evolução e Projeção dos Investimentos			
	R\$ Mil Nominais		
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	2023R	2024R	2025R
AIS Bruto ¹	4.762,38	4.781,20	12.221,32
Transformador de Distribuição	513,38	378,16	1.757,25
Medidor	265,44	266,74	272,11
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	841,95	933,37	1.800,02
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	3.027,73	3.196,07	6.609,90
Redes Alta Tensão (69 kV)	44,82	6,86	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)			
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)			
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)			
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)			
Demais Máquinas e Equipamentos	69,06	-	1.782,04
Obrigações Especiais do AIS Bruto	947,70	2.222,44	3.061,81
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	947,70	2.222,44	3.061,81
Outros			
Originadas da Receita			
Ultrapassagem de demanda	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-
Outros	-	-	-
Outros			

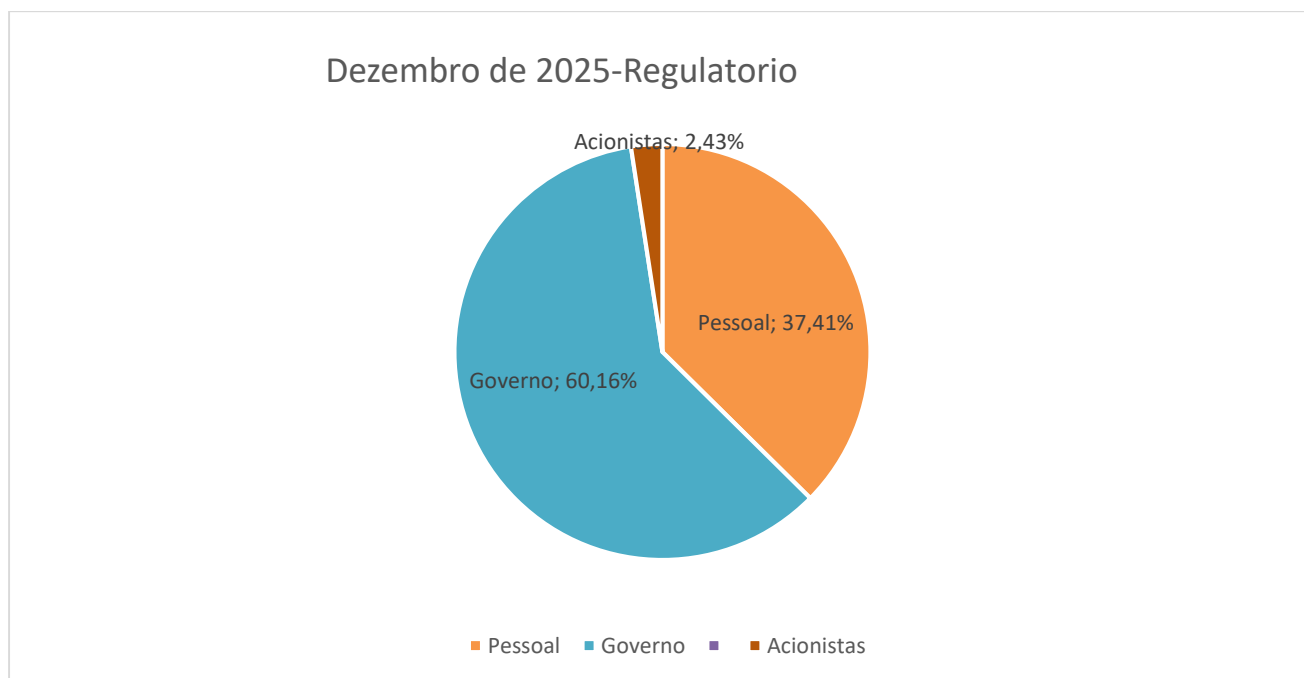
Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

	2025R	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P
Plano de Investimentos 2025	12.221,32	4.004,55	1.923,55	2.011,49	2.071,84	2.184,85
	2025P	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P
Plano de Investimentos 2024	9.339,85	3.154,79	2.112,28	2.184,85	2.167,91	-
Diferença	30,85%	26,94%	-8,93%	-7,93%	-4,43%	

os principais motivos das diferenças no plano de investimentos são	JUSTIFICATIVAS
	2025- Reprogramação da execução das obras e aumento do custo financeiro dos materiais.
	2026- Reprogramada a execução da 8ª etapa do projeto de Interligação Tubarão/Jaguaruna não concluída no exercício de 2025, sendo sua finalização prevista para o exercício de 2026.
	2027- Variação Aceitável.
	2028- Variação Aceitável.
	2029 - VARIAÇÃO ACEITAVEL.

Captações de Recursos: Os investimentos de 2025 foram realizados somente com recursos próprios.

Valor Adicionado: Em 2025 o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERGAL foi de R\$ 36.763,63 (Reais/mil), representando 49,29% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Composição Acionária: O Capital Social em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 9.442,00 mil. A quantidade de cotas varia de acordo com o ingresso ou saídas dos associados. Cada cota parte tem o valor de R\$ 1,00 conforme disposto no estatuto social.

A gestão cooperativista, norteadora pela Lei 5.764/1971, é baseada na premissa de que as principais decisões são tomadas em conjunto, em Assembleia. Dessa forma, uma vez ao ano, em Assembleia geral ordinária, a diretoria submete a aprovação dos associados as contas do Exercício anterior, o plano de investimento para o próximo ano e a destinação das sobras líquidas do exercício.

Relações com o Mercado: A CERGAL participa de eventos, compõe as associações do Setor: FECOERUSC, OCESC, SESCOOP, bem como, mantém contato com outras Permissionárias e concessionárias buscando sempre estar atualizada com relação às modificações do Setor Elétrico.

A CERGAL objetiva manter seus colaboradores sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo com que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico. Sempre valorizando:

- A segurança e qualidade de vida no trabalho;
- O fortalecimento do cooperativismo, a participação e a solidariedade;
- A valorização: pessoal e profissional do colaborador e integração com a família;
- A responsabilidade social e respeito ao meio ambiente;

- A ética;
- A transparência;
- O orgulho em fazer parte do quadro funcional da cooperativa.

GESTÃO

Planejamento Empresarial: A CERGAL vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças constantes ocorridas no setor elétrico devido à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações e reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

O sistema de gestão da qualidade auxilia consideravelmente o gerenciamento da empresa como um todo, envolvendo os colaboradores e setores tornando a gestão mais participativa, incentivando o surgimento, a cada dia, de novas ideias e sugestões de melhoria contínua, com isso, ganha a empresa com qualidade, refletindo sensivelmente em nossa razão de existir que são os nossos Associados/Consumidores.

A CERGAL em Números

Atendimento	2025	2024	%
Número de consumidores	20.934,00	20.503,00	2,10%
Número de empregados	95	90	5,56%
Número de consumidores por empregado	220,36	227,81	-3,27%
Número de localidades atendidas	4,00	4,00	0,00%
Número de postos de atendimento	3,00	3,00	0,00%
Mercado	-	-	-
Área de concessão (Km2)	199,35	199,35	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	-
Demanda máxima (MWh/h)	8.950	8.423	6,26%
Distribuição direta (GWh)	61,22	64,11	-4,51%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.215,97	2.202,29	0,62%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	738,59	730,45	1,11%
Residencial	738,59	761,70	-3,03%
Comercial	743,23	714,64	4,00%
Industrial	703,61	730,20	-3,64%
Rural	710,44	746,29	-4,80%
Suprimento	-	-	-
DEC (horas)	3,29	5,80	-43,28%
População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes)	30,16	30,09	0,23%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	11,71	11,46	2,18%
FEC (número de interrupções)	3,82	4,84	-21,07%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,28	0,16	78,48%
Operacionais	-	-	-
Número de subestações	1,00	1,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	656,92	603,90	8,78%
Capacidade instalada (MW)	67,67	62,89	7,60%
Financeiros	-	-	-
Receita operacional bruta (R\$ mil)	71.374,00	71.571,05	-0,28%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	51.633,00	52.274,57	-1,23%
Margem operacional do serviço líquida (%)	38,23	36,91	3,57%
EBITDA OU LAJIDA	2.014,69	5.782,54	-65,16%
Lucro líquido (R\$ mil)	917,21	4.555,65	-79,87%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	61.122,00	61.285,87	-0,27%
Valor patrimonial do lote de mil ações	1,00	1,00	0,00%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	1,50	7,43	-79,81%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	41,03	32,82	25,01%
Em moeda nacional (%)	41,03	32,82	25,01%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	-
Indicadores de performance	-	-	-
Salário Médio dos Funcionários:	5,90	5,40	9,26%
Energia Gerada / Comprada por Funcionário:	990,20	1.019,13	-2,84%
Energia Gerada / Comprada por Consumidor:	4,49	4,47	0,45%

Balanço Social

Recursos Humanos

Os resultados da Cergal são apoiados pela dedicação e competência de uma equipe multidisciplinar formada por 95 colaboradores. A participação e a eficiência, juntamente com a orientação da liderança e a clareza nas operações, evidenciam o alinhamento das ações com o objetivo de alcançar os melhores resultados.

Benefícios

O conjunto de vantagens é uma estratégia cada vez mais eficiente para atrair e manter profissionais qualificados, fomentar o bem-estar e estimular a produtividade. Assim, preocupada com a qualidade de vida, a Cergal proporciona aos seus colaboradores: plano de saúde, plano odontológico, vale alimentação, vale transporte, auxílio educação, seguro de vida e previdência privada, além de acompanhamento através de exames médicos admissionais e periódicos. A Cergal dispõe ainda de uma sede social com espaço para lazer e eventos, com campo de futebol e um parque infantil.

Valorização

Com o objetivo de envolver e motivar os colaboradores na criação e preservação de uma cultura organizacional saudável e favorável à produtividade, algumas iniciativas fizeram parte da rotina com realce as datas comemorativas: carnaval, dia internacional da mulher, dia das mães, dia dos pais, dia da atendente comercial, dia do Eletricista, campanhas nacionais de caráter preventivo outubro rosa e novembro azul, jantar de fim de ano e demais ações que evidenciem o alcance de resultados positivos.







Responsabilidade Social

Ciente de sua responsabilidade social nas comunidades que abrangem a área de permissão e, empenhada em fortalecer vínculos saudáveis e contínuos através da criação de um legado de oportunidades, tem intensificado sua atuação como uma empresa cidadã.

A 5ª turma do Programa Mulheres Cooperativistas ocorreu entre os dias 31/03/2025 à 21/10/2025, encerrando com o evento de formatura das 56 mulheres participantes da comunidade do bairro Humaitá, no Município de Tubarão/SC.

O Programa Jovens Cooperativistas Catarinense, teve sua 3ª Edição entre os dias 01/05/2025 à 30/05/2025, também concluindo com uma comemoração dos 47 jovens participantes do Nono ano do ensino fundamental da Escola Prof. Noé Abati, localizado no Bairro São Clemente, no município de Tubarão/SC. Já a 4ª Turma ocorreu entre os dias 13/08/2025 à 18/09/2025, concluindo com uma comemoração dos 45 jovens participantes do Nono ano do ensino fundamental da Escola Básica Municipal Antônio João Mendes, localizado no Bairro Camacho, no município de Jaguaruna/SC.

Os programas acontecem em parceria com o SESCOOP e tem como objetivo promover o cooperativismo e seus preceitos, além de estimular alternativas e estratégias de desenvolvimento, que aprimorem o autoconhecimento e a percepção do seu papel nas comunidades em que estão inseridos.

Temas abordados em seus encontros são: liderança e protagonismo feminino, desenvolvimento interpessoal e relacionamento familiar, educação cooperativista, comunicação eficaz e oratória, organização do quadro social, inteligência emocional e afetividade e desenvolvimento humano, equilíbrio emocional, protagonismo e projeto de vida compõem o programa Mulheres e Jovens Cooperativistas Catarinense.

Formatura Mulheres Cooperativistas

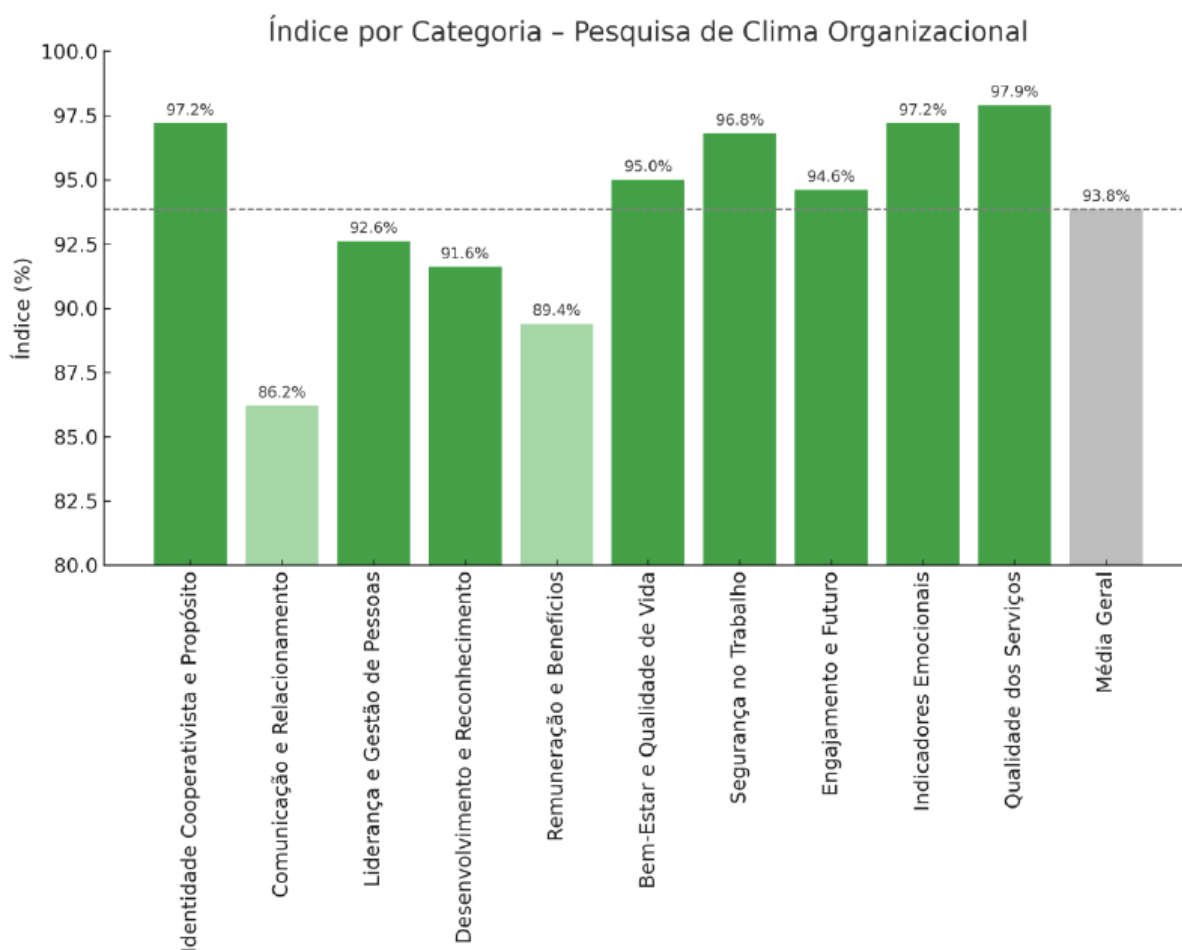


Formatura Jovens Cooperativistas



Pesquisa de Clima Organizacional

A Pesquisa de Clima Organizacional é uma importante ferramenta que nos ajuda a ouvir nossos colaboradores e compreender suas percepções sobre as políticas, práticas e o ambiente de trabalho. Em 2025, a pesquisa foi realizada de forma estruturada e digital, alcançando uma excelente participação. Superamos a meta de 82% e atingimos um índice geral de 93.8% de satisfação, refletindo o engajamento e a confiança dos colaboradores. Esses resultados reforçam nosso compromisso em promover um ambiente de trabalho cada vez melhor para todos.



Programa Jovem Aprendiz

A Cergal, por meio do Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o SENAC/SC e em atendimento a Lei de Aprendizagem, oportuniza um espaço para a aplicação dos conhecimentos teóricos aos jovens participantes do curso de aprendizagem. Durante o ano, três contratados foram orientados e incentivados pela equipe de profissionais das áreas administrativa e comercial.

Quem Somos

A Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi - Cergal, permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Fundada em 10 de outubro de 1963, com o objetivo de transformar a vida das pessoas e alavancar o crescimento das comunidades, por meio da distribuição de energia elétrica.

Nosso trabalho é sustentado pelo compromisso com bons resultados, pela melhoria dos processos e satisfação dos associados/consumidores e, validado por meio da certificação NBR ISO 9001:2015 Sistema de gestão da qualidade.

Identidade Estratégica

A identidade estratégica é definida com foco na atividade principal da Cergal, sem perder de vista a sua essência, o cooperativismo e, é o ponto de partida para a elaboração do planejamento estratégico.

Missão

Distribuir energia elétrica de qualidade aos associados/consumidores, promovendo o cooperativismo e o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental.

Visão

Ser uma distribuidora de energia elétrica reconhecida pela excelência e, necessária para o desenvolvimento socioeconômico em sua área de permissão.

Valores

Segurança

Qualidade de Vida

Qualidade dos Serviços

Cooperativismo

Valorização dos Colaboradores

Responsabilidade Socioambiental

Ética

Transparência

Melhoria Contínua

Política da Qualidade

Distribuir energia elétrica na área de permissão, pautados nos princípios cooperativistas e requisitos estabelecidos pelas partes interessadas, por meio da competência, da melhoria contínua dos processos e eficácia da gestão.

Planejamento Estratégico

A revisão anual do planejamento estratégico é um processo sistemático de avaliação das diretrizes estratégicas, com suporte de consultoria especializada e metodologias definidas, com o objetivo de verificar a aderência da estratégia aos resultados obtidos, às mudanças do ambiente interno e externo e às prioridades



organizacionais.

Esse processo assegura que a empresa permaneça alinhada à sua **missão, visão e valores**, promovendo tomada de decisão mais assertiva, sustentável, que visam antecipar ações de reação às mudanças e potencializar resultados.

A reunião anual de revisão do planejamento estratégico permite:

- Avaliar o desempenho em relação aos objetivos definidos;
- Identificar desvios, riscos e oportunidades;
- Ajustar metas, iniciativas e alocação de recursos;
- Reforçar o alinhamento entre estratégia, operação e orçamento;
- Garantir maior adaptabilidade frente à mudanças.

O planejamento estratégico é elemento fundamental da gestão corporativa, pois permite aprender com o passado, responder ao presente e se preparar para o futuro, garantindo sustentabilidade e geração de valor.

Sistema de Gestão da Qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade da Cergal é estruturado com base nos requisitos da NBR ISO 9001:2015, tendo como objetivo assegurar a padronização dos processos, a melhoria

contínua do desempenho organizacional e a satisfação dos associados/consumidores e demais partes interessadas.

Durante o período, a Cergal passou pelo processo de recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade, conduzido pelo organismo certificador TÜV NORD Brasil, reafirmando seu compromisso com a excelência, a conformidade e a melhoria contínua.

O processo de recertificação compreendeu:

- Avaliação do contexto organizacional e das partes interessadas;
- Revisão de processos, procedimentos e documentos do SGQ;
- Realização de auditorias internas;
- Tratamento de não conformidades, quando aplicável;
- Avaliação da eficácia das ações corretivas;
- Auditoria externa conduzida por organismo certificador acreditado.



A recertificação para o escopo que compreende todo o sistema de distribuição de energia elétrica, somada ao resultado de zero não conformidades, evidencia a robustez, consistência e eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade, bem como o nível de maturidade alcançado, reafirma a credibilidade de nossa atuação.



TÜVNORD

CERTIFICADO

Sistema de gestão para
ISO 9001 : 2015

O organismo de certificação TÜV NORD Brasil confirma por este meio e em resultado da auditoria, avaliação e decisão de certificação de acordo com a norma ISO/IEC 17021-1:2016, que a organização

Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi
Rodovia Genésio de Souza Goulart, 4680 - Santa Luzia
88706-100 - Tubarão - SC -
Brasil

opera um sistema de gestão em conformidade com os requisitos da norma ISO 9001 : 2015 e que durante o período de vigência de 3 anos será monitorada quanto à conformidade.

Seguinte escopo

Distribuição de energia elétrica, coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos, cumprimento dos prazos regulados e da suspensão indevida e das compensações relacionadas a tensão em regime permanente.
Tratamento de reclamações dos associados/consumidores na área de permissão da Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi.

Número do registro do certificado TNBR-31248
Relatório da auditoria - OS 24063

Válido de 28/01/2026
Válido até 27/01/2025
Certificação Inicial 2011





Alexandre Alves
Centro Técnico

Barueri, 06/12/2025

A validade deste certificado está sujeita ao atendimento satisfatório e contínuo pela empresa das condições estabelecidas no contrato de certificação. Este certificado permite o registro na relação de empresas certificadas do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade.

TÜV NORD Brasil Avaliações de Qualidade Ltda. Av. Madeira, 222 - 3º Andar - 06454-010 - Barueri - SP tuv-nord.com.br



Revisão	Data	Descrição
02	06/12/2025	Emissão Inicial

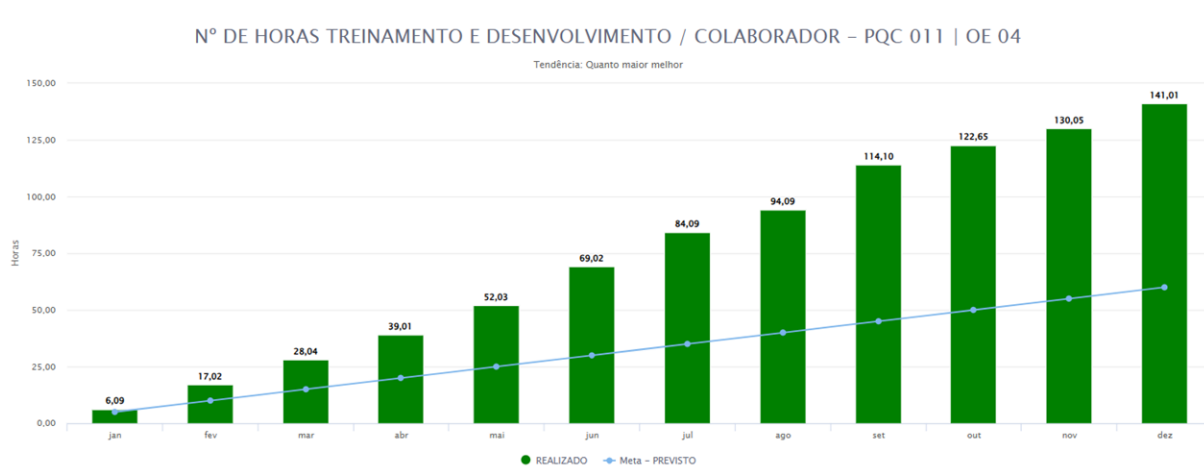
Treinamento e Desenvolvimento

As ações de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) constituem um pilar estratégico para o fortalecimento da cultura organizacional, a melhoria contínua dos processos e o alcance dos objetivos da cooperativa. Ao longo do período avaliado, a organização manteve investimentos consistentes na capacitação de seus colaboradores, com foco no desenvolvimento técnico, comportamental e gerencial.

Por meio de recursos próprios e da parceria com o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), a Cergal promoveu iniciativas internas, externas e in company, com intuito de construir e aprimorar conhecimentos técnicos e comportamentais dos colaboradores de todas as áreas que compõem a estrutura operacional. Além do programa auxílio educação, que incentiva os colaboradores à formação em cursos técnicos, graduação e pós graduação, acumulando durante o exercício 141,01 horas de treinamento e desenvolvimento por colaborador.

As ações de T&D foram acompanhadas por indicadores de desempenho, tais como:

- Total de horas de treinamento realizadas no período;
- Número de horas de treinamento por colaborador;
- Avaliação de eficácia dos treinamentos.



Os resultados demonstram evolução contínua na qualificação das equipes, refletindo positivamente na padronização dos processos, na redução de desvios e no aumento da eficiência operacional.

CIPA

Em atendimento a NR 5, os membros eleitos e indicados à nova gestão da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPA), composta por 08 colaboradores, receberam 20 horas de treinamento conduzido por empresa especializada, para assumirem um importante papel na promoção da segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores, identificar riscos no ambiente de trabalho, propor medidas preventivas, investigar acidentes e atuar na conscientização dos colaboradores, fortalecendo a cultura de prevenção e segurança.



SIPAT

Com o slogan “A Vida em Equilíbrio” a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT, foi um convite a olhar para si com mais gentileza. A desconectar-se um pouco do que está fora para se reconectar com o que está dentro. Porque prevenir acidentes é, antes de tudo, viver com consciência, presença, responsabilidade e equilíbrio.

A programação ocorreu entre os dias 22 e 26 de setembro e envolveu palestras, feira, campanhas educativas e ações de integração e engajamento dos colaboradores, um momento importante para refletir e reforçarmos juntos, nosso compromisso com a segurança, a saúde e o bem-estar, nosso compromisso com a Vida.

XVI SIPAT



LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais serve de diretriz para o comportamento de nossos colaboradores vinculados, direta ou indiretamente, na prestação de serviços prestados aos associados/consumidores. O respeito aos dados pessoais já é prática recorrente, sob orientação de consultoria especializada, um conjunto de ações vem sendo implementado, incluindo procedimentos relacionados à coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis, que visam assegurar os direitos, deveres e princípios que envolvem o uso de dados pessoais dos usuários, advindas da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Combate ao assédio sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho

A Cergal conta com os diretores e colaboradores para consistentemente, fazer o que é certo, da maneira adequada, com vistas a construção de relações de trabalho saudáveis e duradouras e a preservação da boa reputação, que é a base do sucesso de qualquer negócio.

Para assegurar que nossos comportamentos expressem os valores que compartilhamos no âmbito do trabalho e, estejam em conformidade com a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022, a Cergal, por meio de pesquisas e suporte jurídico, adotou uma série de ações regulares, de forma que o tema esteja em constante evidência e seja alicerce na conduta dos colaboradores, mitigando o risco de interpretações subjetivas quanto aos aspectos morais, éticos e legais, sendo uma dessas ações, a conscientização dos colaboradores.



a) Demonstração do Balanço Social 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

**Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi
CNPJ nº. 86.439.510/0001-85**

**Demonstração do Balanço Social - 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)**

	2025			2024		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			51.633,43			52.274,57
Lucro Operacional (LO)			93,28			3.631,51
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			15.739,07			13.831,91
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	1.231,77	7,83%	2,39%	1.162,49	8,40%	2,22%
Encargos sociais compulsórios	3.521,46	22,37%	6,82%	3.204,23	23,17%	6,13%
Entidade de previdência privada	139,40	0,89%	0,27%	115,10	0,73%	0,22%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	573,31	3,64%	1,11%	530,39	3,83%	1,01%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	100,53	0,64%	0,19%	67,92	0,49%	0,13%
Educação - Auxílio educação	54,19	0,34%	0,10%	52,57	0,38%	0,10%
Capacitação e desenvolvimento profissional	45,00	0,29%	0,09%	3,18	0,02%	0,01%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	3,48	0,02%	0,01%	3,87	0,03%	0,01%
Outros Benefícios	147,20	0,94%	0,29%	134,94	0,98%	0,26%
Total	5.816,34	36,95%	11,26%	5.274,69	38,13%	10,09%

3 - Indicadores sociais externos	% sobre			% sobre		
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Cultura	16,40	17,58%	0,03%	5,13	5,50%	0,01%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	3,00	3,22%	0,01%	2,78	2,98%	0,01%
Doações e contribuições	682,36	731,52%	1,32%	534,78	14,73%	1,02%
Total de contribuições para a sociedade	701,76	752,32%	1,36%	542,69	14,94%	1,04%
Tributos - excluídos encargos sociais	11.487,88	123,15%	22,25%	11.283,39	120,96%	21,85%
Total	12.189,64	130,68%	23,61%	11.826,08	3,26%	22,62%

4 - Indicadores ambientais	% sobre			% sobre		
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	111,05	119,05%	0,22%	137,47	3,79%	0,26%
Total	111,05	119,05%	0,22%	137,47	3,79%	0,26%

	2025	2024
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	95	90
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	30	33
Ensino médio	63	56
Ensino fundamental	2	1
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	9	2
De 30 até 45 anos (exclusive)	42	42
Acima de 45 anos	44	46
Admissões durante o período	6	6
Mulheres que trabalham na empresa	26,32	21,11
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n.º total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n.º total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	3,16	4,44
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n.º total de negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n.º total de gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	74	77
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8,03	6,97
Acidentes de trabalho	1	0

Demonstrações Contábeis Regulatórias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO

	NOTA	2025	2024
CIRCULANTE		22.319,06	27.963,97
Caixa e equivalentes de caixa		1.789,66	8.916,76
Consumidores de energia a receber	09	12.673,65	12.499,14
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	09	-2.499,13	-2.436,95
Impostos a recuperar		1.672,65	1.365,37
Almoxarifados	06	264,45	383,86
Serviços em curso		2,38	1,68
Ativos Regulatorios	11	914,36	2.239,10
Despesas de exercícios seguintes	07	149,30	134,97
Outros créditos		7.351,74	4.860,04
NÃO CIRCULANTE		63.884,63	53.438,63
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		823,04	579,57
Impostos a recuperar		527,92	308,74
Outros créditos		295,12	270,83
INVESTIMENTOS		742,11	448,60
IMOBILIZADO	10	62.314,02	52.358,53
INTANGIVEL	10	5,46	51,93
TOTAL DO ATIVO		86.203,69	81.402,60

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO

	NOTA	2025	2024
CIRCULANTE		14.344,43	12.924,48
Fornecedores		1.743,76	1.941,01
Salários e ordenados a pagar		1.415,86	1.194,74
Impostos, taxas e contribuições		1.905,46	1.587,13
Passivos regulatórios	11	4.756,95	3.878,25
Encargos setoriais		892,46	627,31
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		0,00	0,00
Repasses a realizar		894,31	662,00
Outros débitos		2.735,63	3.034,04
NÃO CIRCULANTE		10.737,04	7.192,25
Fornecedores		0,00	0,00
Provisões para contingências	12	65,56	139,47
Contingências fiscais	12	2.207,39	1.505,41
Passivos regulatórios	11	0,00	0,00
Obrigações vinculadas ao serviço público	13	8.464,09	5.547,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		61.122,22	61.285,87
Capital social	14	9.442,49	9.136,18
Reavaliação regulatório compulsória		6.322,04	7.307,92
Reserva de sobras	14	44.751,64	42.347,38
Reserva legal		16.664,73	15.049,13
Fates		5.488,83	5.124,40
Fundo de manutenção		22.598,08	22.173,85
Sobras a disposição da AGO	14	606,05	2.494,39
TOTAL DO PASSIVO E PL		86.203,69	81.402,60

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	NOTA	PERÍODOS	
		01/jan/25	01/jan/24
		a	a
		31/dez/25	31/dez/24
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
RECEITAS / INGRESSOS OPERACIONAIS	15	71.374,28	71.571,05
Fornecimento de energia elétrica		13.799,52	13.377,37
Disponibilização do sistema de distribuição		46.662,02	46.771,63
Ativos e passivos financeiros setoriais		(2.340,48)	(1.416,18)
Outras receitas operacionais (Serviços, contribuições e subvenções)		13.253,22	12.838,23
TRIBUTOS		(11.416,91)	(11.267,80)
ICMS		(11.416,91)	(11.181,92)
Pis-Pasep		-	(15,29)
Cofins		-	(70,59)
ENCARGOS - PARCELA A		(8.323,94)	(8.028,68)
Conta de desenvolvimento Energético - CVA		(8.217,36)	(7.143,60)
CDE Covid - 2019		-	(783,94)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(106,58)	(101,14)
Bandeiras tarifárias		-	-
RECEITAS / INGRESSOS LÍQUIDOS		51.633,43	52.274,57
Despêndios / Custos não gerenciáveis - Parcela A			
Suprimento de energia elétrica		(15.350,06)	(15.320,68)
Proinfra		(918,30)	(873,74)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(7.985,50)	(8.450,59)
Encargos de serviço de sistema – ESS		(1.510,01)	(1.449,02)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		25.869,56	26.180,54
Despêndios / Custos gerenciáveis - Parcela B			
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	17	(16.448,85)	(14.329,57)
Material		(1.344,56)	(1.020,08)
Serviços de terceiros		(3.493,79)	(3.195,16)
Arrendamento e alugueis		(30,44)	(28,72)
Tributos		(175,77)	(116,82)
Seguros		(190,88)	(192,02)
Doações, contribuições e subvenções		(213,96)	(228,59)
Provisão para Devedores Duvidosos		(937,08)	(428,87)
Depreciação e amortização		(2.881,75)	(2.687,91)
(-) Recuperação de Despesas		84,15	105,59
Outros gastos diversos		(143,35)	(426,88)
RESULTADO DA ATIVIDADE		93,28	3.631,51
RESULTADO FINANCEIRO		1.045,21	999,26
Despesas financeiras		(24,62)	(113,38)
Receitas financeiras		1.069,83	1.112,64
RESULTADO ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR		1.138,49	4.630,77
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO		(221,28)	(75,12)
Contribuição social		(64,93)	(26,24)
Imposto de renda		(156,35)	(48,88)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		917,21	4.555,65

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (REAVALIAÇÃO)	RESERVAS ESTATUTÁRIAS				SOBRAS (PERDAS) A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
			FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	FUNDO DE MANUTENÇÃO	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ./22	8.423,60	9.095,92	9.757,98	3.834,27	18.092,74	31.684,99	2.589,34	51.793,85
1 - AUMENTO DE CAPITAL						-		-
- Integralização/devolução de quotas	6,34					-		6,34
2 - AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações estatutárias e legais			667,15	638,91	2.335,04	3.641,10	(3.641,10)	-
- Avaliação compulsória regulatória								-
- Destinações AGO	300,00		1.789,35	500,00		2.289,35	(2.589,35)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Realização da Fates				(364,72)		(364,72)		(364,72)
- Realização da Reavaliação regulatória		(938,29)				-	674,96	(264,33)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO							6.301,92	6.301,92
SALDOS 31/DEZ./23	8.729,94	8.156,63	12.214,48	4.608,46	20.427,78	37.250,72	3.335,77	57.473,06
1 - AUMENTO DE CAPITAL						-		-
- Integralização/devolução de quotas	6,24					-		6,24
2 - AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações estatutárias e legais			498,88	443,84	1.746,07	2.688,79	(2.688,79)	-
- Avaliação compulsória regulatória								-
- Destinações AGO	400,00		2.335,77	600,00		2.935,77	(3.335,77)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Realização da Fates				(527,90)		(527,90)		(527,90)
- Realização da Reavaliação regulatória		(848,71)				-	627,53	(221,18)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO							4.555,65	4.555,65
SALDOS 31/DEZ./24	9.136,18	7.307,92	15.049,13	5.124,40	22.173,85	42.347,38	2.494,39	61.285,87
1 - AUMENTO DE CAPITAL						-		-
- Integralização/devolução de quotas	6,31					-		6,31
2 - AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações estatutárias e legais			121,60	339,00	424,23	884,83	(884,83)	-
- Avaliação compulsória regulatória								-
- Destinações AGO	300,00		1.494,00	700,00		2.194,00	(2.494,00)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Realização da Fates				(674,57)		(674,57)		(674,57)
- Realização da Reavaliação regulatória		(985,88)				-	573,28	(412,60)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO							917,21	917,21
SALDOS 31/DEZ./25	9.442,49	6.322,04	16.664,73	5.488,83	22.598,08	44.751,64	606,05	61.122,22
MUTAÇÕES DO PERÍODO	306,31	(985,88)	1.615,60	364,43	424,23	2.404,26	(1.888,34)	(163,65)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de Reais)

(Método Direto)

	PERÍODOS	
	01/jan/25	01/jan/24
	a	a
	31/dez/25	31/dez/24
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	61.269,12	61.012,39
Recebimento de Subvenções	11.058,52	10.680,26
Pagamentos a Fomecedores	(8.210,51)	(6.697,50)
Fomecedores Energia Elétrica Comprada	(20.475,61)	(20.836,42)
Salários e Encargos Sociais	(9.944,18)	(8.721,29)
Caixa Gerada pelas Operações	33.697,34	35.437,44
Encargos Setoriais	(10.760,29)	(10.245,33)
Juros Pagos	(3,24)	(40,86)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(5.729,49)	(5.270,83)
Tributos Estaduais (ICMS)	(11.205,59)	(10.961,46)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(80,12)	(75,02)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	5.918,61	8.843,94
Indenizações	(227,81)	259,00
Associações e Convênios	(3.441,47)	(2.710,46)
Viagens	(22,41)	(13,93)
Outras Receitas e Despesas	154,56	151,05
Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais	2.381,48	6.529,60
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra de Ativo Imobilizado	(9.889,14)	(4.558,67)
Recebido pela Venda de Imobilizado	93,70	84,90
Juros Recebidos	0,73	3,73
Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos	(9.794,71)	(4.470,04)
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Receitas de Aplicações Financeiras	576,44	374,68
Recebimentos repasses modicidade tarifária	-	-
Recebimentos repasses CDE-Covid	-	-
Despesas Bancárias	(290,31)	(378,67)
Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras	286,13	(3,99)
Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	(7.127,10)	2.055,57
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	8.916,76	6.861,19
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	1.789,66	8.916,76
Variação pelo Caixa	(7.127,10)	2.055,57

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Agradecimentos

Ao fim do exercício social de 2025, queremos agradecer a DEUS, aos membros do Conselho de Administração, e, estender esse agradecimento a todos os consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nosso principal objetivo que é a distribuição de energia elétrica com qualidade.

Agradecemos também aos membros do Conselho Fiscal que se mantiveram atuantes e concisos no debate de questões de maior interesse para CERGAL.

Demonstramos ainda, nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente aos associados e consumidores, bem como a todos os demais, que contribuíram para o cumprimento da missão desta permissionária.

Tubarão, 31 de Dezembro de 2025.

A Administração.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Tubarão, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição e comercialização de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica tem prazo único de 20 (vinte anos), contados a partir de 30 de outubro de 2008. Em 15 de abril de 2021 houve aditivo contratual alterando o prazo de permissão para 30 (trinta) anos contados a partir da celebração deste. Esta alteração poderá ser suspensa se não atendidas as condições estipuladas no próprio aditivo.

NOTA 02 - DAS PERMISSÕES

As áreas de permissão estão situadas nos municípios de Tubarão, Jaguaruna, Laguna e Gravatal, todos no Estado de Santa Catarina, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001491/2000-84 de regularização da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI – CERGAL, especificadas na resolução homologatória nº 526, de 31 de julho de 2007 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.566, de 23 de setembro 2008, constantes do contrato de permissão assinado em 30/out./2008.

NOTA 03 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - “ANEEL”.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes:

- (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e
- (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B, mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Os cálculos destes ajustes, reajustes ou revisões periódicas, e toda a legislação que regula este setor estão normatizados pelos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET. A nova estrutura do PRORET foi aprovada pela resolução normativa n. 435/2011, dividido em 12 módulos e subdividido em submódulos.

NOTA 04 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

NOTA 05 - PRINCIPAIS PRATICAS CONTABEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalentes aos custos incorridos, serão faturados e cobrados, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando a poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido a depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual determinado considerando a premissa de existencia de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da permissão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 30 de Setembro de 2013, com base em Laudo de Reavaliação aprovado em Assembleia Extraordinária e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de Setembro de 2013.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

NOTA 06 - ALMOXARIFADOS

Em atendimento às normas da ANEEL, demonstramos abaixo os valores dos equipamentos presentes em nossos Almojarifados, de acordo com as divisões regulamentadas, conforme segue:

Almojarifados	2025	2024
Almojarifado de manutenção	260,14	381,56
Almojarifado de sucatas	4,31	2,30
TOTAL	264,45	383,86

NOTA 07 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE

Conforme regras contábeis, as despesas pagas cujos efeitos serão durante o prazo de vigência, devem ser reconhecidas como pagamentos antecipados e levados a resultado em forma de realização mensal. Seguem abaixo os valores ainda não realizados por tipo de seguro/encargo nos exercícios de 2025 e 2024:

Descrição	2025	2024
Prêmio de Seguros		
Predial veículos, outros	58,00	61,39
Regulatórios		
PROINFA	91,30	73,58
TOTAL	149,30	134,97

NOTA 08 – ATIVO INDENIZAVEL DA PERMISSÃO

Demonstramos abaixo quadro figurativo do valor de nosso Ativo Indenizável da Permissão no dia 31/12/2025.

Descrição	Valor VOC	Depreciação VOC	Valor VNR	Depreciação VNR
TERRENOS	142,44	-	-	-
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	1.811,55	- 364,91	-	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	58.590,38	- 13.183,63	15.640,70	- 9.318,66
VEÍCULOS	3.154,69	- 1.496,63	-	-
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	78,72	- 11,33	-	-
TERRENOS	420,22	-	-	-
EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	954,95	- 557,04	-	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	751,96	- 467,05	-	-
VEÍCULOS	143,14	- 80,34	-	-
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	703,89	- 177,13	-	-
INTANGÍVEIS-SOFTWARES	98,29	- 92,84	-	-
TOTAL GERAL	66.850,22	- 16.430,89	15.640,70	- 9.318,66
TOTAL GERAL DO ATIVO INDENIZAVEL EM 12/2025	56.741,37			

NOTA 09 – CONSUMIDORES DE ENERGIA A RECEBER

D E S C R I Ç Ã O	VALORES CORRENTES								SALDO	SALDO
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA				2025	2024	2023		
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Provisão p/ Devedores Duvidosos	2025	2024
Fornecimento de Energia	10.490,51	153,57	203,63	320,40	1.505,53	(2.499,12)	(2.436,95)	(1.583,26)	10.174,52	10.062,19
Residencial	3.900,97	100,89	132,48	134,84	704,57	(976,52)	(986,94)	(849,69)	3.997,23	4.222,48
Industrial	941,05	1,39	27,07	30,01	548,14	(809,28)	(831,87)	(473,44)	738,38	694,18
Comercial	835,69	27,42	37,52	125,96	201,14	(327,10)	(260,37)	(246,84)	900,63	984,86
Rural	296,92	22,06	6,56	29,59	50,04	(50,16)	(17,93)	(11,82)	355,01	384,48
Poderes Públicos	104,76	-	-	-	1,64	(1,64)	(1,64)	(1,47)	104,76	75,36
Iluminação Pública	181,16	-	-	-	-	-	-	-	181,16	-
Serviço Público	132,45	1,81	-	-	-	-	-	-	134,26	117,16
Taxado	43,03	-	-	-	-	(19,18)	(18,58)	-	23,85	19,75
Parcelamentos creditos a receber	986,67					(192,76)	(194,24)		793,91	732,48
Participação Financeira	1,62								1,62	
Outros	655,81	-	-	-	-	(122,48)	(125,38)	-	533,33	493,48
Fornecimento Não Faturado	2.410,38	-	-	-	-	-	-	-	2.410,38	2.337,96
Total	10.490,51	153,57	203,63	320,40	1.505,53	(2.499,12)	(2.436,95)	(1.583,26)	10.174,52	10.062,19

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Distribuição	54.696,14	12.339,66	(3.258,04)	-	15.640,70	79.418,46	9.081,63	(24.375,15)	55.043,31	46.894,58
Terrenos	142,44	-	-		-	142,44	-		142,44	142,44
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.811,55	-	-			1.811,55	-	(364,91)	1.446,64	1.509,17
Máquinas e equipamentos	49.626,90	12.221,32	(3.257,84)		15.640,70	74.231,07	8.963,48	(22.502,29)	51.728,79	43.253,64
Veículos	3.095,32	59,37	-			3.154,69	59,37	(1.496,63)	1.658,06	1.979,53
Móveis e utensílios	19,94	58,98	(0,19)			78,72	58,78	(11,33)	67,39	9,80
Administração	2.813,64	190,77	(30,25)	-	-	2.974,16	160,52	(1.281,56)	1.692,60	1.638,77
Terrenos	420,22	-	-	-	-	420,22	-	-	420,22	420,22
Edificações, obras civis e benfeitorias	954,95	-	-	-	-	954,95	-	(557,04)	397,91	429,88
Máquinas e equipamentos	668,06	111,99	(28,09)	-	-	751,96	83,90	(467,05)	284,91	226,86
Veículos	143,14	-	-	-	-	143,14	-	(80,34)	62,80	75,58
Móveis e utensílios	627,26	78,79	(2,16)	-	-	703,89	76,63	(177,13)	526,76	486,23
Subtotal	57.509,77	12.530,43	(3.288,29)	-	15.640,70	82.392,62	9.242,15	(25.656,71)	56.735,91	48.533,35

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)+(B)-(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Distribuição	3.825,19	28.615,37	(14.641,14)	(12.221,32)	-	5.578,10	1.752,91	-	5.578,10	3.825,19
Máquinas e equipamentos	1.524,24	12.494,34	(200,63)	(12.221,32)	-	1.596,63	72,39	-	1.596,63	1.524,24
Outros	2.300,95	16.121,03	(14.440,50)		-	3.981,47	1.680,52	-	3.981,47	2.300,95
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-				-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-				-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.825,19	28.615,37	(14.641,14)	(12.221,32)	-	5.578,10	1.752,91	-	5.578,10	3.825,19

Total do Ativo Imobilizado	61.334,97	41.145,80	(17.929,42)	(12.221,32)	15.640,70	87.970,73	10.995,06	(25.656,71)	62.314,02	52.358,54
-----------------------------------	------------------	------------------	--------------------	--------------------	------------------	------------------	------------------	--------------------	------------------	------------------

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Distribuição	98,29	-	-	98,29	-	(92,84)	5,45	5,45
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	98,29	-	-	98,29	-	(92,84)	5,45	5,45
Administração	360,73	-	-	360,73	-	(360,73)	-	46,47
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso Software	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	360,73	-	-	360,73	-	(360,73)	-	46,47
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	459,02	-	-	459,02	-	(453,57)	5,45	51,92
Total do Ativo Intangível	459,02	-	-	459,02	-	(453,57)	5,45	51,92

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (A)+(B)-(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Ativo Intangível em Serviço								
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	98,29	-	-	98,29	-	(92,84)	5,45	5,45
Softwares	92,84	-	-	92,84	-	(92,84)	-	-
Outros	5,45	-	-	5,45	-	-	5,45	5,45
Administração	360,73	-	-	360,73	-	(360,73)	-	46,47
Softwares	350,00	-	-	350,00	-	(350,00)	-	46,47
Outros	10,73	-	-	10,73	-	(10,73)	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	459,02	-	-	459,02	-	(453,57)	5,45	51,92

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2025	Adições Liquidas (A)-(B)-(C)
AIS Bruto	49.626,90	12.221,30	(3.257,84)	-	15.640,69	74.231,05	15.479,14
Transformador de Distribuição	4.829,49	1.757,25	(280,05)			6.306,69	1.477,20
Medidor	2.888,52	272,11	(165,25)		756,62	3.752,00	106,86
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	14.848,76	1.800,02	(60,41)		1.477,26	18.065,63	1.739,61
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	8.769,56	8.387,83	(96,63)			17.060,76	8.291,20
Redes Alta Tensão (69 kV)	-					-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-					-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-					-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-					-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	10.083,99					10.083,99	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-					-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-					-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	8.206,58	4,09	(2.655,50)		13.406,81	18.961,98	(2.651,41)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	5.547,36	12.369,02	9.452,30	-	-	8.464,08	2.916,72
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	5.547,36	12.369,02	9.452,30	-	-	8.464,08	2.916,72
		-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	3,16%	79.418,46	(24.375,15)	55.043,31	46.894,57
Custo histórico	3,18%	63.777,76	(15.056,49)	48.721,27	39.586,65
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,09%	15.640,70	(9.318,66)	6.322,04	7.307,92
Administração	3,65%	2.974,16	(1.281,56)	1.692,60	1.638,78
Custo histórico	3,65%	2.974,16	(1.281,56)	1.692,60	1.638,78
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	5.578,10	-	5.578,10	3.825,19
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	5.578,10	-	5.578,10	3.825,19
Administração	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Total				62.314,01	52.358,54

A composição das adições do exercício “Em Curso”, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mi	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Outros Gastos	Total
Terrenos	280,00			13,51	293,51
Reservatórios, Barragens e Adutoras					-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	862,82	97,64			960,46
Máquinas e Equipamentos	9.577,53	2.055,23	332,13	529,45	12.494,34
Móveis e Utensílios	52,81	0,57			53,38
Custos a Distribuir					-
Desenvolvimento de Projetos					-
Transformação, Fabricação e Reparo de	30,61	14,55			45,16
Materiais					-
Material em Depósito	7.864,37				7.864,37
Compras em Andamento	6.903,28				6.903,28
Adiantamentos a Fornecedores					-
Outros	0,87				0,87
Total das Adições	25.572,29	2.167,99	332,13	542,96	28.615,37

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

Taxas Anuais de Depreciação	
Distribuição	
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador	4,00
Administração central	
	-
Veículos	14,29
Edificações	3,33
Equipamentos Geral	6,25
Equipamento Geral de Informática	16,67
Software	20,00
Urbanização e Benfeitorias	3,33

De acordo com nosso Contrato de Concessão (Permissão) para o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, que está harmonizado com os extintos artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 (atualizado e revogado pelo Decreto No. 10.810/21), os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
CABO ALUMÍNIO PROTEGIDO 185MM XLPE 35KV	R\$ 1.725,27
TRANSFORMADOR DISTRIBUIÇÃO TRIF. 112,5KVA	R\$ 894,03
CABO ALUMÍNIO PROTEGIDO 185MM XLPE 15KV	R\$ 838,36
CABO QUADRUPLIX DE ALUMÍNIO 3#70+70MM2	R\$ 587,73
CABO DE ALUMINIO 336,4CA	R\$ 557,39
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 X 300 dAN	R\$ 527,10
TRANSFORMADOR DISTRIBUIÇÃO TRIF. 75KVA	R\$ 521,43
CABO ALUMÍNIO PROTEGIDO 50MM XLPE 15KV	R\$ 484,95
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 14 X 600 dAN	R\$ 421,58
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 16 X 2500 DAN	R\$ 338,78

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
REGULADOR AUTOMÁTICO DE TENSÃO MONO	R\$ 251,06
CABO DE ALUMÍNIO NÚ BITOLA 336,4	R\$ 100,57
TRANSFORMADOR DISTRIBUIÇÃO TRIF. 112,5KVA	R\$ 87,14
TRANSFORMADOR DISTRIBUIÇÃO TRIF. 75 KVA	R\$ 85,43
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 M, 300 DAN	R\$ 80,00
RELÉ CONTROLADOR DE RELIGADOR, FABRICANTE	R\$ 74,17
CABO DE ALUMÍNIO NÚ, BITOLA 2 AWG	R\$ 50,75
RELIGADOR AUTOMATICO KFE	R\$ 49,78
MEDIDOR ELETRÔNICO TRIFÁSICO	R\$ 48,46
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 M, 600 DAN	R\$ 43,84

NOTA 11 – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais.

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 30/09/2024 a 29/09/2025, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a CERGAL transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

I) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

II) Quota parte de energia nuclear

A CERGAL, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

III) Neutralidade da Parcela A

Os ajustes financeiros dos encargos setoriais na Parcela A resultam da diferença entre a cobertura tarifária de encargos, e a receita auferida pela permissionária, decorrente da aplicação das tarifas de fornecimento vigentes ao mercado de referência, os encargos em constituição referem-se ao ciclo tarifário em andamento, os valores em amortização são aqueles que já foram homologados no processo tarifário e se realizam no ciclo posterior a sua homologação.

Os encargos setoriais, oriundos das políticas de governo para o setor elétrico, possuem finalidades específicas e são definidos em legislação própria. Seus valores são estabelecidos pela ANEEL e não representam ganhos de receita para a permissionária. Os encargos são:

- i. Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica-TFSEE;
- ii. Conta de Desenvolvimento Energético-CDE;
- iii. CDE – Conta Covid
- iv. CDE Eletrobras;
- v. CDE GD;
- vi. CDE Conta Escassez Hídrica;
- vii. Encargo de Serviço de Sistema-ESS e Encargo de Energia de Reserva - ERR; e
- viii. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica-Proinfa.

IV) PIS/COFINS sobre a Compra de Energia:

Por ocasião dos processos tarifários, o valor da energia comprada, adotado para determinação das tarifas, não contempla o PIS e a COFINS incidentes na operação, que são pagos pela permissionária. Por esta razão, a cada ciclo tarifário, a permissionária apura o valor pago relativo a estes tributos, e inclui o montante como componente tarifário ao ciclo seguinte, da mesma forma que a neutralidade da parcela “A”, são separados em valores em constituição e em realização, seguindo os mesmos critérios dos outros encargos.

V) CVE Energia Comprada:

Considerando que os contratos de compra de energia tem datas de reajustes diferentes da data base do processo tarifário da Cooperativa, o custo efetivo da compra pode ser diferente daquele considerado na cobertura tarifária. As diferenças eventualmente apuradas em um ciclo, são atualizadas mensalmente, pela variação da SELIC e contabilizadas como componentes financeiros. Os referidos componentes irão compor as tarifas do ciclo tarifário seguinte. Às cotas de energia de Angra e CCGF também se aplica este procedimento.

VI) Previsão de Risco Hidrológico (GSF):

As operações de compra de energia no mercado livre trazem consigo a obrigação da empresa de participar no rateio do risco hidrológico, administrado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. No processo tarifário é estabelecido um valor, que irá compor a tarifa, e que se trata de uma previsão do custo correspondente, no ciclo tarifário. Mensalmente a Cooperativa contabiliza a devolução dessa previsão sendo os valores atualizados pela Selic e contabilizados como Componente Financeiro, cujo saldos irão compor as tarifas do próximo ciclo tarifário.

VII) CVE Encargo de Serviço do Sistema (ESS) e Encargo de Energia de Reserva (ERR):

O ESS e o ERR são encargos exígieis de empresas que adquirem energia no mercado livre. Os custos efetivos são conhecidos nos meses em que se realizarem, no processo tarifário a permissionária recebe em suas tarifas, um valor estimado dos referidos custos. Por esta razão, é apurado uma CVE, que corresponde à diferença do custo reconhecido no processo tarifário e os efetivamente incorridos, quando de suas realizações. Serão computados na formação das tarifas do próximo ciclo tarifário.

A partir da competência outubro de 2024, conforme Resolução Normativa Aneel nº 1.103./2024, iniciou a cobrança do Encargo de Potência para Reserva de Capacidade em decorrência da antecipação do início de operação da UTE Termopernambuco, contratada no Leilão de Reserva de Capacidade de 2021. As usinas em operação passam a ter direito ao recebimento de receita fixa, custo que será mantido com o novo encargo.

VIII) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica participantes do mercado de curto prazo são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e repassados nos processos tarifários subsequentes.

IX) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária:

No presente ciclo de revisão tarifaria, a CERGAL não teve diferimento ou ressarcimento de reposição tarifaria.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2025	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	208,98	74,27	228,06	55,19	4,77	50,41	55,19	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	208,98	74,27	228,06	55,19	4,77	50,41	55,19	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	2.030,11	1.526,37	2.697,31	859,17	746,85	112,32	859,17	-
Majoração PIS/Cofins	330,69	641,38	625,07	347,00	234,68	112,32	347,00	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	297,04	884,99	669,86	512,17	512,17	-	512,17	-
Sobrecontratação de Energia	22,30	-	22,30	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	1.380,09	-	1.380,09	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	2.239,09	1.600,64	2.925,38	914,36	751,62	162,74	914,36	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2025	Valores em Amortizacão	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	(138,39)	(1.652,25)	(1.936,31)	(422,45)	-	(422,45)	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	(138,39)	(1.652,25)	(1.936,31)	(422,45)	-	(422,45)	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(3.739,87)	(9.865,93)	(10.460,56)	(4.334,50)	(3.045,85)	(1.288,65)	(4.334,50)	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(1.849,80)	(4.889,79)	(4.268,67)	(1.228,69)	(167,51)	(1.061,18)	(1.228,69)	-
Bolha Financeira RTP 2013/2012 CP	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros - Bandeiras Tarifárias	(645,63)	(2.304,53)	(2.590,38)	(931,49)	(704,01)	(227,47)	(931,49)	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros - IF CUSD Energia (DIC/FIC Supridora)	(1.244,43)	(2.671,61)	(3.601,51)	(2.174,33)	(2.174,33)	-	(2.174,33)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(3.878,26)	(11.518,18)	(12.396,88)	(4.756,95)	(3.045,85)	(1.711,10)	(4.334,50)	-

NOTA 12 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2024	-	139,47	1.505,41	1.644,88
Constituição	-	-	701,97	701,97
Baixas/reversão	-	(73,91)	-	(73,91)
Atualização	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	-	65,56	2.207,38	2.272,94

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS AO SERVIÇO PÚBLICO (PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA)

São obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (a)	Baixas (b)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Em serviço	4.627,64	8.535,24	(5.473,42)	7.689,46	3.061,82	7.689,46	4.627,64
Participação da União, Estados e Municípios	675,60			675,60	-	675,60	675,60
Participação Financeira do Consumidor	99,71	14,20	(14,20)	99,71	-	99,71	99,71
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3.852,33	8.521,04	(5.459,22)	6.914,15	3.061,82	6.914,15	3.852,33
Outros	1.633,49	-	-	1.633,49	-	1.633,49	1.633,49
Ultrapassagem de demanda	679,16			679,16	-	679,16	679,16
Excedente de reativos	954,33			954,33	-	954,33	954,33
Outros				-	-	0,00	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	(551,78)	(787,04)	556,43	(782,39)	(230,61)	(782,39)	(551,78)
Participação da União, Estados e Municípios	(43,67)	(26,07)		(69,74)	(26,07)	-69,74	(43,67)
Participação Financeira do Consumidor	(30,33)	(8,79)	4,42	(34,70)	(4,37)	-34,70	(30,33)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(477,78)	(752,18)	552,01	(677,95)	(200,17)	-677,95	(477,78)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica				-	-	0,00	-
Outros	(194,65)	(63,04)	-	(257,69)	(63,04)	(257,69)	(194,65)
Ultrapassagem de demanda	(80,53)	(26,21)		(106,74)	(26,21)	-106,74	(80,53)
Excedente de reativos	(114,12)	(36,83)		(150,95)	(36,83)	-150,95	(114,12)
Outros				-	-	0,00	-
Total	5.514,70	7.685,16	(4.916,99)	8.282,87	2.768,17	8.282,87	5.514,70

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (a)	Baixas (b)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Em Curso	-	3.129,74	(3.128,11)	1,63	1,63	1,63	-
Participação Financeira do Consumidor		33,96	(33,96)	-	-	0,00	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		3.061,82	(3.061,82)	-	-	0,00	-
Pesquisa e Desenvolvimento				-	-	0,00	-
Valores Pendentes de Recebimento		33,96	(32,33)	1,63	1,63	1,63	-
Outros	32,67	147,62	(0,70)	179,59	146,92	179,59	32,67
Ultrapassagem de demanda	16,39	77,00		93,39	77,00	93,39	16,39
Excedente de reativos	16,28	70,62	(0,70)	86,20	69,92	86,20	16,28
Diferença das perdas regulatórias				-	-	0,00	-
Outros				-	-	0,00	-
Total	32,67	3277,36	-3128,81	181,22	148,55	181,22	32,67

TOTAL GERAL	5.547,37	10.962,52	- 8.045,80	8.464,09	2.916,72	8.464,09	5.547,37
--------------------	-----------------	------------------	-------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
TRANSFORMADOR DISTRIBUIÇÃO TRIF. 112,5KV	707,53
CABO ALUMÍNIO PROTEGIDO 50MM XLPE 15KV	386,02
CABO QUADRUPLIX DE ALUMÍNIO 3#70+70MM2	353,22
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 X 300 dAN	352,57
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO TRIF. 75KV	253,49
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 10 X 300 dAN	183,03
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 12 X 600 dAN	128,62
CABO QUADRUPLIX DE ALUMÍNIO 3#120+70MM2	121,90
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 X 600 dAN	107,79
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 X 1000 dAN	92,52

Não foram efetuadas baixas nas obrigações especiais no exercício de 2025 e 2024.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O Capital Social em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 9.442,49 mil. A quantidade de cotas varia de acordo com o ingresso ou saídas dos associados. Cada cota parte tem o valor de R\$ 1,00 conforme disposto no estatuto social.

Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/71. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina a cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/71. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária: são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Reservas de sobras:

	2025	2024
FATES	5.488,83	5.124,40
Reserva legal	16.664,73	15.049,13
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	22.598,08	22.173,85
Total	44.751,64	42.347,38

Sobras / Perdas a Disposição da Assembleia:

	2025	2024
Sobras	606,05	2.494,38
(-) Perdas	-	-
Total	606,05	2.494,38

NOTA 15 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	20.934	20.503	64,11	64,11	55.831,45	56.278,97
Residencial	19.294	18.871	41,58	41,58	37.925,80	36.816,99
Industrial	205	201	4,62	4,62	3.622,20	4.706,45
Comercial	869	846	9,05	9,05	8.037,01	8.406,57
Rural	493	516	3,13	3,13	2.345,17	2.721,60
Poder público	45	45	0,77	0,77	827,12	737,85
Iluminação pública	6	6	3,71	3,71	2.154,46	2.060,20
Serviço público	22	18	1,25	1,25	919,69	829,31
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	24,33	20,58	4.777,00	4.044,57
Consumidores Cativos					-	-
Consumidores Livres			24,33	20,58	4.704,58	4.013,67
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias					72,42	30,90
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(146,92)	(174,56)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem De					- 77,00	- 64,01
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Rea					- 69,92	- 110,55
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Consumidores L					-	-
Regulatórias	-	-	-	-	10.912,74	11.422,05
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não fatur	-	-	-	-	10.912,74	11.422,05
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					- 336,28	907,71
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devoluç					-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos					- 2.004,20	- 2.323,89
Financeiros Setoriais						
IFRS					-	-
Serviços Cobráveis					95,95	124,97
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					13.157,27	12.713,26
Total	20.934	20.503	88,44	84,69	71.374,27	71.571,03

NOTA 16 – DISPÊNDIOS / CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA A

No exercício de 2024 e 2025, a Permissionária efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	5.350,06	15.320,68
Proinfa	918,30	873,74
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	7.985,50	8.450,59
Encargos de serviço de sistema – ESS	1.510,01	1.449,02
Total	15.763,87	26.094,03

NOTA 17 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal e Administradores	2025	2024
Pessoal	15.761,17	13.831,91
Remuneração	8.804,04	7.982,45
Encargos	3.357,76	3.241,62
Despesas rescisórias	131,54	-
Outros benefícios - Corrente	3.043,95	2.405,73
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	423,88	202,11
Administradores	687,68	497,65
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	687,68	480,75
Benefícios dos administradores	-	16,90
Total	16.448,85	14.329,56

NOTA 18 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Sendo a CERGAL uma Permissionária Distribuidora de Energia Elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.

NOTA 19 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Os processos tarifários das permissionárias de distribuição de energia elétrica observam o disposto nos Contratos de Permissão e na regulamentação expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, podendo ocorrer sob a forma de Reajuste Tarifário Anual – RTA ou Revisão Tarifária Periódica – RTP. No exercício de 2025, a CERGAL esteve submetida ao Reajuste Tarifário Anual, aplicável às permissionárias com aniversário contratual em 30 de setembro de 2025, calculado de acordo com a metodologia estabelecida no Submódulo 8.4 do PRORET.

No cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: Parcela A, composta pelos custos não gerenciáveis relativos à compra de energia, transmissão e encargos setoriais; e Parcela B, composta pelos custos gerenciáveis próprios da atividade de distribuição. Além dessas parcelas, o processo tarifário também contempla os componentes financeiros, que são acrescidos ou subtraídos das tarifas finais pagas pelos consumidores para compensação nos 12 meses subsequentes ao reajuste em processamento.

De acordo com a Tabela 2 da Nota Técnica nº 201/2025-STR/ANEEL, o resultado do processo tarifário da CERGAL conduziu aos seguintes efeitos médios para o consumidor cativo: 4,86% para a Alta Tensão, -0,84% para a Baixa Tensão, -0,17% como efeito médio total, e -0,60% para a subclasse B1 Residencial.

Para fins de cálculo do reajuste de 2025, a ANEEL considerou, para a CERGAL, mercado de referência de 87.132 MWh e Receita de Referência de R\$ 57.345.975,95, com base nas informações disponíveis no Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica – SAMP, relativas ao período de referência de setembro de 2024 a agosto de 2025, bem como nas tarifas homologadas no processo tarifário anterior.

No tocante aos encargos setoriais, a Nota Técnica destaca que a cobertura tarifária do processo de 2025 incorporou, entre outros, TFSEE, CDE Uso, CDE Eletrobras, CDE Geração Distribuída, CDE Conta Escassez Hídrica, ESS, ERR, ERCAP e PROINFA. A ANEEL consignou, ainda, que a CDE Conta Covid foi quitada em setembro de 2024, deixando de possuir recolhimento previsto a partir daquele exercício. No caso específico da CERGAL, o encerramento da CDE Covid produziu efeito redutor de 1,29% nas tarifas.

A ANEEL também registrou que, embora a Conta Escassez Hídrica tenha sido quitada antecipadamente em setembro de 2024, permaneceu, para 2025, a cobertura econômica originalmente prevista, sendo o efeito da quitação antecipada concedido por meio de financeiro negativo de mesmo valor, arrecadado via TE, em benefício exclusivo dos consumidores cativos, nos termos da REN nº 1.117/2025, que alterou os Submódulos 4.4 e 5.2 do PRORET, em consonância com a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024.

No processo de 2025, a ANEEL manteve a sistemática segundo a qual os componentes do efeito tarifário decorrem: (i) da atualização dos custos das Parcelas A e B; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no cálculo atual; e (iii) da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior. A Nota Técnica também registra, de forma geral, que a variação média da Parcela B das permissionárias foi de 3,84%, refletindo a atualização dos custos gerenciáveis do serviço de distribuição.

Os componentes financeiros considerados nos processos tarifários de 2025 compreendem, entre outros, ajustes de PIS/COFINS sobre compra de energia e uso do sistema de distribuição, neutralidade dos encargos setoriais, neutralidade financeira Covid, neutralidade da Conta Escassez Hídrica, subvenção de baixa densidade de carga, crédito de PIS/Cofins sobre o ICMS, CVE Energia, CVE Encargos, sobrecontratação/reversão de energia, previsão e reversão de risco hidrológico, além dos efeitos vinculados à quitação da Conta Covid e da Conta Escassez.

Dessa forma, o processo tarifário de 2025 da CERGAL refletiu a atualização dos custos regulatórios e financeiros aplicáveis ao ciclo tarifário, produzindo efeito médio

de -0,17%, com vigência a partir do aniversário contratual de 30 de setembro de 2025, observadas as tarifas homologadas pela ANEEL para o período tarifário subsequente.

REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

O contrato de Permissão nº 16/2008 estabelece a sistemática de processos tarifários periódicos da permissionária. Após os ciclos revisionais anteriores, a quarta Revisão Tarifária Periódica da CERGAL foi processada em 2024, quando a ANEEL estabeleceu, por meio da Resolução Homologatória nº 3.402, de 24 de setembro de 2024, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da permissionária, com efeito médio de -0,97% a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, com vigência até o processamento tarifário subsequente.

A partir dessa base, o exercício de 2025 passou a ser regido pelo Reajuste Tarifário Anual, nos termos do Submódulo 8.4 do PRORET.

RESUMO DA REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DE 2025

Aplicando-se a metodologia estabelecida no Submódulo 8.4 do PRORET, o resultado do processo tarifário da CERGAL, com aniversário contratual em 30 de setembro de 2025, está apresentado na Nota Técnica nº 201/2025-STR/ANEEL, a qual consolida os itens da receita de referência da permissionária, os custos das Parcelas A e B, bem como os componentes financeiros considerados no cálculo tarifário.

De acordo com referido processo, a CERGAL apresentou efeito médio tarifário de -0,17%, sendo 4,86% para os consumidores atendidos em alta tensão, -0,84% para os consumidores atendidos em baixa tensão e -0,60% para a subclasse B1 Residencial.

Para fins de apuração tarifária, a ANEEL considerou, para a CERGAL, mercado de referência de 87.132 MWh e Receita de Referência de R\$ 57.345.975,95, com base no período de referência de setembro de 2024 a agosto de 2025.

No processo de 2025, os itens da Parcela A compreenderam os custos não gerenciáveis relativos à compra de energia, ao transporte e aos encargos setoriais, enquanto a Parcela B contemplou os custos gerenciáveis inerentes à atividade de distribuição. Além disso, foram considerados componentes financeiros, positivos e negativos, destinados à compensação tarifária nos 12 meses subsequentes, em conformidade com a regulamentação setorial.

Entre os itens de maior relevância do processo, destacou-se o encerramento da CDE Conta Covid, quitada em setembro de 2024, cujo efeito foi redutor para a CERGAL em 1,29%. Também foi considerada a sistemática aplicável à Conta Escassez Hídrica, cujo efeito econômico permaneceu refletido no processo tarifário de 2025 por meio de componente financeiro negativo, arrecadado via TE, em benefício dos consumidores cativos, nos termos da REN nº 1.117/2025.

Dessa forma, o reajuste tarifário anual de 2025 refletiu a atualização dos custos regulatórios da permissionária, a retirada de componentes financeiros anteriores e a inclusão dos componentes financeiros apurados no processo corrente, resultando no efeito médio final homologado para o novo ciclo tarifário da CERGAL.

	DRA		DRP		Part.	Var.
Encargos	R\$	11.300.098,21	R\$	13.987.473,88	4,69%	23,78%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	R\$	107.819,56	R\$	112.626,76	0,01%	4,46%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	R\$	9.149.253,48	R\$	11.460.905,50	4,03%	25,27%
ESS/EER/ERCAP	R\$	1.113.858,32	R\$	1.318.367,31	0,36%	18,36%
PROINFA	R\$	929.166,85	R\$	1.095.574,32	0,29%	17,91%
P&D e Eficiência Energética	R\$	-	R\$	-	0,00%	-
ONS	R\$	-	R\$	-	0,00%	-
Transporte	R\$	7.582.730,74	R\$	7.482.490,90	-0,17%	-1,32%
Rede Básica	R\$	-	R\$	-	0,00%	-
Rede Básica Fronteira	R\$	-	R\$	-	0,00%	-
Rede Básica ONS (A2)			R\$	-	0,00%	-
Rede Básica Export. (A2)			R\$	-	0,00%	-
MUST Itaipu			R\$	-	0,00%	-
Transporte de Itaipu			R\$	-	0,00%	-
Conexão	R\$	-	R\$	-	0,00%	-
Uso do sistema de distribuição	R\$	7.582.730,74	R\$	7.482.490,90	-0,17%	-1,32%
Energia	R\$	12.891.966,58	R\$	11.882.538,69	-1,76%	-7,83%
Valor da Parcela A	R\$	31.774.795,54	R\$	33.352.503,47	2,75%	4,97%

Parcela B

	DRA		DRP		Part.	Var.
Valor da Parcela B	R\$	25.571.180,41	R\$	26.466.117,22	1,56%	3,50%

Componentes Financeiros

	R\$	Part.
Total Financeiros	R\$ (4.365.099,40)	-7,61%
Repasso de PIS COFINS	R\$ 352.015,47	0,61%
Neutralidade Encargos Setoriais	-R\$ 420.178,19	-0,73%
Subvenção CDE	-951.236,64	-1,66%
Crédito de Pis Cofins	R\$ 302,38	0,00%
Financeiros associados à REN 1000/2021	R\$ 1.465,27	0,00%
Financeiro CDE Eletrobras	-R\$ 27.375,97	-0,05%
Arrecadação de encargo CDE Escassez Hídrica dos consumido	-R\$ 68.062,80	-0,12%
Quitação conta Escassez TE	-R\$ 904.479,61	-1,58%
Reversão Pgto Conta Escassez	-R\$ 970.412,90	-1,69%
Reversão Pgto Conta Covid	-R\$ 756.978,65	-1,32%
CVE - Energia - Energia de Revenda	-R\$ 392.256,56	-0,68%
CVE - Energia - Perda Técnica	-R\$ 44.798,10	-0,08%
CVE - Energia - Perda de RB sobre a distribuição	-R\$ 1.176,03	0,00%
CVE - Energia - Perda de RB sobre o mercado cativo	-R\$ 10.297,43	-0,02%
CVE - Encargos - ESS/EER	R\$ 7.160,02	0,01%
Sobrecontratação/Exposição de Energia - Energia de Revenda	-R\$ 31.234,21	-0,05%
Sobrecontratação/Exposição de Energia - Perda Técnica	-R\$ 3.567,14	-0,01%
Sobrecontratação/Exposição de Energia - Perda Rede Básica s	-R\$ 93,64	0,00%
Sobrecontratação/Exposição de Energia - Perda Rede Básica s	-R\$ 819,95	0,00%
Reversão de Risco Hidrológico - Energia de Revenda	-R\$ 800.134,86	-1,40%
Reversão de Risco Hidrológico - Perda Técnica	-R\$ 91.380,30	-0,16%
Reversão de Risco Hidrológico - Perda Rede Básica sobre Dist.	-R\$ 2.398,89	0,00%
Reversão de Risco Hidrológico - Perda Rede Básica sobre merc	-R\$ 21.004,96	-0,04%
Previsão de Risco Hidrologico - Energia de Revenda	R\$ 675.010,05	1,18%
Previsão de Risco Hidrologico - Perda Técnica	R\$ 77.090,28	0,13%
Previsão de Risco Hidrologico - Perda Rede Básica sobre Dist.	R\$ 2.023,76	0,00%
Previsão de Risco Hidrologico - Perda Rede Básica sobre merc	R\$ 17.720,21	0,03%

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	11.300.098,21	13.987.473,88	23,78%	4,69%	23,38%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	107.819,56	112.626,76	4,46%	0,01%	0,19%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	7.271.457,92	9.238.056,62	27,05%	3,43%	15,44%
CDE Conta-COVID	739.215,18	-	0,00%	-1,29%	0,00%
CDE Eletrobras	- 249.888,90	40.505,95	-83,79%	0,37%	-0,07%
CDE GD	483.303,75	1.358.875,22	181,16%	1,53%	2,27%
CDE Escassez Hídrica	905.165,53	904.479,61	-0,08%	0,00%	1,51%
ESS/EER/ERCAP	1.113.858,32	1.318.367,31	18,36%	0,36%	2,20%
PROINFA	929.166,85	1.095.574,32	17,91%	0,29%	1,83%
ENERGIA COMPRADA	12.891.966,58	11.882.538,69	-7,83%	-1,76%	19,86%
Energia	12.891.966,58	11.882.538,69	-7,83%	-1,76%	19,86%
TRANSPORTE DE ENERGIA	7.582.730,74	7.482.490,90	-1,32%	-0,17%	12,51%
Uso do sistema de distribuição	7.582.730,74	7.482.490,90	-1,32%	-0,17%	12,51%
Total de Parcela A	31.774.795,54	33.352.503,47	4,97%	2,75%	55,76%
Total de Parcela B	25.571.180,41	26.466.117,22	3,50%	1,56%	44,24%
Variação econômica				4,31%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasse de PIS COFINS		352.015,47		0,61%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(420.178,19)		-0,73%	
Subvenção CDE		(951.236,64)		-1,66%	
Crédito de Pis Cofins		302,38		0,00%	
Financeiros associados à REN 1000/2021		1.465,27		0,00%	
Financeiro CDE Eletrobras		(27.375,97)		-0,05%	
Arrecadação de encargo CDE Escassez Hídrica dos consumidores migrantes		(68.062,80)		-0,12%	
Quitação conta Escassez TE		(904.479,61)		-1,58%	
Reversão Pgto Conta Escassez		(970.412,90)		-1,69%	
CVE - Energia		(448.528,12)		-0,78%	
CVE - Encargos		7.160,02		0,01%	
Sobrecontratação/Exposição de Energia		(35.714,95)		-0,06%	
Reversão de Risco Hidrológico		(914.919,02)		-1,60%	
Previsão de Risco Hidrológico		771.844,30		1,35%	
Total Financeiros		(3.608.121)		-6,29%	
Variação econômica e financeira				-1,98%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				1,81%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				-0,17%	

Avais: Não existem avais concedidos em nome da cooperativa em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

NOTA 20 – CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Permissionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Permissionária seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de Reais)

		ATIVO					
	NOTA	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE		22.319,06	0,00	22.319,06	27.963,97	0,00	27.963,97
Caixa e bancos		1.353,43	0,00	1.353,43	1.456,79	0,00	1.456,79
Aplicações financeiras		436,23	0,00	436,23	7.459,97	0,00	7.459,97
Consumidores de energia a receber		12.673,65	0,00	12.673,65	12.499,14	0,00	12.499,14
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-2.499,13	0,00	-2.499,13	-2.436,95	0,00	-2.436,95
Impostos a recuperar		1.672,65	0,00	1.672,65	1.365,37	0,00	1.365,37
Estoques		264,45	0,00	264,45	383,86	0,00	383,86
Serviços em curso		2,38	0,00	2,38	1,68	0,00	1,68
Ativos Regulatórios	01	914,36	0,00	914,36	2.239,10	0,00	2.239,10
Despesas de exercícios seguintes		149,30	0,00	149,30	134,97	0,00	134,97
Outros créditos		7.351,74	0,00	7.351,74	4.860,04	0,00	4.860,04
NÃO CIRCULANTE		63.884,64	6.322,04	57.562,60	53.438,63	7.307,92	46.130,71
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		823,05	-18.694,99	19.518,04	579,57	-12.773,57	13.353,14
Impostos a recuperar		527,92	0,00	527,92	308,74	0,00	308,74
Ativo indenizado (Permissão)	02	0,00	-18.694,99	18.694,99	0,00	-12.773,58	12.773,58
Outros créditos		295,13	0,00	295,13	270,83	0,01	270,82
INVESTIMENTOS		742,11	0,00	742,11	448,60	0,00	448,60
IMOBILIZADO	03	62.314,02	57.306,89	5.007,13	52.358,53	47.078,82	5.279,71
INTANGIVEL		5,46	-32.289,86	32.295,32	51,93	-26.997,33	27.049,26
TOTAL DO ATIVO		86.203,70	6.322,04	79.881,66	81.402,60	7.307,92	74.094,68

		PASSIVO					
NOTA		2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE		14.344,44	0,00	14.344,44	12.924,48	0,00	12.924,48
Fornecedores		1.743,76	0,00	1.743,76	1.941,01	0,00	1.941,01
Salários e ordenados a pagar		1.415,86	0,00	1.415,86	1.194,74	0,00	1.194,74
Impostos, taxas e contribuições		1.905,46	0,00	1.905,46	1.587,13	0,00	1.587,13
Passivos regulatórios	01	4.756,95	0,00	4.756,95	3.878,25	0,00	3.878,25
Obrigações estimadas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos setoriais		892,46	0,00	892,46	627,31	0,00	627,31
Pesquisa e desenv. e eficiência energética		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Repasse a realizar		894,31	0,00	894,31	662,00	0,00	662,00
Provisão para litígios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros débitos		2.735,64	0,00	2.735,64	3.034,04	0,00	3.034,04
NÃO CIRCULANTE		10.737,04	0,00	10.737,04	7.192,25	0,00	7.192,25
Fornecedores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para contingências		65,56	0,00	65,56	139,47	0,00	139,47
Contingências fiscais		2.207,39	0,00	2.207,39	1.505,41	0,00	1.505,41
Passivos regulatórios	01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações vinc. ao serviço publico		8.464,09	0,00	8.464,09	5.547,37	0,00	5.547,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	05	61.122,22	6.322,04	54.800,18	61.285,87	7.307,92	53.977,95
Capital social		9.442,49	0,00	9.442,49	9.136,18	0,00	9.136,18
Reserva legal		16.664,73	0,00	16.664,73	15.049,13	0,00	15.049,13
Reavaliação regulatório compulsória	05	6.322,04	6.322,04	0,00	7.307,92	7.307,92	0,00
Ajustes / Resultados regulatórios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fates		5.488,83	0,00	5.488,83	5.124,40	0,00	5.124,40
Fundo de manutenção		22.598,08	0,00	22.598,08	22.173,85	0,00	22.173,85
Sobras a disposição da AGO		606,05	0,00	606,05	2.494,39	0,00	2.494,39
TOTAL DO PASSIVO E PL		86.203,70	6.322,04	79.881,66	81.402,60	7.307,92	74.094,68

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA	PERÍODOS					
	31/dez/25			31/dez/24		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
INGRESSOS OPERACIONAIS	71.374,28	(1.752,91)	73.127,19	71.571,05	(554,24)	72.125,29
Fornecimento de energia	13.799,52	-	13.799,52	13.377,37	-	13.377,37
Uso do sistema de distribuição	46.662,02	-	46.662,02	46.771,63	-	46.771,63
Ativos e passivos regulatórios	(2.340,48)	-	(2.340,48)	(1.416,18)	-	(1.416,18)
Receita de construção	04 -	(1.752,91)	1.752,91	-	(554,24)	554,24
Outras receitas operacionais	13.253,22	-	13.253,22	12.838,23	-	12.838,23
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS	(19.740,85)	-	(19.740,85)	(19.296,48)	-	(19.296,48)
Tributos e contribuições sobre a receita	(11.416,91)	-	(11.416,91)	(11.267,80)	-	(11.267,80)
Encargos do consumidor	(8.323,94)	-	(8.323,94)	(8.028,68)	-	(8.028,68)
INGRESSOS LÍQUIDOS	51.633,43	(1.752,91)	53.386,34	52.274,57	(554,24)	52.828,81
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(51.540,15)	1.180,58	(52.720,73)	(48.643,06)	(73,28)	(48.569,78)
Dispêndio com energia elétrica adquirida	(25.763,87)	-	(25.763,87)	(26.094,03)	-	(26.094,03)
Custo com energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-	-	-	-	-	-
Custo de operação						
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(16.448,85)	-	(16.448,85)	(14.329,57)	-	(14.329,57)
Material	(1.344,56)	-	(1.344,56)	(1.020,08)	-	(1.020,08)
Serviços de terceiros	(3.493,79)	-	(3.493,79)	(3.195,16)	-	(3.195,16)
Arrendamento e aluguéis	(30,44)	-	(30,44)	(28,72)	-	(28,72)
Tributos	(175,77)	-	(175,77)	(116,82)	-	(116,82)
Seguros	(190,88)	-	(190,88)	(192,02)	-	(192,02)
Doações, contribuições e subvenções	(213,96)	-	(213,96)	(228,59)	-	(228,59)
Provisão para Devedores Duvidosos	(937,08)	-	(937,08)	(428,87)	-	(428,87)
Reversão Provisão para Devedores Duvidosos	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	06 (2.881,75)	(572,33)	(2.309,42)	(2.687,91)	(627,52)	(2.060,39)
(-) Recuperação de Despesas	84,15	-	84,15	105,59	-	105,59
Custo de Construção	04 -	1.752,91	(1.752,91)	-	554,24	(554,24)
Outros	(143,35)	-	(143,35)	(426,88)	-	(426,88)
SOBRA BRUTA	93,28	(572,33)	665,61	3.631,51	(627,52)	4.259,03
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	-	-	-	-
Despesas com vendas	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	-	-
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS	1.045,21	-	1.045,21	999,26	-	999,26
Dispêndios financeiros	(24,62)	-	(24,62)	(113,38)	-	(113,38)
Ingressos financeiros	1.069,83	-	1.069,83	1.112,64	-	1.112,64
SOBRAS ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR	1.138,49	(572,33)	1.710,82	4.630,77	(627,52)	5.258,29
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO	(221,28)	-	(221,28)	(75,12)	-	(75,12)
Contribuição social	(64,93)	-	(64,93)	(26,24)	-	(26,24)
Imposto de renda	(156,35)	-	(156,35)	(48,88)	-	(48,88)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	06 917,21	(572,33)	1.489,54	4.555,65	(627,52)	5.183,17

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

[1] ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Não existem ajustes referente aos Ativos Financeiros que são decorrentes da contabilização das Neutralidades da Parcela A que estão em formação, sendo que na contabilidade societária também estão sendo reconhecidos, quando da assinatura do aditivo do contrato de permissão.

[2] ATIVOS FINANCEIROS DA PERMISSÃO

Os ajustes dos Ativos Financeiros da Permissão são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

[3] IMOBILIZADO

Os ajustes da Reavaliação Regulatória e Depreciação são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

[4] RECEITA E CUSTO DE CONSTRUÇÃO (RESULTADO)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Permissão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Permissão.

[5] CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E SOBRAS (SOCIETÁRIA E REGULATÓRIA).

	2025	2024
Saldos no início do exercício	54.800,18	53.977,95
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	6.322,04	7.307,92
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	22.103,28	22.103,28
Realização - reavaliação regulatória compulsória	(15.781,24)	(14.795,36)
	-	-
Saldos no fim do exercício	61.122,22	61.285,87

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra /as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Os ativos e passivos financeiros regulatórios foram todos registrados na contabilidade societária com a assinatura do aditivo do contrato de permissão. Com isso, estes valores não geram diferenças entre o patrimônio líquido da societária e regulatória.

[6] CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO.

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	1.489,54	5.183,16
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(572,32)	(627,51)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(572,32)	(627,51)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	917,22	4.555,65

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2025, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Demonstração do Resultado para efeito de Cálculo do IRPJ e CSLL:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01/jan/25 a 31/dez/25			01/jan/24 a 31/dez/24		
	ATO COOPERATIVO INGRESSOS/ DISPÊNDIOS	NÃO COOPERADO RECETAS/ DESPESAS	TOTAL	ATO COOPERATIVO INGRESSOS/ DISPÊNDIOS	NÃO COOPERADO RECETAS/ DESPESAS	TOTAL
INGRESSOS OPERACIONAIS	51.811	21.316	73.127	68.426	3.699	72.125
Fornecimento de energia	8.119	3.340	11.459	11.347	614	11.961
Uso do sistema de distribuição	33.060	13.602	46.662	44.373	2.399	46.772
Serviços	68	28	96	119	6	125
Receita de construção de infraestrutura	1.242	511	1.753	526	28	554
Outras receitas operacionais	9.322	3.835	13.157	12.061	652	12.713
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS	(13.987)	(5.754)	(19.741)	(18.307)	(990)	(19.297)
Tributos e contribuições sobre a receita	(8.089)	(3.328)	(11.417)	(10.690)	(578)	(11.268)
Encargos do consumidor	(5.898)	(2.426)	(8.324)	(7.617)	(412)	(8.029)
INGRESSOS LÍQUIDOS	37.824	15.562	53.386	50.119	2.709	52.828
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(35.938)	(14.786)	(50.724)	(43.990)	(2.379)	(46.369)
Dispêndio com energia elétrica adquirida	(18.254)	(7.510)	(25.764)	(24.755)	(1.339)	(26.094)
Custo de operação						
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(9.899)	(4.073)	(13.972)	(11.533)	(624)	(12.157)
Material	(952)	(393)	(1.345)	(968)	(52)	(1.020)
Serviços de terceiros	(2.479)	(1.020)	(3.499)	(3.036)	(164)	(3.200)
Depreciação e amortização	(1.636)	(673)	(2.309)	(1.954)	(106)	(2.060)
Custo de construção de infraestrutura	(1.242)	(511)	(1.753)	(526)	(28)	(554)
Provisões	(568)	(233)	(801)	8	-	8
Outros	(908)	(373)	(1.281)	(1.226)	(66)	(1.292)
SOBRA BRUTA	1.886	776	2.662	6.129	330	6.459
OUTRAS DESPESAS E RECETAS OPERACIONAIS	(1.415)	(581)	(1.996)	(2.088)	(113)	(2.201)
Despesas com vendas	(96)	(39)	(135)	(415)	(22)	(437)
Despesas gerais e administrativas	(1.739)	(715)	(2.454)	(2.045)	(111)	(2.156)
Outras despesas operacionais	(692)	(284)	(976)	(668)	(36)	(704)
Outras receitas operacionais	1.112	457	1.569	1.040	56	1.096
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS	741	304	1.045	948	52	1.000
Dispêndios financeiros	(17)	(8)	(25)	(108)	(5)	(113)
Ingressos financeiros	758	312	1.070	1.056	57	1.113
SOBRAS ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR	1.212	499	1.711	4.989	269	5.258
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO	-	(221)	(221)	-	(75)	(75)
Contribuição social	-	(65)	(65)	-	(26)	(26)
Imposto de renda	-	(156)	(156)	-	(49)	(49)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	1.212	278	1.490	4.989	194	5.183

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social, foi efetuado obedecendo ao disposto na Legislação fiscal e a Lei nº 5.764/71 (Sociedades Cooperativas), que define operações com associados e com terceiros.

O imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente ou à alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Ativos e passivos financeiros setoriais: Trata-se de valores regulatórios que anteriormente eram registrados somente na contabilidade regulatória. Com a assinatura do aditivo do contrato de permissão, estes valores também estão sendo registrados na contabilidade societária. Desta forma, não houveram ajustes entre 2024 e 2025.

NOTA 21 - PERDAS REGULATORIAS E REALIZADAS

No exercício de 2025 a CERGAL trabalhou fortemente na redistribuição de carga em seus alimentadores elétricos e na manutenção preventiva das redes de distribuição. Como resultado, a Empresa contabilizou 9,05% de Perdas na Distribuição (somatório de perdas técnicas e não técnicas). O valor alcançado é inferior à meta regulatória publicada pela ANEEL para a CERGAL, que foi de 12,88%. Este resultado demonstra eficiência na gestão de seus ativos. Durante o ano de 2026, a CERGAL continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica e combatendo os desvios de energia.

NOTA 22 – REVISÃO DO MANUAL DE CONTROLE PATRIMONIAL DO SETOR ELETRICO

A ANEEL, através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, anunciou durante o ano de 2022, que nomeou grupo de trabalho para nova revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, o qual substituirá a atual REN no 674/2015 da ANEEL no ano de 2025. Revisara, também, o Manual de Controle Patrimonial (MCPSE). A CERGAL realizará durante o exercício vindouro, treinamento e adaptações no modo de trabalho e nos sistemas, para que este evento subsequente possa ocorrer sem nenhum problema de descontinuidade.

NOTA 23 – LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais serve de diretriz para o comportamento de nossos colaboradores vinculados, direta ou indiretamente, na prestação de serviços prestados aos associados/consumidores. O respeito aos dados pessoais já é prática recorrente, sob orientação de consultoria especializada, um conjunto de ações vem sendo implementado, incluindo procedimentos relacionados à coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis, que visam assegurar os direitos, deveres e princípios que envolvem o uso de dados pessoais dos usuários, advindas da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

NOTA - 24. INOFORMAÇÃO COMPLEMENTAR – DVA – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A ANEEL, no intuito de que os agentes do Setor Elétrico informem com clareza a riqueza gerada no exercício, bem como a forma como essa riqueza foi dividida entre funcionários, acionistas, financiadores e governo, recomendou que, além do resultado ser citado no relatório de administração, fosse disponibilizado à sociedade todo o quadro de apuração. Neste sentido, a CERGAL, nos anos 2025 e 2024 apresentam os seguintes resultados:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Valores expressos em Reais)

	31/dez/25	31/dez/24
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITA BRUTA	74.582,40	72.812,25
Venda de energia e serviços	74.718,04	73.239,71
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(135,64)	(427,46)
(-) INSUMOS ADQU. DE TERCEIROS	(34.937,02)	(32.592,41)
Outros insumos adquiridos	(4.162,92)	(1.959,66)
Material e serviços de terceiros	(30.774,10)	(30.632,75)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	39.645,38	40.219,84
(-) RETENÇÕES	(2.881,75)	(2.687,91)
Depreciação do período	(2.881,75)	(2.687,91)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	36.763,63	37.531,93
(+) VALORES REC. DE TERCEIROS	1.045,21	999,26
Receitas (Despesas) financeiras	1.045,21	999,26
(+) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	37.808,84	38.531,19
(=) DISTRIB. DO VALOR ADICIONADO	(37.808,84)	(38.531,19)
Pessoal	(14.144,24)	(12.104,02)
Remunerações	(9.491,05)	(8.443,65)
Encargos sociais (exceto INSS)	(886,91)	(727,79)
Auxílio alimentação	(940,65)	(906,17)
Convênio assistencial e outros benefícios	(2.407,76)	(1.762,32)
Custos imobilizados	(417,87)	(264,09)
Provisão trabalhista	-	-
Governo	(22.747,39)	(21.871,52)
INSS (sobre folha de pagamento)	(2.741,84)	(2.513,84)
ICMS	(11.329,05)	(11.181,92)
Imposto de renda e contribuição social	(221,27)	(75,12)
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	(8.455,23)	(8.100,64)
Cooperados	(917,21)	(4.555,65)
Sobras retidas	(917,21)	(4.555,65)

NOTA 25 – FORMATAÇÃO BÁSICA DAS NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente a legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 17/04/2026 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/MIL), com 2 casas decimais.

NOTA 26 - FATOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO E SEGUINTE**Índices de Equilíbrio Econômico e Financeiro da Concessão**

Ao assinar a renovação da Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os próximos 30 anos, a CERGAL, em 2008, se comprometeu junto ao Poder Concedente, a cumprir metas de equilíbrio que pudessem ser mensuradas através de índices regulatórios, sendo monitorados mais categoricamente a partir do exercício de 2026 até o fim da permissão. Nosso LAJIDA Regulatório de 2025 ficou em: R\$/MIL 2.014,69, e o QRR atualizado de R\$/Mil 2.662,67, gerando um Lajida recorrente negativo na ordem de (648) R\$/mil. Nesse exercício a meta para o recorrente não foi atingida, mas, foi um resultado necessário para a CERGAL dar conta de todo o financiamento e investimentos planejados para o ano. A CERGAL monitora continuamente os índices de sua gestão, e, por esse motivo, enfrenta com empenho este evento subsequente de 2026, para que o presente objetivo seja alcançado. Os indicadores publicados pelo Órgão Regulador, vigorarão até o final da Permissão. Tal determinação regulatória certamente têm contribuído para melhora da qualidade de energia no Brasil.

Índices de Continuidade e Frequência (DECI/FECI) – Parâmetros do Contrato de Concessão

O Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica, determina o cumprimento dos índices de continuidade e qualidade de Energia Distribuída (DECI/FECI). Para o exercício de 2025, os índices máximos da CERGAL, definidos pela ANEEL foram de 10,00 para o DECI e 9,00 para o FECI. Com satisfação, informamos que os mesmos não foram ultrapassados, demonstrando que a CERGAL cumpriu seu papel na qualidade de energia a seus associados/consumidores. Ao final do exercício, alcançamos 3,29 para o DECI e 3,82 para o FECI.

IFRS 18

A CERGAL acompanha a evolução das normas IFRS e quais são validados pela ANEEL para aplicação na contabilidade regulatória e quais são permitidos na contabilidade societária. A Cooperativa espera mudanças substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração do Fluxo de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 e está analisando os possíveis efeitos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações contábeis. A Cooperativa aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 04 e 05 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO ANITA GARIBALDI - CERGAL** com data de 13 de fevereiro de 2026.

.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 17 de abril de 2026.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638